



# Conversando com antropólogos/as e historiadores/as do Rio Grande do Sul

coletânea do APERS entrevista 2022-2023



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO

# **Conversando com antropólogos/as e historiadores/as do Rio Grande do Sul**

(coletânea do APERS entrevista 2022-2023)

Porto Alegre  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul  
2023

*Governo do Estado do Rio Grande do Sul*  
Governador Eduardo Leite

*Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão*  
Secretária Daniele Calazans

*Subsecretaria de Patrimônio do Estado*  
Subsecretário Vinícius Deprá

*Departamento de Arquivo Público*  
Diretora Aerta Graziolli Moscon

*Organizador*  
Rodrigo de Azevedo Weimer

*Revisão*  
Roberta Capelão Valença Scholz

*Projeto gráfico e diagramação*  
Laiz Flores / Assessoria de Comunicação

Todos os direitos desta edição reservados ao APERS.  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:**

Weimer, Rodrigo de Azevedo (Org.)

Conversando com antropólogos/as e historiadores/as do Rio Grande do Sul: coletânea do APERS entrevista 2022-2023/ Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. Organização: Rodrigo de Azevedo Weimer. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS, 2023.

110 p.

ISBN: 978-65-87878-13-3

Disponível em: <https://apers.rs.gov.br/publicacoes>

1. História. 2. Historiografia. 3. Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS. II. Título

CDU 930

# Sumário

Introdução: um adeus ou um até logo? .....	5
Carla Menegat.....	7
Claudia Lee Williams Fonseca.....	17
Cláudia Mauch .....	25
Djiovan Vinícius Carvalho.....	31
Franklin Fernandes Pinto .....	35
Helen Osório.....	38
Helen Scorsatto Ortiz.....	46
Jônatas Marques Caratti.....	54
Liane Susan Muller.....	60
Luana Teixeira.....	64
Luciano Costa Gomes .....	72
Marcelo Moura Mello .....	79
Marluce Fagundes.....	86
Maurício Reali Santos .....	94
Max Roberto Pereira Ribeiro.....	102

# Introdução: um adeus ou um até logo?

Este livro é, ao menos por enquanto, uma despedida do APERS entrevista e das publicações dele resultantes. Devido a outras prioridades institucionais – por exemplo, a retomada do Programa de Educação Patrimonial, a escrita de uma história do próprio Arquivo Público, a organização de acervos e as discussões sobre preservação digital de documentos – as atividades serão “descontinuadas”, para utilizar uma expressão infelizmente em moda recentemente. Ainda assim, como a fênix mitológica, o APERS entrevista se reinventa e retorna quando menos esperamos. Não é a primeira vez que, diante das demandas do dia-a-dia de um órgão público, as entrevistas foram interrompidas e retomadas. O “ciclo” mais recente de entrevistas iniciou-se em 2018. Após quase cinco anos de debates e discussões com profissionais muito qualificados, é hora de realizar reflexões e balanços.

Neste volume, trazemos uma novidade: entrevistas com antropólogos/as, outra profissão em que os pesquisadores acessam nossos acervos. Como nos colocam Claudia Fonseca e Marcelo Mello, o universo dos documentos pode parecer árido àqueles que geralmente têm contato direto com pessoas de “carne e osso”, mas reserva grandes surpresas para quem se dispõe a se aventurar nos papéis legados pelo passado e que nos chegam para serem interrogados a partir das preocupações do presente. Etnografar documentos e arquivos, eis um grande desafio! Assim sendo, não é de hoje – mesmo! – que historiadores e antropólogos dialogam, e se há, como não poderia deixar de haver, dissonâncias e desencontros, temos muito que aprender nos espaços de consonância e encontro. Um desses espaços, sem dúvida, são as instituições arquivísticas. Que as entrevistas com os referidos profissionais sirvam ao estabelecimento e aprofundamento dos laços e diálogos desse “Jano bifronte”, como nos diz Lévi-Strauss, e também como convite para que cientistas sociais de diferentes linhagens conheçam os potenciais de nosso acervo.

No primeiro “Conversando”, realizamos uma espécie de autocrítica referente à predominância de homens cisgêneros brancos nos espaços de escrita e escuta proporcionados pelas entrevistas. Mais do que a constatação de uma seletividade inicial, cabe enfrentar os problemas e buscar a representatividade, e acreditamos que valeu a pena. Tivemos um “Conversando” apenas com historiadoras e trouxemos, nos últimos anos, a contribuição de profissionais negros e negras. Temos a convicção de que com a adoção do sistema de cotas no pós-graduação em diversas universidades

públicas, a intelectualidade negra será cada vez menos sub-representada. Além disso, ao invés de reservar um volume às historiadoras como um espaço específico a ser ocupado por elas, continuamos a dar o devido destaque a competentes pesquisadoras.

Neste volume, temos, por exemplo, a contribuição de Cláudia Mauch, Marluce Fagundes, Carla Menegat, Liane Susan Muller, Helen Ortiz e Luana Teixeira. Ao lado de Maurício Reali, Marluce nos fala sobre a problemática de gênero. Mas a história pertence a todas e todos, e seria ingênuo e sexista esperar que apenas elas se dedicassem ao assunto e não se interessassem por outras questões históricas. Nossas entrevistadas e entrevistados (como Luciano Gomes, Franklin Fernandes, Djiovan Carvalho, Jônatas Caratti e Max Ribeiro) nos dão um belo perfil da pluralidade e da riqueza do conhecimento histórico recente e das potencialidades dos acervos do Arquivo Público. Mais do que um empirismo inócuo, nossos entrevistados colocaram em diálogo a pesquisa arquivística e preocupações teóricas sofisticadas, de forma a abordar temáticas diversas como os mundos do trabalho (negro ou indígena, escravizado, livre ou não tão livre assim), sociabilidades e territorialidades, história intelectual e, claro, a história agrária, temática para a qual as fontes do Arquivo Público são inevitáveis.

Em relação a este último aspecto, convém assinalar o papel desempenhado por Helen Osório, que ajuda a fechar esta etapa do APERS entrevista em grande estilo. Helen, assim como Paulo Zarth, entrevistado em 2021 e com seu depoimento publicado em 2022, orientou diversos dos pesquisadores que frequentaram nossas páginas (e nossa sala de pesquisa!) nos últimos anos. Zarth e Osório figuram entre os pioneiros da historiografia contemporânea que (re)descobriram as estantes do Arquivo Público como fonte de documentos a serem abordados de forma serial ou qualitativa. Se hoje seus procedimentos constituem, ou deveriam constituir, a rotina usual da labuta do historiador e da historiadora, isso não minimiza seu pioneirismo. Helen, assim como Zarth havia feito, nos conta saborosas histórias sobre os primeiros anos, nas décadas de 1980 e 1990, da irreversível apropriação dos acervos do Arquivo Público pela historiografia universitária.

Um adeus ou um até logo?

Até breve. Longa vida ao APERS entrevista!

# Carla Menegat

Carla Menegat é bacharel (2005) e licenciada (2009) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), onde também defendeu seu mestrado (2009). Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. Concluiu em 2015 doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo realizado estágio de doutorado sanduíche na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foto: Arquivo pessoal.



**Dissertação:** [https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17653?locale-attribute=pt\\_BR](https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17653?locale-attribute=pt_BR)

**Tese:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140904>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7783839444700130>

## **Carla, você pode nos relatar brevemente sua trajetória de pesquisa e as temáticas do mestrado e no doutorado?**

Eu comecei a ter contato com pesquisa nos estágios remunerados que fiz durante a graduação. Por um semestre eu estive na visitação histórica do Palácio Piratini e tive contato com a equipe de restauro que estava envolvida na execução do projeto Monumenta da Unesco. Eram arquitetos que circulavam pela espaço e que permitiam que eu acompanhasse bem de perto o trabalho. Depois passei quase um ano no setor de fotografia do Museu de Comunicação Social, o Hipólito da Costa, e ajudei na montagem de algumas exposições e na catalogação de acervo. Era um contato muito inicial e bem socializado da atividade de pesquisa, mas que foi fundamental na minha trajetória. Também acabou me mostrando que tudo pode ser fonte.

Depois disso, eu estive envolvida por um ano com a organização do acervo do Acampamento de Juventude do Fórum Social Mundial. Eu tinha um envolvimento muito grande com o Acampamento desde 2001, como parte do Comitê organizador e em 2003 quando se decidiu que o FSM iria se realizar no ano seguinte em Mumbai na Índia, existiu um esforço duplo de não perder a mobilização que existia em Porto

Alegre e de fornecer subsídios para o comitê indiano. Foi uma experiência intensa entre expectativas militantes e o tempo da produção de conhecimento, que eu ainda me vejo processando quase duas décadas depois.

Em paralelo a isso eu comecei a procurar bolsas de iniciação científica e fui trabalhar numa pesquisa sobre as relações do governo fascista italiano com o Rio Grande do Sul junto com a Carla Brandalise. Foi meu primeiro trabalho analisando fontes e com uma orientação constante e aprendi demais. Eu também comecei a fazer as disciplinas de Técnica de Pesquisa que na época simulavam o TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] e foi quando encontrei os objetos de pesquisa do meu mestrado.

Eu fui provocada pelo [Cesar] Guazzelli num intervalo de aula a ler cartas de mulheres de líderes da Farroupilha. Eu nunca tinha pensado em pesquisar a Farroupilha até então, como dá pra ver pela minha trajetória. Mas eu queria pesquisar mulheres e mulheres são pouco visíveis na história em geral, e documentos em primeira pessoa são menos comuns ainda e aquilo me intrigou. Comecei com um trabalho bem pouco memorável sobre as esposas de Domingos José de Almeida e Antônio Vicente da Fontoura. Meu grande desafio era bibliografia, ainda muito difícil de encontrar.

Durante o mestrado meu objeto foi mudando de foco. Inicialmente eu queria entender quem tinha sido Bernardina, a esposa de Domingos José de Almeida. Conforme eu fui acessando outras fontes que não as cartas, eu fui percebendo um universo muito mais interessante formado pelas relações que o casal estabeleceu e que se ampliava pela família e que se reproduzia geracionalmente. Claro, eu também passei a ter contato com mais bibliografia, foi um período em que o acesso a internet se popularizou, as revistas acadêmicas passaram todas a ter versões digitais, surgiram grandes plataformas para compras de livros, enfim, esse início da minha vida como pesquisadora compartilha das mudanças tecnológicas e das políticas públicas de expansão da pós-graduação e da pesquisa em meados dos anos 2000. No fim, minha dissertação é um misto de uma biografia do casal Bernardina Rodrigues Barcellos e Domingos José de Almeida com uma análise de rede a partir de ambos.

No doutorado eu procurei responder inquietações que não cabiam na pesquisa do mestrado, em muitos sentidos. Eu foquei no grupo de estancieiros brasileiros estabelecidos no norte do Uruguai e que passam a fazer reivindicações ao Império contra o governo uruguaio no fim da década de 1840 e seguem até as vésperas da Guerra do Paraguai. Trata-se de um daqueles temas que é nota de rodapé de muitos historiadores há quase um século, mas ninguém tinha se debruçado.

**Do acervo custodiado no Arquivo Público, você trabalhou principalmente com inventários. Qual o potencial dessa documentação para ajudar a entender melhor suas temáticas de pesquisa?**

Eu gosto muito de inventários, mas trabalhei um pouco com livros de notas, uma fonte que eu gostaria de ter tempo e condições de trabalhar mais. De toda forma, eu gosto de entender as propriedades das pessoas, porque aquilo que recebe valor em um contexto não recebe em outro. Os inventários que analisei no mestrado me mostraram as drásticas mudanças numa mesma família em três gerações. Nos inventários do início do século XIX objetos domésticos muito simples como têxteis, eram bastante frequentes. Estamos falando de pessoas que computavam colchas e toalhas na divisão dos bens. Num intervalo de cinquenta anos não apenas esses itens vão ter desaparecido como a grande questão vai se tornar a propriedade escrava. Mais vinte anos a propriedade da terra. E com isso, eu consigo observar tanto a mobilidade social dessa família quanto a mudança de padrões de status social naquele meio.

Em grandes séries, como a que tentei fazer no meu doutorado, é possível entender além dessas mudanças gerais de status e valor social também mecanismos de reconhecimento ou legitimação de propriedade. Quando os brasileiros tentam fazer inventário no Brasil de propriedades que não são reconhecidas como tais no Uruguai nos anos 1840 e 1850, e estou falando principalmente de escravos, eles estão usufruindo do amplo apelo que a instituição tinha no Brasil. Claro, também pode ajudar a fazer um rastreamento do trânsito de algumas dessas propriedades e isso ajuda a perceber padrões de circulação e proteção de patrimônio, como o que demonstro em relação à expansão da fronteira agrária da pecuária brasileira em direção ao interior do território uruguaio ao longo dos anos 1830 e 1840, com a compra de grandes propriedades.

Mas eu acredito que essa fonte não seja interessante apenas para entender sobre propriedade. Numa análise qualitativa, um único inventário pode trazer muitas evidências, especialmente quando envolve a tutela de menores ou bens administrados por uma viúva em nome dos demais herdeiros. Foram inventários assim que me fizeram entender mais sobre a vida de mulheres no XIX e tanto as brechas que elas podiam aproveitar quanto as limitações que podiam encontrar. Viúvas e herdeiras solteiras são mulheres em condições privilegiadas na sociedade do XIX, e nos inventários é possível observar inclusive mecanismos que tentam retirar os poucos poderes que elas podem acessar.

**Em seu mestrado, você utilizou do expediente de acompanhar a trajetória de um casal ao longo do século XIX. Essa metodologia foi utilizada por diversos trabalhos nos últimos anos. Quais os principais benefícios de percorrer a documentação em busca dos caminhos traçados por indivíduos e famílias?**

Eu busquei metodologias com foco nos indivíduos e suas relações, como tantos pesquisadores, acreditando que traria respostas diferentes das que vinham sendo encontradas até então. Eu também acredito que essa mudança no foco permite que entendamos fundamentalmente que os fenômenos históricos são compostos pelas vidas das pessoas, seus desejos e suas ações. Muito embora eu tenha mirado nas estratégias dessas pessoas e nas suas mudanças ao longo das gerações e mesmo no caso da terceira geração eu tenha pensado no conflito entre visões distintas sobre qual seria a estratégia mais bem sucedida, eu sempre quis tratar das “falhas” dessas estratégias com o mesmo peso, dos momentos das vidas dessas pessoas que eram motivados não pelo desejo de sucesso puramente financeiro, mas por outras motivações e enfim, retratar aquelas pessoas como entes não puramente racionais.

Eu preciso dizer que eu não escolhi qualquer família. Escolhi uma família que construiu um patrimônio político que depois seria transformado na identidade regional do Rio Grande do Sul. E era muito importante entender a construção desse patrimônio e como isso se perpetua na nossa realidade atual. Eu costumo fazer um paralelo entre o exclusivismo que reproduz a elite e o fato de que metodologias que focam nas trajetórias individuais e familiares nos ajudam tanto a entender essa mesma elite. Demonstrar que aquilo que foi naturalizado como heroico ou libertador na verdade constituía a percepção de poucas pessoas sobre os acontecimentos e que atendia a interesses bem específicos também foi parte da escolha pelo método.

**Mesmo que você não despreze a atuação subjetiva, parece-me que no doutorado você adotou uma perspectiva mais macroscópica, comparativamente às trajetórias abordadas no mestrado. Você concorda? Esse deslocamento foi proposital?**

A princípio eu não achei que ia ter deslocamento, foi a imersão nas fontes e na bibliografia que me levou a mudar os objetos da pesquisa. Conforme eu fui recolhendo os dados, eu fui percebendo que o grupo que eu pretendia pesquisar não era exatamente um grupo. Eu sabia que existiam alguns milhares de brasileiros vivendo no Uruguai e criando gado no meio do século XIX, mas até então eles eram tratados de forma homogênea e eu mesma tinha caído nessa armadilha ao pensar o

projeto. Então, para entender de fato a quem interessavam as reivindicações feitas em nome de todos os brasileiros vivendo no Estado Oriental no período, eu precisei dar alguns passos atrás. Além disso, a historiografia uruguaia e sobre o Uruguai no período era muito escassa e datava de trinta ou quarenta anos antes. Mesmo que esses clássicos se mantivessem atuais, eles davam uma visão muito geral e às vezes, pecavam na pesquisa. Ao contrário do que eu tinha vivido na minha pesquisa de mestrado, quando trabalhei em cima de um tema clássico da historiografia, com larga produção, na pesquisa de doutorado eu mergulhei num tema muito tangenciado, num período da história regional pouco observado. Isso me obrigou a me dedicar a muitas questões que não eram o ponto principal da minha pesquisa, mas que eram estruturais. E na verdade, essa experiência me mostrou as limitações de cada método, da combinação de alguns e as vantagens e principalmente as dificuldades de trabalhar com tantas questões. Eu inclusive não considero que tenha conseguido esgotar o assunto, ainda tem muito que entender sobre. O fascinante foi poder contar com tantos colegas fazendo trabalhos na mesma época que eu com temas se encontravam e com quem pude trocar impressões como o Jonas Vargas, a Daniela Vallandro, o Marcelo Matheus, com quem conversei muito sobre o contexto fronteiriço para a escravidão; ou o Murillo Winter Dias, com quem conversei demais sobre os partidos políticos no Uruguai recém-independente; o Thiago Leitão que me alertou sobre revoltas escravas e seus rumores, enfim, tem mais gente, com quem dava pra pensar as coisas e talvez compensar a falta de bibliografia.

**Existe uma vasta discussão sobre a fronteira e seus significados. Como você se coloca nesse debate a partir do estudo da atuação dos brasileiros no Norte do Estado Oriental?**

Eu trabalho com mais de uma concepção de fronteira na minha pesquisa. Para tratar do encontro de dois projetos econômicos distintos na altura do Rio Negro [o da elite uruguaia, que parte desde os departamentos sulinos à beira do Rio da Prata e de Montevideu, e o dos estancieiros brasileiros, que parte da fronteira do Brasil e tem seus representantes mais fortes em Tacuarembó], eu uso o conceito de fronteira agrária, porque entendo que foi o encontro de duas frentes de expansão de atividades rurais, com modelos que se tornaram diametralmente opostos conforme o século XIX avançou. Para pensar como os brasileiros se beneficiam da fronteira, seja ocupando os pastos melhores e a menores custos no Uruguai, seja tentando usar instituições brasileiras para legitimar práticas ilegais no país vizinho, eu usei o conceito da fronteira

manejada, pensado pela Mariana Flores da Cunha Thompson Flores. Para analisar como as redes sociais dos brasileiros se organizaram e se entrelaçavam com outras redes nos países do Rio da Prata, eu penso em relações transfronteiriças. Para a situação dos escravizados, usar o conceito de fronteira como demarcador de solo livre pôde trazer algumas perspectivas de análise. Usei cada um desses conceitos de forma a instrumentalizar a análise que fiz a partir das fontes. Mas antes que alguém diga que esse é um caso de oposição entre empiria e teoria, eu quero dizer que é exatamente o contrário. Foi da profunda reflexão de que eu não poderia analisar diferentes processos dentro de um mesmo corpus conceitual que percebi que precisava parar de pensar esses conceitos como concorrentes e usá-los juntos, do mesmo jeito que os processos que eu estava analisando ocorreram juntos. E tudo isso é muito diferente de discutir o que, em geral, os sujeitos da minha pesquisa acreditavam ser a fronteira. Nos últimos anos, por conta da Coordenação do GT [Grupo de Trabalho] Fronteiras e Territorialidades da Anpuh [Associação Nacional de História] eu tomei contato com muitos trabalhos que tratam de fronteiras e passei a entender que esse não é necessariamente um termo agregador e que talvez seja muito mais um catálogo de variantes do tema, que necessariamente conceito.

**Além do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, você pesquisou em instituições arquivísticas em outros lugares do Brasil e também no exterior. Você pode nos contar sobre essa experiência?**

Eu gosto muito de falar pra colegas de outros estados do Brasil da experiência nos arquivos do Rio Grande do Sul pela singularidade tanto do tamanho quanto da qualidade dos acervos, especialmente no Arquivo Público, o que nos deixa bastante mal-acostumados. Eu pesquisei no Uruguai no Archivo General de La Nación e na Casa de Juan Antônio Lavalleja – Museu Histórico Nacional. Como essas instituições tinham instrumentos de pesquisa antigos, ou estavam migrando seus acervos para instrumentos de pesquisa novos, muitas vezes era muito difícil encontrar as fontes que eu estava buscando e como usava os períodos de férias, raramente encontrava os colegas uruguaios que conheciam melhor os acervos. Ainda assim, os funcionários eram sempre muito gentis e faziam muitas buscas tentando me ajudar. Contudo, muitos documentos não foram localizados. Alguns, por exemplo, somente ano passado outra historiadora brasileira, a Stéfani Hollmann, encontrou na Casa Lavalleja. Eu tentei preencher a ausência desses documentos comprando compilações antigas, mas acredito que agora vai ser possível aprofundar algumas questões que eu considero importantes, como a relação entre o extermínio das

populações indígenas do norte uruguaio e a ocupação das terras da porção central do norte uruguaio por vastas propriedades ocupadas por brasileiros. De toda forma, pesquisar no Uruguai foi uma experiência interessante e frustrante em alguns pontos. Instituições extremamente democráticas no que tange a acesso, acervos gigantescos, prédios belíssimos, mas sucateados, conviviam com o estranhamento com pesquisadores estrangeiros, taxas para fotografar documentos, a dificuldade de encontrar as coisas e os horários reduzidos. Aliás, existe sempre o descompasso com hábitos locais e um deles era com os horários. Eu sempre era informada quinze minutos antes da sala de pesquisa fechar que estava na hora de sair, com a formalidade muito própria dos uruguaios, o que sempre me deixava espantada. Da mesma forma que, o fechamento do arquivo no dia de um amistoso da seleção uruguaia também me pegou de surpresa, num 2014 em que a Copa aconteceu sob muitos protestos no Brasil.

Os documentos que pesquisei no Rio de Janeiro foram acessados no semestre em que estive na UFRJ como bolsista SWP/CNPq. Essa foi uma experiência de todo interessante, porque permitiu que eu passasse um período intenso lidando com as fontes ligadas às instituições do centro do Império e que eu pudesse tomar contato com outras instituições de pós-graduação do Brasil com um estágio formal. O Arquivo Nacional é uma referência em termos de espaço de pesquisa. Confortável, tranquilo, organizado. Além da documentação de Guerra, busquei documentos de Justiça também. O que mais me marcou nesse período foram os momentos de troca, quando encontrava outros pesquisadores e compartilhávamos documentos. Ao longo dos anos, essas situações se repetiram, me convencendo que esse é o melhor jeito de produzir pesquisa, mas a estrutura do Arquivo Nacional de alguma forma é muito propícia a isso, é possível conversar discretamente sem atrapalhar os demais pesquisadores, uma realidade ímpar em salas de pesquisa.

Em contraste, o Arquivo Histórico do Itamaraty, de onde tirei o corpus mais importante para minha pesquisa de doutorado, é o oposto. A sala de pesquisa é diminuta, o mobiliário é composto por peças históricas, o acesso depende da lotação da sala que quase sempre está cheia e da disponibilidade dos documentos, que não contam com uma estrutura permanente de conservação. O horário também era bastante restrito, e caso alguma das pessoas que tivesse feito reserva para pesquisa não aparecesse na primeira hora, a reserva era perdida e os funcionários liberavam a entrada de alguém que estivesse esperando na portaria ou ligavam para alguém na fila de espera. Não sei se as condições mudaram na última década, mas havia uma demanda imensa e eu só me sentia muito feliz de conseguir pesquisar ali em qualquer condição. Foram meses de muito trabalho mesmo, mas de muitos

encontros fundamentais para fortalecer uma percepção que vinha crescendo sobre o meu trabalho, a de que a escravidão jogava um papel fundamental nas reivindicações dos estancieiros que eu estava pesquisando, mesmo que ela nunca fosse enunciada diretamente.

Eu acredito que uma variedade de fontes vai permitir uma visão mais complexa do objeto pesquisado, então isso tem a ver um pouco com a busca por tantos arquivos. Eu procurei instituições privadas também como o IHGB e o IHGRS, apesar de depois do levantamento inicial não ter voltado a pesquisar os acervos dessas instituições por falta de tempo. Eu tive essa experiência no mestrado e pesquisar nessas instituições é uma situação diferente, dado que os funcionários muitas vezes são pessoas sem formação universitária na área, alguns são parte interessada dos acervos, enfim, um outro universo que exige todo um outro trato com a origem da fonte.

E talvez essa seja uma reflexão importante ao falar dessas experiências todas de acervos, pensar as fontes, e como elas chegam até nós. Porque parte da questão no Uruguai é que os acervos foram “limpos”, ou seja, alguns historiadores da primeira metade do século XX decidiram o que deveria ser organizado em que ordem para ser encontrado por nós, constituindo o que eles achavam que era importante. Mas eu achei alguns documentos bem importantes para minha pesquisa no “resto” onde ficaram os documentos que não foram selecionados. No Arquivo Nacional no Rio de Janeiro tem um fundo chamado “Diversos”, onde estão documentos que não foram classificados em nenhum outro fundo, e que antes da digitalização era aquele lugar onde se procurava uma agulha no palheiro. Vi vários colegas empreenderem buscas nesse fundo, porque não encontravam nada em outros e produzirem pesquisas com os achados.

Existe uma discussão muito grande acontecendo em diversos países sobre a necessidade de “descolonizar” os arquivos e mesmo que eu ache que temos nossas particularidades e não dá pra simplesmente transpor o debate, existe muito a pensar a partir daí. Quanto do que produzimos de pesquisa não está marcado por concepções que consideramos ultrapassadas em outros âmbitos, mas não questionamos em relação à origem e repositório de nossas fontes? Apesar de que a criação de instrumentos de pesquisa que incorporem essas reflexões ajude muito, essas reflexões podem ser realizadas por cada pesquisador também em seus trabalhos.

## **Além de pesquisadora, você é uma educadora. De que formas as duas atividades se interpenetram?**

Eu acreditei por muito tempo que minha atividade como pesquisadora alimentava minha atividade como educadora, nesse sentido único. Meu cargo é professora EBTT, Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e desde que entrei no IF [Instituto Federal] eu dei aula em todos os níveis, do Ensino Médio à pós-graduação, e apesar das disciplinas serem ligadas à história e humanidades, os cursos dos alunos não são. E eu demorei para entender como isso impactou minha prática como pesquisadora também, porque não é óbvio. Eventualmente eu produzo pesquisa e algum material sobre ensino de história, ou sobre relações de gênero em instituições de ensino, e essas talvez sejam as partes óbvias, porque me pego tendo que refletir a partir de dados e através de método e levar isso para minha discussão institucional ou com outros professores de história. Acho que a diferença agora é que existe uma preocupação cada vez mais ligada com questões que emergem na sala de aula nas minhas pesquisas. Eu sempre tive claro que perguntas do presente motivavam minhas investigações do passado, mas agora algumas preocupações se tornaram mais diretas e tendem a pensar num impacto mais imediato. Um exemplo é a minha preocupação com pautas relacionadas ao extermínio de populações indígenas e o apagamento do passado escravista na identidade local e nacional. São situações cotidianas da sala de aula que me levam a pensar nessas questões, assim como questões institucionais, como as cotas raciais e a participação em comissões de heteroidentificação. Também é a convivência com os alunos do curso de Informática que me fez começar a estudar programação no ano passado, atividade que pretendo retomar assim que for possível. A ideia é poder pensar projetos de história digital de forma colaborativa no futuro.

Do outro lado, minha caminhada como pesquisadora que me faz trabalhar com divulgação científica há mais de uma década, antes mesmo da onda de História Pública aparecer e se popularizar. Desde que virei professora no IFSul eu institucionalizei essa atuação e tento manter algum projeto, preferencialmente de extensão, preferencialmente em colaboração com outros colegas historiadores, com esse objetivo. Nesse momento, estamos em pausa, mas devemos voltar logo com a segunda temporada do podcast Coisa do Passado, que conta com o Jocelito Zalla (UFRGS) e o Murillo Winter Dias (USP) como meus colegas de editoria e uma equipe de dois estudantes, o Lucas Pitthan da UFRGS e a Jéssica Germann do IFSul. Eu realmente acredito que precisamos, ao menos alguns de nós, estar disponíveis para

conversar com a sociedade, o que nem sempre é uma tarefa agradável. Eu entendo as dificuldades de assumir esse papel, nós não recebemos formação pra isso e muitos de nós não somos nativos nas tecnologias que hoje tornam tão mais fácil produzir esse tipo de material. Mas dentro do possível, acho importante incentivar esse tipo de iniciativa e, um pouco do caráter das atividades em que me envolvo ou que proponho é mostrar caminhos para isso, então também, dentro das minhas limitações, eu vou testando formatos diferentes e criando espaços onde podemos ensinar a replicar esse tipo de iniciativa. Eu realmente não percebo a existência da educação centrada numa coisa só, ensino, pesquisa e extensão estão muito ligadas na minha prática profissional.

# Claudia Lee Williams Fonseca

Foto: Arquivo pessoal.

Claudia Lee Williams Fonseca graduou-se em Letras - University of Kansas (1967), cursou mestrado em Estudos Orientais - University of Kansas (1969), doutorado em Sociologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales (1981) e doutorado em Etnologia - Université de Nanterre (1993). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na graduação e no pós-graduação. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em



Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: grupos populares, família, antropologia, adoção e gênero, antropologia do direito, antropologia das ciências. Em dezembro de 2021, foi eleita integrante da Academia Brasileira de Ciências. É autora de inúmeros livros e artigos, dentre os quais destacamos "Nos caminhos da adoção" (Cortez, 1995) e "Família, fofoca e honra: a etnografia de violência e relações de gênero em grupos populares" (UFRGS, 2000).

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8620249965221608>

**Claudia, você pode narrar brevemente o percurso que a levou dos Estados Unidos ao Brasil? Como as diferenças culturais entre os dois países e os estranhamentos consequentes contribuíram na sua atuação como antropóloga?**

O percurso mais curto diz respeito ao namorado brasileiro (hoje marido) que arranjei durante meu Mestrado em Estudos Orientais na University of Kansas. Ganhei bolsa plena para fazer doutorado em Antropologia na Columbia University (Nova Iorque), mas logo no início daquela experiência, com 21 anos de idade, decidi que meu caminho era outro. Tentamos naquela época (1970) voltar ao Brasil para solidarizar com os cidadãos comuns que resistiam pacificamente contra a ditadura militar. Entretanto, dentro de seis meses, nos demos conta que nosso projeto não era muito plausível. Encontramos um cargueiro barato e nos mandamos de mala e cuia (naquela época era violão e máquina de escrever) para a Europa. Vivemos sete anos

em Paris, os primeiros três anos como estrangeiros indocumentados encontrando biscates no mercado clandestino de trabalho. Enquanto no Brasil tinha sido a violência arbitrária da ditadura que mais marcou minha memória, a França trouxe a visão de um mundo – de efervescência sindical e grande solidariedade social -- bem diferente dos USA.

Quando, no final dos anos 1970, a reabertura democrática nos trouxe a vontade de tentar a vida mais uma vez no Brasil, o choque cultural foi grande. Em contraste com tudo que eu tinha vivenciado na França, encontrei uma quase total ausência de serviços públicos de apoio a famílias. Na França eu sempre frequentei a saúde pública, coloquei meus dois filhos na creche pública, e depois na escola pública (que existe só em turno integral) onde conviviam com crianças tanto imigrantes e pobres como franceses “de raiz” bem abastados. Aqui, no Brasil, tinha a impressão de que a mãe ou pai que não tinha ou muito dinheiro ou uma retaguarda sólida de família extensa estava com sérios problemas. Sem dúvida por isso que acabei fascinada pela dinâmica das redes familiares de ajuda mútua – e, por afinidades pessoais assim como por preocupação social, acabei aprofundando esse tema entre grupos das classes populares.

### **Você pesquisou no acervo do Arquivo Público nas décadas de 1980 e 1990. Que lembranças você tem daquela experiência?**

Sorte. Tive uma sorte danada chegar naquele prédio velho (lembro da cor amarela), ensolarado e com grandes mesas aconchegantes abertas ao público. A ironia é que não vou lembrar do nome dela...mas, na época, a diretora do AP era uma historiadora que realmente entendia de pesquisa. Depois de eu explicar algo dos meus interesses, ela me trouxe uma pilha de dossiês intitulados: “Apreensão de Menores” e dali sai voando. Também foi ela que me indicou uma lei que, naquela época, estipulava a gratuidade para pesquisadores do arquivo que queriam fazer fotocópias de determinadas páginas dos arquivos. (Sei, é difícil acreditar.) Aí, até hoje, tenho um arquivo de papelão bem guardadinho com cópia de todos os processos que consultei. A infraestrutura – na forma da diretora e das facilidades que o Arquivo Público me proporcionou -- foi fundamental para mim. Sem ela, jamais teria chegada nas inspirações que tanto alimentaram minhas reflexões subsequentes.

## **Você pode nos falar um pouco mais sobre os documentos consultados?**

Hoje, diversos antropólogos já nos brindaram com textos metodológicos sobre como virar as páginas de um processo jurídico (Olivia da Cunha, Adriana Vianna, etc.). Naquela época, contudo, eu ainda não tinha lido grande coisa sobre esse exercício. Para mim, foi como chegar numa ilha exótica, ter que aprender a linguagem dos nativos, decifrar sua caligrafia, situar cada novo ator, conter minha frustração quando faltava um desfecho claro ou quando o dossiê parecia de outra maneira truncado. Mas, posso te dar um pequeno exemplo empírico da riqueza desse material. Retomei esses dias minha caixa de papelão para procurar um certificado de batismo de 1921. Notei que, em vez dos avós (como é o caso da certidão de nascimento civil), a Igreja pedia o nome dos padrinhos. E me perguntei: o quê significaria essa mudança histórica que passa do registro dos compadres para o registro dos avós consanguíneos nos documentos de nascimento? Recém tinha lido um trabalho de R. Slenes (1999) sobre a importância do compadrio para famílias escravas em determinado momento da história paulista. E comecei a pensar sobre a maneira como os documentos “oficiais” refletiam não só um sistema de valores, mas também condições materiais em relação, por exemplo, à expectativa de vida. Depois de tudo, esses documentos identificando o recém-nascido eram estabelecidos não só para assinalar o pertencimento familiar, mas também para nomear alguém “a mais” que poderia cuidar da criança caso que viesse a ficar “órfã”. Será que os avós dos grupos populares viveriam o tempo suficiente para cumprir esse papel de cuidador substituto? Ou seria mais realista nomear alguém da mesma geração dos pais? Enfim, ainda não cheguei a aprofundar esse assunto, mas é um exemplo de como os arquivos encerram um baú infundável de tesouros.

Em todo caso, a gente dá “graças a Deus” que existem esses documentos preservados. Mais recentemente, eu estava tentando pesquisar nos hospitais-colônia para os pacientes de “lepra” (que existiram grosso modo entre 1940 e 1985). Fiquei impressionado o quanto dessa história tinha sido perdido. Encontrei livros de registro (de ingressos) atirados no canto de um escritório, esfacelando com a umidade. Outros documentos -- queimados em algum incêndio ou jogados fora por uma faxineira zelosa -- simplesmente não existiam mais. Muitas vezes, havia administradores e pesquisadores locais tão abismados quanto eu com essa negligência da história, mas sem suporte institucional, não conseguiam fazer grande coisa. Então, cada vez que encontro qualquer coisa preservada de forma profissional, com apoio institucional firme, dou um suspiro de alívio.

**Esses documentos [de Apreensão de Menores], décadas após, seguem pouco explorados. Temos alguns trabalhos historiográficos (a exemplo dos de José Carlos Cardozo) que analisaram processos de tutela. Entretanto a história da infância tem despertado, no Rio Grande do Sul, com importantes exceções, menos atenção do que mereceria. Qual o potencial da documentação por você analisada?**

Sem dúvida tem muita coisa sobre a história do cotidiano aqui no Sul – especialmente via os estudos feministas da mulher (estou lembrando dos trabalhos de Sandra Pesavento, Joana Pedro, Silvia Arend e Flavia Motta). Contudo, à exceção dos trabalhos de Cardozo, nos estudos históricos especificamente sobre a infância, o que a gente encontra em geral é uma análise (frequentemente à la Foucault) dos discursos oficiais de determinada época, produzida a partir dos livros e artigos de especialistas, das declarações institucionais e dos desenhos formais de políticas públicas. São estudos interessantes, mas falam pouco do que acontecia, na prática, no dia-a-dia. Esse “cotidiano” é o que encontramos (por exemplo) nas entradas miscelâneas arquivadas nos processos judiciais do Arquivo Público.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, estive muito inspirada na história social “do cotidiano”. Parecia, na época, que os historiadores me ofereciam uma pista metodológica que não se encontrava nas ciências sociais. Claro que estava em boa companhia... Todo mundo usava Ginzburg e Darnton na época. A história das mulheres também ocupava a frente do palco – autoras como Michelle Perrot, Natalie Davis, que inspiravam o pessoal dos estudos de gênero. Depois, tinha livros como Montaigne de Le Roy Ladurie – um pequeno tesouro sobre a vida cotidiana. E havia, em estilos muito distintos, livros -- como os de Bakhtin ou Thompson -- que construía a ideia de “culturas populares” do passado. Eram autores que tinham a coragem de descrever amiúde detalhes aparentemente insignificantes, de especular sobre emoção, de apresentar modos muito diversos de vida – sem aquele tom de superioridade moral ou de julgamentos morais. E, não por acaso, quase todos estes pesquisadores recorreram em algum momento a fontes arquivais ligadas a querelas rotineiras da vida cotidiana.

**Qual foi a importância dos processos históricos de adoção para sua etnografia? De que formas a compreensão das práticas familiares populares do início do século XX ajudou a entender os processos de circulação de crianças nos anos 1980?**

Ler os documentos do arquivo te transporta para outro lugar, outras circunstâncias de vida. Essa viagem é fundamental para poder realizar aquele exercício etnográfico – de “estranhar o presente”. Nos arquivos dos anos 1900 a 1930, adentrei um mundo onde a adoção legal, tal como a conhecemos hoje, não existia. As percepções de família, de criança ... emergem nesse material como bem diferentes dos dias de hoje. Não há questão de “julgar”, mas sim de entender quais as circunstâncias que tornam aquelas atitudes lógicas e aceitáveis. Tal exercício me ajudou a afrouxar a camisa de força de certas tendências analíticas grudadas nas crenças e nos valores hegemônicos com os quais eu, pessoalmente, cresci. Me ajudou a enxergar e a procurar entender a realidade ao meu redor que é, no fundo, muito mais heterogênea do que pode parecer à primeira vista.

**O Arquivo Público não costuma atender muitos profissionais e estudantes de Antropologia em sua sala de pesquisa. Nesse sentido, seu trabalho é raro em termos de Rio Grande do Sul. Em sua opinião, a documentação poderia ser mais explorada? Os antropólogos não se interessam pelos arquivos históricos? Os documentos não são acessíveis ou acolhedores? O contato humano proporcionado pelo trabalho de campo acaba por despertar mais interesse?**

É evidente que muitos estudantes (que nem eu) entram na antropologia famintos por contato pessoal, vivido, experiencial, com o “exótico”. Ao mesmo tempo, querem sentir que estão fazendo um estudo que contribuía para melhorias na sociedade. Pensam em termos imediatos; o “longo prazo” inspira menos entusiasmo, tem menos apelo. É possível que tenham se interessado pelo trabalho em arquivos judiciais e/ou administrativos (processos dos anos recentes que podem complementar suas pesquisas etnográficas), mas, aí, tenho a impressão de que o acesso está ficando cada dia mais difícil, que as repartições públicas estão ficando mais (e não menos) opacas diante das tentativas de consulta por pesquisadores. Os Arquivos Históricos com processos sobre épocas bem mais antigas -- contêm informações igualmente fascinantes, mas os estudantes nem sempre reconhecem a relevância para nossa vida atual. Talvez, nos cursos de metodologia, teríamos que trabalhar mais o potencial desses saltos – entre épocas e entre lugares – para a construção de nossos objetos de análise. Teríamos que levar os estudantes a utilizar sua imaginação científica, levando eles a apreciar a relevância (também política) desse potencial.

## **Alguns antropólogos e antropólogas, como Celso Castro, Olívia Cunha e Adriana Vianna, dentre outros, traçam um paralelo entre a análise de arquivos e documentos e o trabalho de campo antropológico. Quais as vantagens e cuidados ao estabelecer essa comparação?**

Sim, se não me engano, Cunha (2004), inspirada no trabalho de Sergio Carrara sobre sífilis, fala até das “aldeias” de arquivos para chamar atenção aos agrupamentos, classificações e aproximações entre eles. De fato, o Programa de Antropologia Social do Museu Nacional concentra um núcleo prolífico de profissionais que tiveram formação básica na história: Giralda Seyferth, Antonio Carlos Souza e Lima, e – na nova geração, consolidando a tradição interdisciplinar -- as próprias Olívia da Cunha e Adriana Vianna. Foi riquíssima a “transpolinização” dessas disciplinas nas décadas de 80 e 90, de forma que mesmo estudantes que não vieram da história (Sergio Carrara, João Pacheco, e outros) acabaram produzindo belos estudos históricos sobre temas de grande interesse à antropologia. Agora, me dou plenamente conta que, por não ser treinados profissionalmente para isso, antropólogos (como eu) arriscam cometer erros grosseiros quando se metem na história através de pesquisas nos arquivos. Mas, só posso dizer que aprendi muito contemplando o cuidado com o qual os historiadores restituem o “contexto” dos seus objetos empíricos, como em geral enriquecem suas análises com uma visão comparativa (no mínimo, entre o presente e o passado), e como levam um olhar cético e escrutinador para suas fontes.

Apesar de existirem muitas pesquisas etnográficas sobre processos jurídicos da atualidade, raramente se encontra uma análise sistemática de quem são os juízes e escrivães que desempenham um papel central – os círculos sociais e políticos nos quais se integram, o tipo de formação que receberam, seus salários, sua permanência na função, o tempo que cada processo corria até de receber a sentença final. Cardozo (2016) sabe fazer falar muitos detalhes como esses. Mais recentemente, tive o privilégio de estar na banca de doutorado de Patricia Geremias (2019) sobre o trabalho infantil no início do século XX carioca. Não só nos fala das leis e políticas das instituições que colocavam seus tutelados no emprego, mas passa sua lente sobre os termos de responsabilidade que acompanhavam a colocação. Dessa maneira, pode checar a quantia de dinheiro depositado nas contas dos pequenos trabalhadores conforme valores de uma sociedade crescentemente monitorizada e com mentalidade contratual. São detalhes como esses que abrem a imaginação para além de visões maniqueístas para pensar o que ocorria de fato naquela época, de quais cuidados especiais a criança merecia – em suma, onde e como as pessoas traçavam as fronteiras do universo moral entre o certo e errado.

### **Ann Laura Stoler fala em “archival turn”. Existe algum tipo de diálogo com a Arquivística, envolvendo aquela reorientação de interesses?**

A resposta que me vem de imediato é que a Antropologia tem tirado proveito desse olhar “arquivístico”, acrescentando mais algumas “viradas”. Fora as pesquisas de veia mais histórica, dá para ver essa influência nos atuais estudos sobre as infraestruturas burocráticas de governo (Hull 2012, Fonseca 2021). Uma antropóloga pioneira norte-americana muito citada nessa área, Annelise Riles (2008), tem fornecido inspiração à geração mais recente de pesquisadoras. Leticia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), por exemplo, orientandas de Adriana Vianna, têm vasculhado a papelada de processos contemporâneos – indo de laudos sobre necropsias até boletins policiais de ocorrência sobre pessoas desaparecidas e o tráfico de mulheres. Talvez não seja exatamente na veia de Stoler, mas tem algo em comum – o fato de saborear a materialidade dos documentos, de atentar às várias etapas de sua confecção, de procurar nos arquivos algo mais do que uma fonte inerte de informações.

### **Lévi-Strauss afirmou que a História e a Etnologia são como Jano, um deus de dois rostos. Em seus livros, o diálogo com historiadores é marcante. Como você avalia, nos dias de hoje, a colaboração – e as tensões – entre História e Antropologia?**

Para esse assunto, encontro inspiração principalmente na visão de Evans-Pritchard (1962). Este autor britânico escreveu dois textos seminais nos anos 1950 e 1960 problematizando a relação entre a antropologia -- com sua ênfase no trabalho etnográfico de campo -- e a história. Pritchard estava tentando arrancar a Antropologia das garras das ciências físicas, com a fixação em leis universais da natureza, e aproximá-la das humanidades visando a interpretação (antes do que a explicação) de sistemas morais particulares. Ele insistia que a história e a antropologia no fundo tinham métodos muito semelhantes (que ele chamava então a “integração descritiva”) e que as duas disciplinas tinham muito de ganhar numa aproximação. Vale a pena ler; eu não saberia nada que vai além.

### Referências citadas:

CARDOZO, José Carlos da Silva. 2016. "As crianças no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre". In História das crianças no Brasil Meridional (José Carlos da Silva Cardozo et al. Orgs.). São Leopoldo: Oikos. p. 194-233.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. "Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo". Mana 10(2):287-322.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 1962. Social anthropology and other essays. MacMillan paperback.

FERREIRA, Leticia e Laura Lowenkron (eds). 2020. Etnografia de Documentos: Pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. RJ: Editora E-papers.

FONSECA, Claudia. 2021. "Cultivando proliferações indomáveis: considerações antropológicas sobre as políticas de proteção à infância". Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 419-451, maio/ago.

GEREMIAS, Patricia Ramos. 2019. "Como se fosse da família": arranjos formais e informais de criação e trabalho de menores pobres na cidade do Rio de Janeiro (1860-1910). PPG de Historia Social, UFRJ, Rio de Janeiro.

HULL, Matthew. 2012. "Documents and bureaucracy". Annual Review of Anthropology 41: 251-267.

SLENES, Robert. 1999. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX. RJ: Editora Nova Fronteira, p. 106-115.

# Cláudia Mauch

Foto: Arquivo pessoal.

Cláudia Mauch é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição onde defendeu seu mestrado (1992) e seu doutorado (2011). É autora de "Ordem Pública e Moralidade: Imprensa e Policialmento Urbano em Porto Alegre na década de 1890" (EDUNISC, ANPUH-RS, 2004), sua dissertação de mestrado, e de "Dizendo-se autoridade: Polícia e Policiais em Porto Alegre, 1896-1929" (Óikos, Editora Unisinos, 2017), sua tese de doutorado. É especialista em história do crime e da justiça criminal, e, em particular, na história da polícia.



**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3831082130823844>

**Cláudia, gostaria de pedir um breve apanhado de sua trajetória, entre o mestrado e o doutorado. Em sua opinião, quais são as continuidades e rupturas entre ambos os trabalhos?**

Existe uma continuidade evidente no meu interesse por estudar o tema da história da polícia urbana e dos policiais. No mestrado, que iniciei em 1988, a dificuldade que tive em encontrar fontes sobre as polícias atuantes em Porto Alegre acabou me levando para a imprensa. Explicando melhor: meu interesse por estudar a polícia em Porto Alegre começou quando, procurando fontes sobre a Colônia Africana no Arquivo Moysés Vellinho, achei o regulamento da Polícia Administrativa e procurei me aprofundar para entender as disparidades entre um regulamento de uma instituição disciplinar e disciplinadora e o que eu já conhecia sobre delitos e desordens na cidade na mesma época a partir de pesquisas em jornais. Então a pesquisa em jornais do final do século XIX foi anterior, dentro dos projetos da Sandra Pesavento. Mas desde o princípio, embora não conhecesse praticamente nada sobre historiografia da polícia, meu interesse era fugir de uma história institucional e entender quem eram os policiais, como atuavam, como eram

treinados. E foram essas fontes que me faltaram no mestrado. Só as encontrei pouco mais de um mês antes de defender. Para o doutorado, conhecendo mais fontes internas da polícia e principalmente os registros de pessoal, pude ampliar o período de análise e os problemas de pesquisa. Também entre o mestrado e o doutorado pude ter acesso a bibliografia específica sobre história da polícia, o que foi fundamental. A ruptura, então, se refere a um conhecimento muito mais aprofundado da historiografia sobre polícia e do campo do crime em geral, bem como do fato de a pesquisa ter um caráter mais de história social, enquanto no mestrado minhas referências principais estavam no campo da então chamada “nova história cultural”.

### **Como você encara o desenvolvimento da história do crime e da criminalidade entre o fim dos anos 80, quando você iniciou sua pesquisa de mestrado, e hoje?**

Houve um grande desenvolvimento do campo da história do crime e da justiça criminal no Brasil e América Latina desde fins dos anos 1990. Até esse período tínhamos poucos trabalhos no Brasil, mas pode-se dizer que ao longo dos anos 1980 foram publicados trabalhos muito importantes e pioneiros que tiveram enorme influência na minha geração. Crime e cotidiano de Bóris Fausto é de 1984; Crime e escravidão de Maria Helena P. T. Machado é de 1987; a dissertação de mestrado de Marcos Bretas – A guerra das ruas – é de 1988. Vários trabalhos não especificamente sobre crime, justiça ou polícia começaram a se utilizar das fontes produzidas pelo sistema de justiça criminal – polícia, judiciário criminal, prisões – para investigar o cotidiano e a cultura das classes populares e escravizados, promovendo um interesse muito grande sobre esses documentos, o que mais tarde, já nos anos 2000, levou a um aprofundamento da reflexão sobre as instituições que os produziram. Dessa leva destaca Trabalho, lar e botequim de Sidney Chalhoub, de 1986, e Meninas perdidas, de Martha Abreu, de 1989, que pessoalmente foram os que me influenciaram a pesquisar documentação criminal.

Hoje temos um campo em pleno florescimento, com muitas pesquisas sobre várias regiões do país, simpósios e uma rede de investigadores no Brasil e América Latina tratando de temas variados a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

## **Poderíamos dizer que há um deslocamento da virada do século XIX para o XX para períodos mais recentes nos trabalhos do campo?**

Sim, embora ainda hoje esse período seja muito pesquisado (ainda há muito pra fazer!). Mas o deslocamento não foi só para períodos mais recentes, uma vez que muitos trabalhos tem se ocupado de períodos mais recuados do século XIX e XVIII também.

## **Quais eram as principais discussões teóricas naquele momento, e o que mudou desde então?**

No final dos anos 1980 quando iniciei o mestrado as principais discussões se davam em torno das críticas às chamadas grandes narrativas a partir dos pós-estruturalistas. Isso representava uma ruptura com as orientações marxistas preponderantes na graduação, e gerava muita incerteza, pois no meu caso tomei conhecimento do pós-estruturalismo de Foucault ao mesmo tempo que dos marxistas ingleses. Naquele contexto, foram os debates da "nova história cultural", que traziam também a influência da antropologia, que abriram possibilidades de tentar ultrapassar os impasses gerados pelas incompatibilidades entre ambas correntes teóricas. Muita coisa mudou e hoje temos acesso facilitado a discussões teóricas e historiográficas que antes da era da internet levavam anos para chegar a alunos/as de pós-graduação no Brasil. No meu mestrado, por exemplo, tive enorme dificuldade em ter acesso a trabalhos estrangeiros clássicos sobre história da polícia, alguns dos quais foram traduzidos posteriormente. Felizmente o professor Marcos Bretas, da UFRJ, me enviou por correio alguns textos de historiadores ingleses em xerox. Na área do crime e justiça criminal a obra de Norbert Elias teve bastante impacto a partir dos anos 1990, assim como os estudos de gênero e a micro-história. E como desde o final dos anos 1990 a historiografia do crime, polícia e instituições punitivas vem se avolumando na América Latina, já temos um corpo bastante significativo de produções que discutem diversos temas e concepções teóricas.

## **Michel Foucault e Edward Palmer Thompson são autores fundamentais para pensarmos a história do crime, da criminalidade, da polícia. É possível lidar com referenciais heterogêneos? Como fazer isso?**

É interessante pensar que essa questão era feita no fim dos anos 1980 e atormentou todo meu mestrado, e continua sendo feita hoje. E ainda hoje não tenho uma resposta. Usar Thompson e Foucault no "marco teórico" foi um clichê da minha geração, eu inclusive. Hoje penso que se deva separar o tipo de influência de cada autor. Foucault foi e é referência fundamental para o campo do crime e justiça criminal porque a partir de *Vigiar e punir* (de 1975) e nos estudos posteriores

chamou atenção para a complexidade das tecnologias de poder e controle na modernidade, para o fato das práticas penais ultrapassarem o campo da lei e do Estado, entre outras questões, o que permitiu que a historiografia conseguisse superar visões reducionistas sobre o controle social. Quanto a Thompson, sua influência, que também é enorme, diz respeito em primeiro lugar ao entendimento da lei como espaço de luta (em *Senhores e caçadores*, também de 1975); em segundo lugar trata-se de uma influência mais difusa a partir das suas concepções e formas de análise das relações sociais e da cultura, do papel ativo dos sujeitos na história. O problema se daria a partir do momento em que o historiador deseje usar os métodos propostos por Foucault, que são incompatíveis com o marxismo de Thompson e como ele pensa a agência dos sujeitos. Fora isso, e entendendo que as teorias são ferramentas que nos ajudam a levantar perguntas e não camisas de força, considero ser possível uma história social e cultural inspirada em Thompson utilizar e debater o alcance e as limitações das contribuições de Foucault para o entendimento da constituição das instituições e práticas de vigilância e punição na modernidade.

### **Como foi a mudança de ênfase dos corpos documentais de suas pesquisas da imprensa para as fontes policiais propriamente ditas?**

No mestrado eu já havia utilizado fontes policiais, mas no doutorado ampliei o leque, abrangendo diferentes tipos de fontes produzidas pelas polícias, desde os inquéritos (relatórios) da polícia judiciária, registros de ocorrências, até documentação de pessoal e inquéritos administrativos movidos contra policiais da Polícia Administrativa (infelizmente não encontrei o mesmo tipo de fontes para a judiciária). Fontes diferentes exigem metodologias diferentes. No mestrado fiz um esforço para me apropriar de instrumentos de análise que dessem conta dos textos de jornal de finais do século XIX e de como tratavam os homens e mulheres que entendiam representar o perigo, o atraso, a vadiagem, o crime, bem como os próprios policiais e as funções da polícia. No doutorado minha maior dificuldade foi com o tratamento quantitativo das informações dos registros de pessoal. Tratava-se de aprender não só a montar banco de dados como também como interpretar as informações que extraía dele. Assim, acabei me voltando para uma bibliografia de história social e para leituras de micro-história. O trabalho também foi facilitado pelo contato com obras de outros/as historiadores/as que haviam feito pesquisas com dados de policiais e algumas interrogações semelhantes, como André Rosemberg e Haia Shpayer-Makov. As fontes policiais são muito ricas em informações sobre os alvos da atenção policial, mas é preciso paciência e atenção para encontrar nelas os próprios policiais.

**Em sua tese de doutorado você pesquisou alguns processos judiciais do Arquivo Público. Em que eles contribuíram para seu argumento? Como foi cruzá-los com a documentação da Polícia Administrativa?**

A bem da verdade usei pontualmente poucos processos do APERS no doutorado, que me foram indicados por colegas. Como meu interesse era o trabalho policial, considerei suficiente trabalhar com os inquéritos produzidos por delegados da polícia judiciária (que na época eram chamados de "relatórios"). Tais inquéritos eram enviados ao judiciário criminal e, se fosse confirmado crime, era aberto processo e o mesmo inquérito passava a fazer parte do processo. Assim trabalhei com muitos inquéritos do acervo do Arquivo Histórico do RS, os quais, junto com outros documentos como autos de averiguações e registros de ocorrências, me ajudaram a entender como as polícias administrativa e judiciária agiam, quais eram os locais e pessoas que recebiam atenção policial, como se dava a repressão dos delitos, quais delitos eram mais propensos a serem investigados etc. Além disso, por suas próprias características, os inquéritos trazem uma série de informações caras à história social e cultural semelhantes às dos processos. A diferença principal é que o inquérito é elaborado pelo delegado e não admite o contraditório.

**A consulta a fontes criminais não necessariamente envolve um interesse direto pela história do crime e da criminalidade (por exemplo, enfocando a história dita de baixo). No entanto, o crime está presente, o tempo todo, nas narrativas oportunizadas por esse tipo de documentação. Como você vê essa questão?**

Essa é uma questão importante. Toda análise de fontes precisa entender como e porquê, com qual finalidade, por quem foi produzida. Um registro de ocorrência, inquérito ou processo criminal só existe porque alguém (que pode ser um agente do Estado, como o policial) interpretou algum evento como crime, ou uma pessoa como delinquente, e colocou em marcha procedimentos burocráticos que visam puni-lo de algum modo. E tais procedimentos geraram consequências para a vida dos acusados. A riqueza desses registros para temas de história social, cultural, econômica, de gênero e assim por diante está relacionada às características próprias das lógicas policiais e do judiciário criminal tal como foram se constituindo na modernidade: a polícia tem a ambição de conhecer o (suposto) delinquente e suas (supostas) motivações em todos os seus aspectos. Por isso registra todos os dados que pode obter e recolhe depoimentos, desenvolve teorias sobre o comportamento criminoso e procura aplicá-las a indivíduos e eventos singulares. Assim, mesmo que o pesquisador não esteja interessado no crime, precisa entender

que todos os dados presentes nos documentos servem a objetivos do sistema de justiça criminal. Os depoimentos transcritos nos autos foram recolhidos em situações muito específicas, onde as pessoas estão colocadas diante de policiais ou de juízes, promotores e advogados, via de regra numa disparidade de poder enorme. Então as reflexões sobre o caráter das fontes policiais e judiciárias precisa estar presente mesmo em trabalhos não diretamente interessados no crime.

**Em 2013 você participou da 11ª Mostra de Pesquisa do Arquivo Público, contribuindo com um importante texto sobre a pesquisa em fontes criminais (que inclusive contribuiu bastante para a elaboração de nosso Guia Prático de Pesquisa em Fontes Judiciais). Como você encara o espaço da Mostra como ambiente de troca entre pesquisadoras e pesquisadores?**

Considero a Mostra um espaço muito importante para a historiografia no RS, e fiquei muito honrada em participar naquele momento. Ela tem ao longo dos anos permitido que pesquisadores divulguem e debatam suas pesquisas e tem contribuído para reafirmar o APERS não somente como arquivo mas como centro de pesquisas.

**Sua orientadora de mestrado foi uma das historiadoras de maior destaque do Rio Grande do Sul. Em seu entendimento, qual é o legado de Sandra Jatahy Pesavento?**

Sandra Pesavento deixou um legado enorme em suas obras e nos pesquisadores que ajudou a formar, dentre os quais me incluo. Aprendi a fazer pesquisa com ela, e sem essa experiência de ter participado como auxiliar de pesquisa dos seus projetos no final dos anos 1980 até meados dos 1990 eu certamente não teria feito o mestrado e tudo o que se seguiu. Ela era brilhante e inquieta, sempre atrás de coisas novas. Volta e meia me pego pensando o que ela estaria fazendo hoje, quem estaria lendo, quais seriam seus projetos. É muito bom ver que estudantes de graduação em história hoje estão lendo suas obras e a usando como referência, o que tem sido facilitado pela excelente iniciativa de colocar seu acervo digitalizado à disposição do público.

# Djiovan Vinícius Carvalho

Foto: Fabiane Beltrami.

Djiovan Vinícius Carvalho é doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). É mestre (2020) e licenciado (2017) em História pela mesma instituição. Atualmente é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), ocupando o cargo de vice-presidente. Também é membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).



**Dissertação:** <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2144>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8038902169171043>

## **Djiovan, você poderia nos contar um pouco sobre sua pesquisa de mestrado?**

Bom, minha pesquisa de mestrado abordou parte da trajetória de um imigrante português que foi comerciante e político no Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX. Para reconstituir a trajetória deste indivíduo, chamado Antonio de Vasconcellos, utilizei como ponto de partida a análise de seu epistolário, ou seja, as cartas por ele recebidas e alguns registros feitos por ele em livros copiadores. Contudo, por mais rico que fosse o conteúdo das cartas, elas, por si só, não deram conta de iluminar os múltiplos papéis desempenhados pelo personagem estudado, por isso foi necessário o manejo de outras fontes, como notas na imprensa e processos judiciais. O estudo buscou reconstituir a história de vida de Vasconcellos e, conseqüentemente, parte do tecido social no qual ele estava inserido. Dessa maneira, constatei que as cartas pessoais se configuram como fontes privilegiadas por reunirem informações que permitem a compreensão de determinados contextos históricos, por meio da leitura da troca de favores, pactos e relacionamentos, profissionais e afetivos, entre diversos indivíduos, sendo a escrita epistolar uma prática eminentemente relacional. Ademais, concluí que o comerciante português Antonio da Silva Vasconcellos, manejou, ao longo da vida, estratégias para ascender social, econômica e politicamente, utilizando-se de recursos e contatos para seu favorecimento e diferenciando-se de seus contemporâneos por ter tido parte de seu cotidiano preservado em suas correspondências.

## **Qual foi o papel desempenhado pela documentação custodiada pelo Arquivo Público em seu estudo?**

Ao estudar um personagem específico, é preciso reconstituir sua rede de relações mais próximas e suas relações de parentesco. Nesse sentido, acabei acessando o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) para consultar inventários, testamentos e habilitações de casamento, por exemplo, para conseguir compreender a estrutura familiar do Vasconcellos, sobretudo no tocante à família advinda do seu casamento com Emerenciana Pereira, sobrinha do político João Pereira da Silva Borges Fortes. As informações levantadas auxiliaram a compreender a extensa família Borges Fortes, que em muitas das correspondências enviadas a Vasconcellos o tratavam como parente ou primo. Foi somente analisando os inventários familiares dos avós e bisavós da esposa de Vasconcellos que consegui identificar as relações.

## **Você pesquisou ações ordinárias e executivas, que definitivamente não se encontram entre as fontes mais consultadas pelos historiadores. Quais são os potenciais pouco explorados desses tipos documentais para a pesquisa histórica?**

Como mencionei, a necessidade de realizar o cotejo entre diferentes fontes documentais, com vistas à reconstituição da trajetória do indivíduo pesquisado, me fez buscar por documentos que pudessem desvelar suas relações, suas intenções e suas estratégias. Dentro do rol de fontes localizadas, as ações ordinárias e executivas em que Antonio de Vasconcellos foi parte foram de grande valia para compreender o início de suas atividades comerciais, bem como os itens com que ele trabalhava, inserindo-o no contexto comercial da Província na década de 1860, momento no qual a Guerra do Paraguai (1865-1870) fez com que se reorganizassem as dinâmicas econômicas no RS. Foi através destes processos que encontrei algumas cartas de crédito, listas de itens vendidos, pedidos de falência e acusações de fuga e não quitação de débitos, permitindo que eu estabelecesse parte da dinâmica comercial da qual Vasconcellos fazia parte.

## **Por que a opção por uma pesquisa biográfica? E como você chegou à figura de Antonio da Silva Vasconcellos?**

No meu último ano de graduação passei a realizar um estágio no Instituto Histórico de Passo Fundo. Minha primeira atividade foi organizar e catalogar uma biblioteca que havia passado por cinco gerações de uma mesma família. Ao folhear as obras, as marcas de posse dos livros foram aparecendo e aquilo me intrigou. Conforme os livros iam sendo agrupados, passei a pesquisar rapidamente a família, para compreender a cadeia custodial da biblioteca. Posteriormente, em uma visita do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS) a Passo Fundo, ele nos informou que o IHGRGS havia recebido um grande volume de documentos da mesma família. Logo na sequência, nos deslocamos até Porto Alegre para conhecer os documentos e aí me deparei com uma imensidão de registros, cartas, fotos, documentos contábeis, cadernos, livros, jornais e revistas. A ideia era produzir um guia de fontes com os dois acervos, obviamente complementares. Já no fim da graduação, tendo optado por não dar continuidade à pesquisa sobre Patrimônio Cultural, desenvolvida na Iniciação Científica, e me vendo sem um tema para desenvolver uma pesquisa no mestrado, a amiga Vanessa Gomes de Campos, então arquivista do IHGRGS, me desafiou a pensar em um projeto que utilizasse aquela documentação. Assim, passei a ter mais contato com os documentos e elegi Antonio de Vasconcellos como um potencial ponto de partida, em um primeiro momento sob um viés mais político. Ao longo do mestrado o projeto foi se reorganizando, então optei por realizar uma pesquisa biográfica, ampliando a atuação política do indivíduo estudado. Um ponto difícil nesse processo, devido à grande quantidade de fontes, foi a escolha pelo recorte em utilizar as correspondências pessoais de Vasconcellos como as principais fontes do trabalho, em detrimento de outros documentos do arquivo pessoal.

## **Você tentou ou conseguiu estabelecer contato com os descendentes de seu biografado? Cogitou ou cogita realizar entrevistas de História Oral, considerando a possibilidade de proceder a entrevistas remotas em um contexto pandêmico?**

Durante a pesquisa tive o prazer de conhecer um dos trinetos do Antonio e acessar parte do acervo que ainda está sob custódia da família. Também recebi a visita, no Instituto Histórico de Passo Fundo, de descendentes desse trineto, respectivamente tetra e pentanetos de Antonio de Vasconcellos que foram conhecer as instalações do IHPF. Em função do tempo, não utilizei a História Oral na dissertação, mas isso está previsto para acontecer na tese.

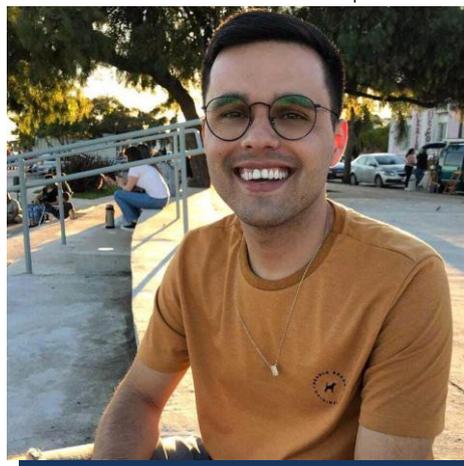
## **O que podemos esperar de seu doutorado? O Arquivo Público continua na rota de seus itinerários de pesquisa?**

Muitas foram as questões levantadas durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado. Uma delas, se não a principal, foi por que os descendentes guardaram um volume tão grande de documentos de Vasconcellos e como esse conjunto acabou sendo dividido e doado a diferentes instituições de custódia? Portanto, na tese estou explorando a trajetória custodial do acervo. Obviamente que o APERS continua no meu itinerário de pesquisas. Aliás, foi graças a processos de sucessão e alimentação que pude compreender melhor o universo familiar dos descendentes de Vasconcellos, conseguindo estabelecer alguns marcos temporais no processo de custódia dos documentos. Além disso, o APERS é uma das principais instituições custodiadoras utilizadas por mim, dado que a diversidade e o volume de documentos permitem que, dependendo da temática de pesquisa, os problemas que emergem do passado sejam mais bem compreendidos. Ainda, por desenvolver pesquisas paralelas, sobretudo no Instituto Histórico de Passo Fundo, recorro ao APERS para consultar processos-crime, inventários, livros dos tabelionatos, habilitações de casamento etc. Gosto de pensar nas palavras de Arlette Farge, então, abordo essa documentação como milhares de vestígios de homens e mulheres, cujas vidas foram apanhadas em algum momento específico, e isso permite um “súbito encontro com existências desconhecidas, acidentadas e plenas”.

# Franklin Fernandes Pinto

Foto: Arquivo Pessoal.

Franklin Fernandes Pinto cursa o doutorado em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF), com fomento de bolsa CAPES, e é mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS). Graduiu-se no curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (campus Jaguarão/RS). Seus trabalhos têm ênfase nos temas de história agrária, história da família, análise de redes sociais, escravidão e economia no mundo rural durante o período colonial até a metade do século XIX.



**Dissertação:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201779>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/8019978334122658>

## **Franklin, gostaria de lhe pedir que falasse um pouco sobre sua trajetória profissional entre a graduação e o doutorado em andamento.**

Olá, Rodrigo! Tenho acompanhado as sessões de entrevista com outros colegas na página do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), e sou muito grato pela oportunidade de também vir dialogar sobre nossas trajetórias e pesquisas. Meu percurso na academia teve início no ano de 2011, quando ingressei no curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Jaguarão. No mesmo ano, comecei a trabalhar como voluntário da iniciação científica no Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, coordenado pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Fraga da Silva. Nesse espaço trabalhávamos com a área rural de Jaguarão, mais especificamente, estávamos focando nos estabelecimentos rurais com elementos arquitetônicos de fortificação. A iniciação científica foi essencial na minha trajetória, porque através dos projetos desenvolvidos no laboratório tive meu primeiro contato com o arquivo e as fontes.

Nesse ambiente partíamos dos pressupostos teóricos da Arqueologia da Paisagem, mas também começamos a ler sobre o meio rural, a economia e os diferentes sujeitos que habitavam aquele espaço. A partir de então, comecei a ficar cada vez mais instigado pelos trabalhos que conjugavam história agrária e história econômica. Quando chegou o momento de realizar o trabalho de conclusão de curso, foquei nas unidades produtivas rurais estabelecidas em Jaguarão no início da consolidação do domínio luso naquele espaço.

Ao concluir a graduação, realizei o processo seletivo para o mestrado na UFRGS, onde fui orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Osório. Nesse momento, direcionei minha atenção exclusivamente para a área rural e estudei os pequenos produtores de Jaguarão. Dentre tantas experiências, uma das que ficava extasiado era a disponibilidade de pesquisar no arquivo, prática que para os estudantes do interior muitas vezes é um empecilho, haja vista a resistência que muitos arquivos locais ainda apresentam em sua abertura, além da dificuldade de deslocamento até Porto Alegre. No mestrado, também estive envolvido em projetos de extensão universitária, fiz parte da comissão organizadora do 1º Encontro Discente de História da UFRGS, realizado no ano de 2016, além de muitas outras oportunidades que estar em uma capital proporcionava. Foi no período de pesquisa para a dissertação de mestrado que descobri um outro tema de estudo que iria atrair minha atenção para o projeto de tese que estou desenvolvendo agora.

Ao estudar os agregados em Jaguarão pude perceber a importância dos nichos familiares na consolidação de um espaço, as estratégias que os mesmos empregavam para garantir a sua manutenção ou reprodução social. Em virtude disso, no ano de 2020 fiz a seleção de doutorado na UFJF, onde estou desenvolvendo desde 2021 uma pesquisa que tem como foco as estratégias familiares na Freguesia do Estreito, durante o período de 1763-1789, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida.

### **Quais foram os problemas de pesquisa e os principais argumentos apresentados na sua dissertação de mestrado?**

Na minha dissertação de mestrado busquei compreender o surgimento e o desenvolvimento econômico dos pequenos produtores de Jaguarão, assim como sua lógica de produção, no período de 1802 – 1835. Como fontes principais utilizei os inventários post-mortem e delimito como pequeno produtor aquele indivíduo que possuía até 150 reses inventariadas entre seus bens. Ao total, trabalhei com um

universo documental composto por 67 inventários de pequena produção, monte que representa 43% das unidades produtivas arroladas em Jaguarão no período estudado.

Foi possível perceber que a maior parte do patrimônio desse grupo estava concentrado nos bens rurais (animais, terras e benfeitorias) e trabalhadores escravizados. Ao contrário do que ocorria entre a elite agrária, os pequenos produtores investiam a maior parte de seu pecúlio na compra de trabalhadores escravizados e não em animais. A média de cativos por unidade produtiva correspondeu a 4,6 por inventário, uma quantidade bastante elevada quando comparada a outras freguesias.

Foi possível também compreender a importância da agricultura nas pequenas unidades produtivas rurais, sendo uma das principais atividades responsáveis pelo acúmulo de capital por parte desse grupo. Além disso, notamos que esses estabelecimentos rurais diversificavam sua produção e seu rebanho, como a própria criação de ovelhas e a produção de lã.

Esse trabalho também possibilitou que problematizássemos a figura do agregado, devido seu recorrente aparecimento nas fontes analisadas. Através disso, podemos complexificar um pouco mais essa relação e demonstrar a importância dos nichos familiares e suas estratégias de reprodução social.

### **De que maneira as fontes custodiadas pelo Arquivo Público contribuíram para o seu trabalho?**

Um dos primeiros textos que tive contato na graduação foi o de Arlette Farge, *O sabor do arquivo*, e, desde então, adoro estar nesse ambiente. O Arquivo Público está presente em minha trajetória desde a graduação até o doutorado em andamento. A maior parte do meu trabalho investigativo ocorre nessa instituição, onde já pesquisei em livros de notas, processos crimes, testamentos e inventários post-mortem.

Esses dois últimos tenho um contato mais frequente e foram essenciais para o trabalho que desenvolvi na minha dissertação de mestrado. Os inventários constituíram-se nas principais fontes para o estudo dos pequenos produtores, onde pude compreender a estrutura agrária e a distribuição do patrimônio entre o grupo que estudei. Além disso, através das informações contidas nessa fonte, surgiu um outro problema de pesquisa que foram os agregados. Já os testamentos, tornaram-se imprescindíveis para compreender as estratégias familiares que eram empregadas pelos domicílios dos pequenos produtores.

# Helen Osório

Helen Osório bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985) e em História pela mesma Universidade (1987), onde realizou seu mestrado, defendido em 1990 e publicado em 2017 pela editora Óikos (“Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino”). É professora de História da América na mesma universidade desde 1989. É doutora pela Universidade Federal Fluminense (1999), cuja tese foi publicada pela Editora da UFRGS em 2007 (“O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes”). É autora de diversos capítulos de livros e artigos sobre o Rio da Prata colonial e a porção meridional do Império português, com ênfase em história agrária, social e econômica. Realizou estágios pós-doutorais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre 2010-2011 e entre 2018-2019.

Foto: Gabriel Gaziero.



**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/5350547241540713>

**Helen, seu trabalho é muito associado ao campo da história agrária, do qual você foi uma das precursoras no Rio Grande do Sul e no qual você formou diversos pesquisadores. Você poderia comentar como percebe essa trajetória?**

Provocada pela pergunta, veio-me à memória as primeiras vezes em que fui ao Arquivo Público, em 1993 (faz 30 anos!), momento em que eu preparava meu projeto de doutorado. Aí, na sala de consulta (então situada no segundo andar, acima dos depósitos) tive a felicidade de conhecer Paulo Zarth. Ele pesquisava para sua tese de doutoramento. Deu-me indicações preciosas sobre os inventários post mortem, fonte sobre a qual trabalhava e que eu estava entrando em contato naquele momento. A partir desse encontro pude conhecer seu pioneiro e inspirador trabalho, a dissertação de mestrado “História agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920”, orientada por Ciro Flammarion Cardoso, e ganhei um interlocutor importante para meus trabalhos.

Antes disso, minha primeira pesquisa resultou em minha dissertação de mestrado, "Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino" (1990) em que investiguei o processo de ocupação portuguesa e seus conflitos, com uma mirada mais larga, que pretendeu inserir esse espaço luso numa formação mais ampla, o espaço platino. Aqui já discutia diferentes formas de acesso à terra e de direitos de propriedade, por diversos grupos sociais. Minha inspiração foi o conjunto de livros de um coletivo de historiadores uruguaios capitaneado por Lucía Sala de Touron que investigaram a sociedade colonial da Banda Oriental, principalmente sua estrutura agrária, para elucidarem a origem do movimento independentista de Artigas e suas medidas de redistribuição de terras ("Artigas y su revolución agraria").

Depois dessa primeira experiência de pesquisa, de cujo resultado gosto bastante, senti necessidade de aprofundar o conhecimento da sociedade colonial do território que viria a ser o Rio Grande do Sul; avaliei que realizara um trabalho um tanto "descarnado", sem "gente", no sentido em que os grupos sociais que compunham aquela sociedade não tinham sido meu objeto principal e mal tinham sido delineados. Desejava, portanto, fazer uma pesquisa na tradição da história social. Em 1993 conheço a inovadora e disruptiva tese de João Fragoso, Homens de grossa aventura Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830), que acabara de ganhar o primeiro prêmio do Arquivo Nacional e fora publicado. Além de formular uma nova interpretação do funcionamento da sociedade colonial escravocrata, onde as noções de capital residente, acumulação endógena, mercado interno, hierarquias sociais de tipo antigo eram centrais, ela apontava os fortes vínculos mercantis desses grandes comerciantes com o Rio Grande. A produção de trigo, couros e charque era por eles comercializada, assim como eram os responsáveis pela introdução de africanos escravizados na capitania. Fiquei muito entusiasmada com suas conclusões e contribuições e busquei sua orientação para realizar o doutoramento, na UFF. A intenção era estudar a sociedade colonial do Rio Grande, delinear alguns de seus grupos sociais, as formas produtivas, as hierarquias sociais e as conexões econômicas com o Rio de Janeiro. A fonte basilar seriam os inventários post mortem.

Na UFF tomei contato e estudei as obras clássicas da história agrária francesa, e as contribuições de Maria Yedda Linhares e Ciro Flammarion Cardoso, pesquisadores referentes para essa área no Brasil. Ao mesmo tempo, tive a felicidade de ir acompanhando a evolução da estupenda e inovadora história agrária argentina dos séculos XVIII e XIX, capitaneada por Juan Carlos Garavaglia e Jorge Gelman.

Os ensinamentos e diálogo com esses historiadores foram fundamentais para o desenvolvimento de minha pesquisa. Creio ter conseguido esboçar, em minha tese, as principais características da sociedade que se formava, até 1825, na fronteira meridional do império português: uma economia não baseada apenas na pecuária, mas de forma relevante na agricultura; uma diversidade de produtores rurais, tanto na sua envergadura e riqueza, quanto nas atividades que desenvolviam (um grande percentual eram mistos, dedicavam-se à agricultura e à pecuária simultaneamente). Enfim, para além dos grandes estancieiros, a sociedade fronteiriça era formada, majoritariamente, por pequenos produtores dedicados mais à agricultura do que à pecuária (denominados nas fontes como "lavradores"), muitos deles não eram proprietários das terras em que viviam e produziam, e eram frequentemente pequenos senhores escravistas. Garavaglia chamava esse grupo de "pastores lavradores", o que pode ser aplicado também ao Rio Grande.

Sempre baseada nos inventários (fonte que representa os setores mais ricos de uma sociedade), pude comparar a sociedade agrária sulina com a do Rio de Janeiro, e encontrei percentuais de população escravizada no RS tão significativos quanto lá. A tese de Zarth já havia demonstrado a presença da escravidão por todo território (para além das charqueadas, portanto) para o século XIX, e a existência dos "escravos campeiros". Pude demonstrar a utilização de escravos que desempenhavam a função de peões, com muita frequência, e desde o século XVIII. Enfim, julgo ter dado uma contribuição para o conhecimento da diversidade da sociedade colonial e da importância da escravidão desde sua constituição, mesmo nas áreas mais fronteiriças.

### **Como vê a evolução do campo da história agrária nas últimas décadas? E qual o papel das fontes do Arquivo Público nesse desenvolvimento?**

A expansão do sistema de pós-graduação no início dos anos 2000, com a consolidação de vários cursos, surgimento de novos, e a ampliação do número de bolsas, fundamental para a dedicação à pesquisa, produziu uma sinergia virtuosa. Vários jovens pesquisadores, logo professores universitários, dedicaram-se ao campo. Pude acompanhar de perto e tornar-me, para minha alegria, interlocutora de Luís Augusto Farinatti, que deu inestimáveis contribuições com seus trabalhos sobre lavradores nacionais (Santa Maria) e sobre a formação, ou desdobramento, de uma sociedade na fronteira, com a constituição de novas elites (Alegrete) para o século XIX. Eu e Zarth trabalhamos com amostras de inventários que cobriam todo o espaço da capitania e depois província. Realizamos trabalhos mais "generalistas". As novas

gerações detiveram-se em espaços mais circunscritos, o que lhes possibilitou um estudo mais aprofundado, verticalizado e dinâmico das realidades, com a utilização de vários tipos de fontes. E, claro, novas questões e objetos foram sendo formulados e novas contribuições historiográficas, notadamente a micro-história, tiveram um impacto muito positivo na produção histórica. Diversos espaços e temáticas foram esquadrihados por jovens pesquisadores, em suas dissertações de mestrado e teses de doutorado, realizadas em cursos do Rio Grande do Sul ou do sudeste. Sob minha orientação, Arlente Foletto, com seus estudos sobre a paisagem agrária em Itaqui (e depois sobre suas famílias de elite); Graciela Bonassa Garcia, estrutura agrária, conflitos fundiários em Alegrete; Marcia Sanocki, crescimento econômico e desigualdade social em Caxias; Ginter Leipnitz, arrendamento, relações de propriedade e trabalhadores em Uruguaiana; Luciano Costa Gomes, escravidão, camponeses e reprodução social em Porto Alegre; Gustavo da Silva Gularte, paisagem agrária e estrutura produtiva em Jaguarão; Franklin Fernandes Pinto, agregação e pequenos produtores em Jaguarão e Edsiana de Belgrado, propriedade e mercado de terras em Santa Vitória do Palmar e ocupação de terras e circulação de bens na fronteira do Rio Grande. Vários desses historiadores já foram entrevistados pelo blog do APRS. Ciente de várias omissões pelas quais peço desculpas, refiro ainda os trabalhos de Marcio Both da Silva, Leandro Goya Fontella, Sandra Eckhardt, André Nascimento Correa, Leandro Rosa de Oliveira e Marcelo Santos Matheus. Destaco também a tese de Jonas Vargas, "Os barões do charque e suas fortunas". Todos estes trabalhos não poderiam ter sido realizados sem a existência de um Arquivo Público, que alberga de forma centralizada a documentação judiciária de todo o estado. Este panorama não ficaria completo sem uma menção à produção oriunda da Universidade de Passo Fundo, que vem se dedicando à história agrária do planalto, especialmente na viragem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas desse.

Como apreciação geral, eu diria que todos esses trabalhos, e tantos outros não mencionados, são essencialmente estudos de história social (desvendando hierarquias, grupos, dinâmicas e reprodução social), tendo por locus diferentes espaços da sociedade rural riograndense dos séc. XVIII e XIX (com predomínio desse). Gostaria de destacar, ainda, que direta ou indiretamente, nessas duas décadas do novo século, houve, a meu ver, um diálogo profícuo entre essa produção e os estudos que tem por objeto principal a escravidão. Muitas vezes, o espaço do Arquivo Público foi o local desses encontros e trocas, para além dos próprios textos. O GT de História Agrária da Anpuh- RS foi um espaço privilegiado de discussão e mútua colaboração. A qualidade e a abrangência desses trabalhos deu um lugar de reconhecido destaque nacional a nossa produção.

**Ultimamente, a metodologia serial, da qual você é um dos expoentes no Rio Grande do Sul, vem sofrendo questionamentos. Qual o potencial dessa metodologia e o que ela tem a oferecer à escrita da História na atualidade? Existem dificuldades específicas dos acervos locais para a elaboração de pesquisas seriais?**

A metodologia serial é aplicável a vários domínios da história: da história econômica à história da arte, passando pela social. Ela nos possibilita perceber a evolução, a mudança, o ritmo da presença de um objeto ou variável no tempo. Ora, poder determinar esses movimentos é matéria prima para a produção do conhecimento histórico. É possível construir séries de "objetos" que a princípio não seriam quantificáveis. Quando a população escrava crioula passa a ser relevante em determinada comunidade? Como evoluiu e intensificou-se (ou não) o tráfico de africanos escravizados para uma região? A partir de quando livros com determinada temática surgem e passam a ser frequentes nas bibliotecas particulares? Qual a evolução das condições para a alforria presentes nas cartas de liberdade em Porto Alegre? Parecem-me questões relevantes para diferentes pesquisas. A imaginação controlada (a partir de uma cuidadosa crítica da fonte utilizada) do historiador pode produzir séries de variáveis surpreendentes e originais. Os meios informáticos atuais também auxiliam na renovação do método. Portanto, creio que continua sendo uma metodologia muito útil para para vários campos da pesquisa histórica e que não deva ser descartado.

Quanto às dificuldades arquivísticas, eu mencionaria o incompleto levantamento e quantificação dos diferentes tipos documentais, situação ainda existente em muitos arquivos. Conhecer o número total de documentos de determinado tipo e sua distribuição no tempo é importante para se decidir se trabalharemos com a totalidade da documentação ou se realizaremos uma amostragem, por exemplo. Essa informação também é muito importante para a planificação geral de uma pesquisa.

**Por outro lado, nos seus últimos trabalhos percebe-se a influência de uma micro-história de feição mais econômica. Você acha que a micro-história, no que se refere ao Brasil colonial, estaria condenada a ser uma historiografia incompleta, feia, "tapuia", como qualifica João Fragoso, devido às dificuldades para o acompanhamento nominal dos atores históricos?**

Infelizmente tendo a concordar com João Fragoso. O acompanhamento nominal dos sujeitos é dificultado por duas ordens de fatores. Por um lado, deve-se a uma característica histórica da colonização lusa: a imensa mobilidade da população, que permitiu a expansão de seu território. Como diz a canção "Paratodos" de Chico Buarque: "o meu pai era paulista/ meu avô, pernambucano/ o meu bisavô, mineiro/ meu tataravô baiano...". A população negra escravizada sequer tinha direito a um sobrenome; adquiria-o apenas quando conseguia a alforria. Acresce-se a esses fatores, a inexistência de regras estabelecidas de nomenclatura no mundo luso, e a possibilidade recorrente de uma pessoa trocar de nome durante sua vida. Portanto, é muito difícil "perseguir" um indivíduo ou um grupo com essas características (além da abundância de homônimos). Por outro lado, estão as dificuldades arquivísticas. Sabemos que o Estado brasileiro nunca primou pela preservação da documentação. Temos lacunas imensas de documentação. Ao lado disso, a incompleta classificação e indexação dos documentos e a falta de instrumentos de busca prejudicam esse tipo de pesquisa. Não quero generalizar, pois o estágio de organização dos arquivos no Brasil é muito variável. À medida que essa organização avance, junto à digitalização da documentação e à disponibilização de programas que permitam a busca nominal, teremos melhores condições de realizar esse tipo de pesquisa. De qualquer forma, a multiplicação de estudos de trajetórias de pessoas e grupos atestam os esforços de pesquisa dos historiadores brasileiros e seu relativo sucesso. Ou seja, mesmo que não se consiga utilizar cabalmente o método, a "inspiração micro-histórica", e a redução de escala tem trazido ganhos palpáveis para a historiografia.

**A que você atribui o pouco interesse dos historiadores sul-rio-grandenses pela história econômica e demográfica, que segue sendo realizada em outros lugares do Brasil, particularmente nas universidades da região Sudeste?**

Não tenho conhecimento suficiente para dar uma resposta mais fundamentada. Em sua origem, creio que a existência abundante das listas nominativas de habitantes para São Paulo (e que incluía o Paraná) foi um incentivo aos estudos de demografia histórica nesses estados. Universidades mais antigas (penso na USP), e com tradição em estudos demográficos e de história econômica também foram as precursoras em cursos de pós-graduação. Enfim, este é um tema de investigação para os historiadores da historiografia. Atualmente, creio que o pouco interesse pela história demográfica e econômica por esses pagos deve-se a sua minúscula presença nos cursos de graduação, onde preponderam, de longe, abordagens políticas e culturais, secundadas

por uma história social. Se não são apresentados aos alunos textos dessas áreas, que os induzam a conhecê-las e compreender os ganhos analíticos dessas perspectivas, é quase impossível que desejem desenvolver pesquisas que ao menos tangenciem essas abordagens. A verdadeira ojeriza dos alunos de história a qualquer expressão matemática é um imenso obstáculo. No mínimo, os alunos deveriam ser treinados para saber ler e interpretar gráficos e tabelas simples. Aproximar-se destes “mundos” desconhecidos recém na pós-graduação implica em grandes esforços individuais que poucos alunos estão dispostos a fazer, ainda mais com os prazos de realização de mestrado e doutorado.

As grandes contribuições da história demográfica para a história social (família escrava, relações de parentesco, estudos das famílias em geral) produziram aproximações entre as duas e a utilização das fontes típicas da demografia histórica pela última (registros paroquiais e as escassas fontes de tipo nominativo, como os róis de confessados). A presença de Ana Sílvia Scott como professora da Unisinos durante vários anos ensejou um intercâmbio e uma influência muito positiva sobre os estudos de história social. Martha Hameister estudou estratégias sociais e familiares na formação da vila de Rio Grande através dos registros paroquiais. Pesquisas sobre compadrio na fronteira oeste, de Farinatti, Matheus e Max Ribeiro desvelaram as migrações para o avanço daquela fronteira no séc. XIX e estratégias sociais de diferentes grupos. Já Luciano Costa Gomes fez um uso intensivo dos róis de confessados de Porto Alegre para o estudo da escravidão e da estrutura econômico-demográfica.

**A historiografia do Rio Grande do Sul tem investigado o conceito de fronteira e a inter-relação com os países platinos. A seu ver, esse seria um campo no qual a historiografia do Brasil meridional teria a contribuir com a historiografia brasileira, em lugar de consumir a influência teórico-metodológica das universidades do Sudeste? Temos uma “troca desigual” no “mercado historiográfico”, parafraseando Ginzburg e Poni?**

Talvez no final dos anos 90 essa troca tenha sido desigual. Mas creio que a qualidade e a inovação das pesquisas produzidas sobre a fronteira meridional impuseram-se: desde a precursora Susana Bleil de Souza, e depois Guazzelli, Farinatti, Kuhn, Thompson Flores, Tiago Gil, Menegat, Thiago Leitão de Araújo, Peter de Lima, Caratti, Vargas, Matheus, Gularte, entre outros. Sob vários enfoques, mostraram-se as dinâmicas sociais e econômicas de constituição e “usos

estratégicos” da fronteira e contribuímos substancialmente para “desnacionalizar” a questão. Derrubamos muitos anacronismos e a leitura nacionalista predominante. O diálogo com os colegas uruguaios e argentinos foi fundamental. A meu ver, falta ainda uma maior troca e reflexão conjunta com a historiografia da fronteira oeste e norte do império português e depois Brasil.

**Seus trabalhos caracterizam-se por uma sólida base documental. Em um cenário historiográfico em que a pesquisa empírica sofre questionamentos cada vez maiores, qual a importância que você vê nos arquivos?**

Em minha concepção de história, este conhecimento constrói-se a partir de problemas e de fontes, que são mediadas por sua crítica, pela metodologia e teoria. A especificidade do conhecimento histórico e do ofício do historiador é este. Portanto, todos os repositórios de fontes, os arquivos, são fundamentais, sejam de fontes manuscritas, impressas, imagéticas, sonoras, fílmicas, orais, digitais. Os arquivos no Brasil sempre foram instituições maltratadas: carentes de meios físicos e financeiros, de laboratórios de restauro, de serviços de microfilmagem e de pessoal. Espero que nos próximos tempos os arquivos recebam mais atenção e verbas, de todas as esferas de governo. Infelizmente ainda não se considera os arquivos no mesmo patamar dos outros bens do patrimônio artístico, histórico e cultural que devam ser protegidos, resguardados, restaurados.

Os arquivos são, além de local de trabalho, um local privilegiado da sociabilidade do historiador. Aí se compartilham descobertas, dúvidas e idéias com outros historiadores. Tratando-se de pesquisa com manuscritos, nada substitui o contato direto com a materialidade da fonte. A fotografia digital poupa tempo e dinheiro, e é um sucedâneo relativamente eficaz frente à escassez de recursos. A consulta e leitura in loco é insubstituível; nela avança-se e retrocede-se pelas folhas, recompondo a lógica do documento que às vezes nos escapou na primeira leitura e observando-se anotações nas margens. Esse “túnel do tempo” é experimentado por cada novo aluno que introduzo no métier. Praticamente todos eles lembram e referem-se a esta primeira experiência profissional e de encantamento.

A digitalização dos acervos, que deve avançar no futuro, produzirá um certo esvaziamento físico dos arquivos, mas as instituições arquivísticas manterão sua centralidade para a produção do conhecimento histórico.

# Helen Scorsatto Ortiz

Foto: Arquivo pessoal.

Helen Scorsatto Ortiz é professora e historiadora. Cursou doutorado em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014) e mestrado em História na Universidade de Passo Fundo (2006). É especialista em História Contemporânea (FAPA, 2000) e graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) -



Campus Porto Alegre, onde atualmente também exerce a função de Diretora de Extensão. Autora do livro "O banquete dos ausentes: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850 – 1889), sua dissertação de mestrado publicada em 2011 pela Editora da UPF.

**Tese:** <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2505>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9621922226817265>

## Helen, você pode nos relatar em linhas gerais sua trajetória de pesquisa?

Rodrigo, em primeiro lugar, agradeço o gentil convite para essa entrevista. Tenho muito apreço pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), pelo que representa, de forma geral, à cultura, história e patrimônio sulinos e especialmente para nós historiadores.

Respondendo à sua pergunta, tomei primeiros contatos com a pesquisa, ao tempo da graduação em História na UFRGS, durante estágio realizado na Assessoria de Estudos e Pesquisas (Assespe) da Secretaria Municipal da Cultura, no município de Porto Alegre. Ali, juntamente a competentes servidores e demais estagiários, participei de pesquisas relativas à história de Porto Alegre e ao campo do cinema & história. Foi uma experiência muito marcante e fundamental na minha trajetória pessoal e profissional, que me permitiu adentrar pela primeira vez em alguns arquivos da capital, ampliar, na prática, conhecimento sobre fontes históricas e seus usos, exercitar a criatividade, escrever e produzir conjuntamente.

Durante a especialização em História Contemporânea, meu trabalho final versou sobre o movimento estudantil e teve um caráter mais bibliográfico. Assim, as pesquisas de maior fôlego e imersão em arquivos foram as de mestrado e de doutorado, quando me voltei para o estudo da história agrária. Para a escrita da dissertação, cujo objetivo principal foi discutir como se deu a aplicação da Lei de Terras de 1850 no primitivo município de Soledade e quais as consequências econômicas, sociais e políticas daí advindas para a região em estudo, foram fundamentais as fontes do APERS, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHR) e do Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo – Divisão de Terras Públicas do Estado, em Porto Alegre. No interior do estado, consultei fontes no Escritório da Emater Soledade e, sobretudo, no Arquivo Histórico Regional (AHR), em Passo Fundo. Há significativo acervo sobre Soledade no AHR, que pude explorar em maior profundidade durante o doutorado, quando me propus a discutir e analisar os conflitos agrários ocorridos no município de Soledade e que chegaram à Justiça entre os anos de 1857 e 1927. Neste trabalho, utilizei uma série variada de fontes para a investigação, sendo a base um conjunto de processos judiciais, envolvendo embargos, esbulhos, despejos, autos de manutenção e de restituição de posse, etc. À época, o acervo sobre Soledade no AHR ainda estava em fase de organização. Eram centenas de processos guardados em caixas, separados apenas por ano. Não havia um meio de busca disponível para esse acervo e foi preciso abrir caixa por caixa, manuseando cada processo para ver do que se tratava e o que de fato interessava à tese. A maior parte dos processos de litígios envolvendo a terra que analisei estão sob guarda do AHR. Contudo, os processos que constituem o acervo do APERS foram igualmente fundamentais, uma vez que são qualitativamente significativos e são também os processos mais antigos, todos referentes ao período imperial.

### **Qual foi a contribuição da documentação custodiada no Arquivo Público para os seus trabalhos?**

Ter contato com o acervo do APERS e poder acessá-lo foi essencial para a minha formação enquanto historiadora e para os trabalhos que desenvolvi, no campo da história agrária. Tanto no mestrado quanto no doutorado consultei registros paroquiais de terras, inventários post-mortem e processos judiciais, referentes aos séculos 19 e 20. Durante o mestrado, as informações contidas nos registros paroquiais de terras, juntamente a outros documentos, auxiliaram no entendimento da estrutura fundiária da região que pesquisei, no norte do Rio

Grande do Sul, ao passo que a consulta aos inventários post-mortem possibilitou o conhecimento sobre a criação animal, a mão de obra, a produção agrícola, a condição de vida da população, dentre outras. Essa fonte foi de essencial importância, porque apresenta os preços dos animais, das terras, dos trabalhadores escravizados, etc., tornando possível comparações entre distintos bens em determinadas épocas e localidades. Na documentação policial e nos processos crimes procurei vislumbrar, ainda que parcialmente, a ação protagonista da população subalternizada. No doutorado, o foco esteve sobre os processos judiciais (ações de despejo, possessórias, embargos, etc.) e foram instrumentos importantes e reveladores das distintas visões e práticas a respeito do uso e acesso à terra e relativamente aos direitos de propriedade. Os processos de disputa pela terra, bem indispensável à reprodução da vida, forneceram informações que contribuem no entendimento dos complexos processos de apropriação territorial e expropriação dos trabalhadores do campo - uma realidade ainda muito presente em nosso país.

Desenvolvi a quase totalidade dos meus estudos de pós-graduação concomitante ao trabalho docente, em sala de aula, e, por isso, as férias escolares constituíam-se em momentos esperados e de "mergulho" nas fontes do APERS. A pesquisa na instituição foi sempre aprazível, dada a qualidade do atendimento, do acervo e das instalações, e pelo encontro/troca com colegas, ex-colegas e demais pesquisadores.

Recentemente, voltei às fontes do APERS, para a escrita de um artigo que compõe obra coletiva<sup>1</sup> a respeito do conflito agrário na terra indígena da Borboleta, um dos mais significativos do Rio Grande do Sul na atualidade.

**Na pesquisa de mestrado você analisou fontes mais habituais aos historiadores e historiadoras, como registros paroquiais de terra, inventários e processos-crime. Durante o doutorado, explorou também outros processos civis, tais como possessórias e embargos. Qual o potencial desses últimos tipos documentais? Em sua visão, eles têm a oferecer elementos pouco explorados pelos pesquisadores e pesquisadoras?**

De fato, no doutorado, referente ao município de Soledade, encontrei e analisei cerca de uma centena e meia de autos cíveis cujo foco central da disputa era a terra (sua posse/propriedade, extensão, legitimação ou uso/exploração).

---

<sup>1</sup> TEDESCO, João Carlos e VANIN, Alex (orgs.). A terra indígena da Borboleta: múltiplas dimensões de um conflito agrário no sul do Brasil. Passo Fundo: Acervos Editora, 2022.

A tipologia desses processos mostrou-se variada e se diversificou ao longo das décadas pesquisadas: ações cíveis de embargo, de esbulho, de despejo, de obra nova, de força nova, de manutenção/restituição/turbação/reivindicação de posse, etc. Dentre esse conjunto, é nítido o predomínio de ações caracterizadas como possessórias, ou seja, próprias para a defesa da posse provada. Propô-las requeria provar a posse e, dependendo do caso, provar também o esbulho, ou a turbação, ou a ameaça temida. Já os embargos tinham intenção de impedir que outras pessoas fizessem obras prejudiciais à sua propriedade ou aos seus direitos. Embargos tiveram ampla aplicação em diferentes regiões do mundo rural brasileiro, talvez pelo potencial de garantir a imediata suspensão dos atos ameaçadores dos réus. Na região pesquisada, comumente, as ações detonadoras dos pedidos de embargos eram as derrubadas de madeira, os levantamentos de ranchos, os apossamentos de campos e matos e as disputas pelos ricos ervais.

Expressão de relações sociais concretas, esse conjunto de disputas judiciais, incluindo possessórias e embargos, mostra a intensidade das divergências acerca da questão territorial e da legalidade das ocupações. Revela também o grau de ameaça às posses e propriedade na região de Soledade. A consulta aos processos permitiu perceber um cenário de intensos movimentos, desavenças e (re)acomodações entre sujeitos com perspectivas diferenciadas, também no tocante ao direito, e que, em maior ou menor grau, definiram ruamos de ocupação/apropriação/expropriação na região. Tais sujeitos fizeram parte de uma complexa sociedade rural, marcada pela diferença étnica, cultural e econômica. Ciente de que os processos judiciais representam apenas parte daquelas contendas, considero possessórias e embargos fontes potentes para conhecer distintas visões e práticas a respeito do uso e acesso à terra e a respeito das tensões, dos costumes e das noções de direito à terra.

**Comparando com, digamos, vinte anos atrás, temos hoje um panorama muito mais amplo sobre a História Agrária do Rio Grande do Sul (especialmente durante o século XIX) graças, dentre muitos outros, a estudos como o seu. Como não podia deixar de ser, a construção do conhecimento é um empreendimento coletivo e progressivo. Entretanto, me pergunto sobre a possibilidade de um trabalho de síntese. Na sua opinião, esse esforço seria bem-vindo? E você visualiza alguém o realizando?**

Nas últimas décadas, a difusão dos Programas de Pós-Graduação em História e o maior interesse pela história regional permitiram o desenvolvimento de múltiplas pesquisas e o aprofundamento do conhecimento histórico também no que se refere

à história agrária do Rio Grande do Sul. Vimos surgir uma profusão de trabalhos acadêmicos riquíssimos que versam sobre a temática, abarcando diferentes períodos e regiões do estado, apoiados por sólidas fontes e pesquisas. Vejo com especial interesse e curiosidade um exercício de síntese da história agrária sulina que leve em consideração tal produção acadêmica. Ao nos mostrar experiências econômicas e socioculturais diversas, e em associação a totalidades mais vastas, ele poderá nos auxiliar a compreender em maior profundidade certos temas e singularidades e, quem sabe, a rever outros. Enquanto escrevo essas linhas, me vêm facilmente à memória nomes de colegas experientes na questão e estou certa de que temos historiadores com conhecimento e fôlego para a tarefa, seja para realizá-la de modo individual ou coletivo.

**Seus trabalhos enfocam a região do planalto, mais especificamente Soledade. Existe algum tipo de ligação pessoal, afetiva ou familiar com a região? Essa parece ser uma tendência em alguns estudos de história agrária, ou de história de uma forma mais geral. Os pesquisadores e pesquisadoras procuram trazer as discussões historiográficas para realizar uma reflexão sobre seus locais de origem. Você concorda? Quais as contribuições da proximidade para a pesquisa histórica?**

Soledade é a terra natal de meus pais e avós e, especialmente em períodos festivos e de férias, sempre fez parte do nosso roteiro familiar. Cresci ouvindo minha avó e os membros mais velhos da família contarem histórias sobre o local, narrar pequenos, notáveis, alegres ou trágicos acontecimentos familiares e políticos e aos poucos fui olhando para uma complexa realidade social, marcada pela desigualdade, que a mim parecia ficar cada vez mais evidente. Ao longo dos anos, esse rol de experiências, sobretudo afetivas, alimentou minha curiosidade sobre a história da família e da região como um todo. De certa forma, quando ingressei no mestrado, me pareceu “natural” optar por um recorte espacial de pesquisa que incluísse Soledade. Também é preciso destacar que se somava ao meu interesse o fato de haver pouquíssimos estudos sobre a região até aquele momento. Inicialmente, pretendia escrever sobre a ocupação e a colonização naquele município. Não apenas por ser também descendente de italianos, desejava entender historicamente o processo de imigração ali vivido. Contudo, ao tomar maior contato com as fontes, sobretudo com os processos de medição de terras, empreendi mudança de rumos. Tornou-se fundamental entender a realidade da concentração fundiária e da

exclusão social na região de Soledade com a Lei de Terras de 1850. Acompanhando a trajetória de outros pesquisadores, não apenas daqueles que se debruçam sobre a história agrária, é perceptível a recorrência dessa vinculação da pesquisa historiográfica com o lugar de origem e/ou familiar. Penso que essa proximidade exige alguns cuidados, mas se destaca pelas contribuições possíveis, tais como o forte interesse pela temática, combustível à motivação do historiador, sobretudo nas etapas mais difíceis e solitárias da pesquisa; o conhecimento (ainda que por vezes incipiente) prévio da região/objeto de estudo; as relações pessoais/sociais que podem facilitar a obtenção de potenciais entrevistas, dicas de fontes e de pesquisa; informação sobre arquivos locais e sobre fontes existentes que porventura não estejam arquivadas; etc. Acima de tudo, creio que essa vinculação entre pesquisa historiográfica e lugar de origem do pesquisador tem contribuído fortemente para o avanço do conhecimento a respeito de diferentes espaços e regiões do estado e do Brasil como um todo.

**Na minha visão, é impossível pensar a história social ou econômica do Rio Grande do Sul ou do Brasil sem ter em conta a decadência e fim do escravismo. Ele foi interpretado quer como um divisor de águas, quer como um não-evento que não proporcionaria mudanças substanciais, quer como alguma coisa intermediária entre esses dois extremos. Em sua análise, qual foi o impacto do ocaso da escravidão na região que você analisa?**

A presença da escravidão foi marcante e expressiva em Soledade ainda que a economia estivesse assentada na pecuária e no extrativismo de erva-mate. Ao tratar da estrutura agrária e da concentração de riquezas na localidade a partir de 1850, levantei alguns dados sobre a mão de obra escravizada na região, sobretudo através dos inventários post-mortem. Ficou perceptível que o bem mais valorizado economicamente até os anos 1880 era o cativo.

Acentuada alta de preços se deu após a extinção do tráfico transatlântico, o que seria comum a todo o Brasil. De forma geral, o trabalhador escravizado permanece mais valorizado do que a terra, cujo preço dispara em Soledade em princípios do século 20.

Após o fim do tráfico transatlântico também seria estimulada a reprodução vegetativa da população servil, como uma das fontes de desenvolvimento da mão de obra dos latifúndios pastoris, e os inventários de Soledade dão mostras dessa realidade. Além das crianças cativas arroladas nos inventários, outras foram

registradas como sendo “filhos de ventre livre” ou “ingênuos”, como também eram conhecidos os nascidos após a Lei de 1871. Contudo, em contexto relativamente carente de braços, o uso dessa mão de obra “livre” beneficiou os proprietários escravistas e reduziu a tal liberdade a aspectos meramente formais.

Em Soledade, os escravizados labutavam nas mais diversas áreas e tarefas. Ocupavam-se da agricultura (roceiros), das lides domésticas (cozinheiras, costureiras, lavadeiras, etc.), das atividades pecuárias e pastoris (campeiros) e também das atividades extrativistas nos ervais.

Em 1884, em consequência da onda abolicionista, a província do Rio Grande do Sul declarou-se livre da escravidão. Os cativos foram formalmente alforriados, mas a liberdade era condicionada a prestações de serviços que, de forma geral, variaram de um a sete anos. O historiador Paulo Zarth bem lembrou que a partir dessa época os cativos desaparecem das estatísticas, mas permanecem na labuta. As cartas de liberdade constantes nos Livros Notariais de Transmissão e Notas de Soledade permitem ver que entre o período de 1873 a 1884, 41% do total das cartas foram condicionadas e em outros 15% os escravizados compraram sua liberdade. Somados esses percentuais, vê-se que em mais de 50% dos casos os cativos não estavam efetivamente livres ou haviam pago para gozar da nova condição.

Assim como em todo o território nacional, em Soledade os cativos resistiram de formas diversas à dominação e ao degradante sistema escravista, por meio de fugas, insurreições, justiçamentos, suicídios, organização de quilombos, etc. Atualmente, há pelo menos dois processos em andamento pelo reconhecimento de comunidades negras remanescentes e consequente demarcação de terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que referem-se à antiga Soledade: Linha Fão (Arroio do Tigre/RS) e Júlio Borges (Salto do Jacuí/RS).

Mas voltando à questão e considerando o foco central de minhas pesquisas, creio que importa destacar, no contexto soledadense do final do século 19, alterações significativas na economia local, com importantes consequências sociais. O monopólio territorial, a crescente elevação do preço da terra, a proibição legal do apossamento, as sucessivas fragmentações dos terrenos obtidos por herança, etc, tornam cada vez mais difícil o acesso e a permanência à terra para parcelas consideráveis da população. Situação que aprofundou as desigualdades sociais e os conflitos pela terra. Não à toa, a ampla maioria dos conflitos judiciais analisados se refere às áreas de matas e ervais. Esses espaços, além de ocupados pelos primitivos habitantes, eram também morada de muitos ex-cativos e seus descendentes que ali

se refugiaram e viveram a partir da Abolição. O crescente interesse do Estado, de latifundiários e de especuladores de terras pelas áreas colonizáveis, aliado ao fato de elas já estarem ocupadas e somado ao desenvolvimento da própria colonização, puseram em choque interesses diversos e, quase sempre, contraditórios no tocante à apropriação fundiária.

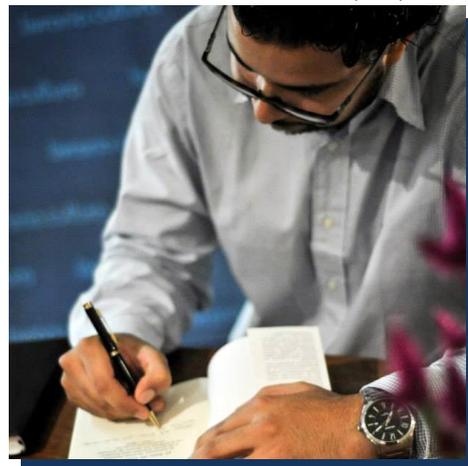
**Você se coloca como uma educadora popular. Qual é o legado de sua pesquisa acadêmica na sua prática docente? Mais que isso, existe uma influência no sentido inverso? Ser uma educadora incide sobre sua prática de historiadora?**

Ser educadora tem sido a forma como me coloco no mundo e, portanto, incide em todos os demais âmbitos da vida. Ao longo de minha trajetória profissional, o trabalho de sala de aula na educação pública, que já soma mais de duas décadas, foi sendo desenvolvido concomitantemente à pesquisa e à extensão e eles são, para mim, um tripé indissociável. Percebo e vivo a docência, a pesquisa acadêmica e a atividade extensionista como intimamente relacionadas, influenciando-se mutuamente. Se meus estudos estiveram focados na análise e compreensão da produção das desigualdades, dos processos de expropriação e de exclusão, de luta e de resistência, em minhas aulas tais temáticas são também recorrentes e procuro abrir espaço de debates, assim como provocar/construir conjuntamente conhecimento científico e compreensão crítica da realidade, base para novas (transform)ações. Na extensão, de forma geral, minhas propostas têm primado pela inclusão social, pela geração de oportunidades e pela melhoria da formação e da qualidade de vida do público atendido. Tenho atuado sobretudo junto ao campo das ações afirmativas e às parcelas mais vulneráveis da sociedade, incluindo catadores/as de materiais recicláveis, povos indígenas, população negra, pessoas com deficiência, novos imigrantes, dentre outras. Dessa forma, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, ainda que minimamente e com todas as minhas limitações, espero estar construindo saberes/vivências que possam contribuir no combate às desigualdades, ao racismo, às inúmeras formas de preconceito e discriminação e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática – o que se faz ainda mais necessária nesses tempos de avanço galopante das pautas e grupos reacionários.

# Jônatas Marques Caratti

Foto: Arquivo pessoal.

Jônatas Marques Caratti é professor Adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA/Campus Jaguarão. Doutorou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS em 2017 e defendeu seu mestrado em História Latino-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS em 2010. A dissertação intitula-se “O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862)”, e foi publicada em 2013 pela editora Óikos. Licenciou-se em História pelo Centro Universitário La Salle, UNILASALLE (2007).



**Tese:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180620>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/4220314443167061>

**Jônatas, você participou da equipe que elaborou os catálogos “Documentos da Escravidão”. Quais recordações você tem dessa experiência profissional e qual foi sua importância na sua formação como historiador?**

Sim. Lembro como se fosse hoje. Eu entrei no APERS como bolsista voluntário e não havia, naquele momento, possibilidade de bolsa. Mas eu sabia que o APERS me possibilitaria a experiência na área de pesquisa histórica. Nos primeiros dois anos de graduação, trabalhei numa empresa privada na área de logística. Chegava muito cansado às aulas e estava difícil de acompanhar o curso. Como já estava quase no meio, percebi que trabalhar com pesquisa histórica seria uma oportunidade importante para adentrar na área acadêmica e, quem sabe, fazer pós-graduação. Quem me recebeu foi a diretora Rosani Feron, de quem tenho excelentes lembranças. O coordenador do projeto foi o professor e historiador Jovani Scherer. Participar deste projeto mudou minha perspectiva como pesquisador e como pessoa. Éramos um grupo grande, que enchia a sala; houve épocas que havia até vinte

bolsistas. Algum tempo depois o Jovani ingressou no mestrado na Unisinos e então a historiadora Márcia Rocha assumiu o grupo. Eu permaneci dois anos e meio no APERS e tenho belíssimas lembranças. Duas experiências foram bastante marcantes: as conversas e troca de referências entre os bolsistas; tinha gente da ULBRA, FAPA, IPA, UNILASALLE, UFRGS, UNISINOS. Era uma troca muito bacana, às vezes fazíamos as mesmas disciplinas e trocávamos impressões e referências de textos. Essa parte foi muito rica. A segunda foi a oportunidade de conhecer pesquisadores que só tinha acesso como bibliografia: João José Reis, Sidney Chalhoub, Fábio Kuhn, Paulo Moreira... Todos muito solícitos e dispostos a conversar. Isso ocorria quando trabalhava na sala de pesquisa e essa troca me ajudou a amadurecer na escrita do projeto de mestrado. Enfim, eu não me imagino estar onde estou hoje, sem essa passagem pelo APERS. Foi uma oportunidade que enriqueceu minha vida. Não poderia dizer apenas meu currículo, porque de fato foi algo grandioso demais para ser vinculado apenas no nível profissional. Não posso me esquecer das Mostras de Pesquisa do APERS: tanto participei, escrevendo artigos para os anais, como na organização. O catálogo "Documentos da Escravidão" e a própria participação dos bolsistas fez o APERS ser mais conhecido e aos poucos novos projetos surgiram.

**Foi através desse projeto que você conheceu as histórias de Anacleto e Faustina? Você pode nos relatar brevemente as trajetórias dessas personagens analisadas em seu mestrado?**

Sim. Eu encontrei o processo criminal que relatava o caso da Faustina na época que estávamos conduzindo um projeto paralelo às cartas de liberdade. Eu li o documento e achei surreal. Resolvi anotar o número e olhar com mais atenção no sábado pela manhã, como pesquisador normal e não bolsista. O processo me chamou muita atenção e foi tema do meu TCC. O caso do Anacleto quem encontrou foi o Jovani Scherer, que já estava no mestrado, e lembrou-se do processo da Faustina. Até escrevemos um artigo abordando as duas trajetórias pela perspectiva da história comparada. São duas histórias incríveis e percebi isso desde o primeiro dia que li os processos. O caso da preta Faustina se deu entre Pelotas, Jaguarão e Melo, no Uruguai. Ela era filha de Joaquina Marina, africana da Costa, que possivelmente chegou da África pelo porto do Rio Grande. A Joaquina fugiu de seu cativeiro em Jaguarão e foi para Melo, onde casou e constituiu família como escrava fugida. Passada a Guerra dos Farrapos e a Guerra Grande, um capitão do mato o localizou e decidiu levar Faustina no seu lugar. Isso é algo que até hoje não ficou

evidente, o motivo de levar a filha e não a mãe; presumo que se relacione ao valor da Faustina, que tinha dez anos. Faustina foi levada para Jaguarão e por algum motivo a senhora da Joaquina não quis ficar com a menina. Assim, o capitão do mato a levou para Pelotas, onde a vendeu. Lá ela trabalhou na parte urbana da cidade, até que alguém disse a polícia que ela era castelhana; assim se inicia o processo, e é quando começamos a conhecer a história da Faustina.

O caso do pardo Anacleto é semelhante ao da preta Faustina, mas ao mesmo tempo existem pontos da narrativa que são diferentes e isso torna a história ainda mais interessante. Diferente de Faustina que nasceu no Uruguai, Anacleto nasceu em Encruzilhada, RS/Brasil. Ele foi levado quando tinha dez anos, para Tupambahé, departamento de Cerro Largo. Lá trabalhou cuidando de ovelhas até ser raptado por dois indivíduos que o venderam em Jaguarão. O ano era 1862, diferente de Faustina, que foi apreendida em 1852. Anacleto foi vendido em Jaguarão e Rio Grande por preços bem altos. Ele teve seu nome trocado e apanhou de seus "senhores" para não revelar sua identidade. Anacleto foi localizado numa charqueada em Rio Grande por um peão de estância de Encruzilhada. Em vez de chamá-lo de Gregório, seu novo nome, o chamou de Anacleto, o que revelou toda história e identidade.

### **A partir do seu estudo, quais foram as principais conclusões a que você chegou?**

Bem, eu percebi que as duas histórias, da preta Faustina e do pardo Anacleto, mesmo sendo semelhantes, ocorrendo em ambientes parecidos, que isso não eliminava um aspecto importante: a imprevisibilidade. E isso é o que nos faz humanos. E a história estuda esses humanos mergulhados em suas escolhas paradoxais. A Faustina foi libertada e voltou para o Uruguai, por causa da intensa participação do cônsul uruguaio. Por ter nascido no Uruguai, foi mais fácil para provar sua liberdade. O caso do Anacleto foi bem diferente. Por ter nascido no Brasil, o conceito de solo livre, utilizado pelos advogados, não teve força para provar sua liberdade. Ele deveria ter sido libertado por pisar em solo livre, mas isso não aconteceu. Localizamos o Anacleto num inventário de 1885, junto com seu irmão Vitor, por isso sabemos que ele permaneceu cativo. Foi um grande desafio fazer a pesquisa e escrever esse trabalho. Busquei escrever num formato mais narrativo, visando um público mais amplo. Mas ao mesmo tempo, como qualquer historiador sério, usei referências bibliografia e de fontes, além de deixar evidente o limite da pesquisa, quando não consegui responder alguma das perguntas iniciais. Em suma, a escravidão negra em regiões de fronteira precisa ser analisada levando em conta as especificidades da região e das legislações.

É preciso também apreender a inteligibilidade dos sujeitos, pois nosso olhar moderno para o antigo, por vezes nos leva a menosprezar as estratégias desses indivíduos. Também fiz uma intersecção entre micro-história italiana e micro-história francesa (microanálise) e isso rendeu bons frutos. Mas, claro, o maior crédito é para os protagonistas da história e aos documentos que são riquíssimos. Posso dizer que trabalhei muito, mas também tive sorte em encontrar processos com tantos detalhes e informações. Nem sempre é assim.

**Encontramos um contraste muito grande entre a temática do seu mestrado e de seu doutorado, já que você abordou o pugilismo em uma extensão temporal mais ampla. Também as fontes pesquisadas são de uma natureza diferente. O que levou você a investigar um novo campo temático, o que sempre envolve esforço, riscos e coragem?**

Sim. Mudei completamente. Depois do mestrado eu fui dar aula em escolas particulares da região metropolitana de Porto Alegre. Eu me afastei um pouco da pesquisa e fui para o chão da sala de aula. Essa mudança foi muito importante e me ajudou a amadurecer como docente. Acontece que depois de cinco anos lendo, fichando, escrevendo, palestrando sobre o tema da escravidão da fronteira, isso tudo me deixou enfadado. Eu sentia que precisava me desafiar e estudar outro tema, mesmo que isso compromettesse minha trajetória acadêmica. Sim, eu poderia ter escolhido permanecer no tema, mas não teria motivação para realizar a pesquisa. Durante todo o mestrado fiquei muito motivado com a pesquisa, pois era um tema que me interessava, até porque tinha parentes negros em Santana do Livramento. Eu queria, no fim, descobrir minha própria história, por meio das experiências de Faustina e Anacleto. Aí, nessa história de dar aula em escola comecei a fazer academia e em seguida treinar boxe. Um dia o treinador, que me chamava de Espartano (ele sabia que eu era professor de História) me disse que havia um arquivo na Federação Rio-Grandense de Pugilismo. Fui lá visitar e me impressionei com as fontes. Era um tema lacunar a nível nacional. Ninguém pesquisava boxe. Ainda hoje há poucos estudos. Então vi que era o desafio que precisava e “subi no ringue”. Foram longos anos de pesquisa. E foi muito difícil começar do zero. Não havia bibliografia nacional para referenciar e precisei traduzir (com ajuda de uma equipe) livros e artigos em inglês. A minha ideia era pesquisar o surgimento, consolidação e declínio do boxe em Porto Alegre/RS. Porém, como eu desconhecia a história do boxe inglês e norte-americano, percebi que, para um primeiro trabalho sobre o boxe,

eu precisaria fazer outro percurso. Daí acabei ampliando o espaço e o tempo para séculos XVIII a XX e Europa, Estados Unidos, América Latina, Brasil. Foi um grande desafio. Ainda maior que o mestrado, pois já tinha um filho e lecionava na Unipampa, que me exigia bastante. Eu me inclino a gostar mais do meu trabalho de mestrado, feito em outras condições, mas a tese de doutorado também ficou bacana, embora tenha sido escrita debaixo de mau tempo. Em suma, estudei o boxe a partir do conceito “cultura de lutas” de Elliot Gorn. Assim, eu não percebi o boxe como uma luta cristalizada, mas como um envolto de construção a partir de três “modalidades”: luta clandestina (luta de rua, luta pela honra...), mais o boxe amador (sparring match) e o boxe profissional (prize-fighting). O boxe que conhecemos hoje foi se construindo a partir das tensões entre essas três modalidades e isso não ocorreu de maneira tranquila. Em cada país, como Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, o boxe chegou dentro de um contexto e foi praticado com regras diferentes e por motivações diferentes. É um tema fantástico, que ainda não recebeu o devido o reconhecimento. Há mais do que futebol no Brasil.

**Pensando, por outro lado, não em contrastes, mas em convergências... Existem preocupações comuns entre as duas pesquisas, não aparentes à primeira vista?**

Olha, o autor era o mesmo. Quer dizer, não o mesmo, porque estava inserido em outro contexto. Mas eu, em essência, era o mesmo. Tinha essa pegada de gostar de inovar, criar, e fui obsessivo nos dois trabalhos. Foram trabalhos grandes que me exigiram bastante energia. Eu tentei me superar em relação ao mestrado, mas não sei se consegui. Gosto mais do que escrevi em “O Solo da Liberdade”, ao mesmo tempo fiquei satisfeito com o resultado com “Dentro e Fora dos Ringues”. Acho que ambos os textos fui honesto em mostrar os limites da pesquisa. E, igualmente, o número de fontes primárias utilizadas e o caminho que tracei foram enormes, na busca das respostas às minhas perguntas.

**Você pode falar sobre suas atividades científicas mais recentes, seja em termos de produção bibliográfica, seja em termos de orientação? Tem sido, ou será, possível conciliar a história dos esportes e a história da comunidade negra?**

Bem, meu caminho enquanto pesquisador tem sido bastante peculiar. Atualmente eu não pesquiso o tema da escravidão negra em regiões de fronteira, nem o boxe ou esportes de combate. Quando ingressei na Unipampa, em 2013,

havia uma brecha na área de Ensino de História e formação de professores. Como já tinha dado aula em escola e gostava do assunto, me adentrei nisso. Estou há anos, portanto, lendo e pesquisando sobre Ensino de História. Essa a minha área atualmente. Leciono praticamente todo eixo pedagógico do curso: Políticas Públicas em Educação, Psicologia da Aprendizagem, Didática, Metodologia do Ensino e Estágios Supervisionados (I e II). Então, esse é o meu campo de ação. Embora não tenha conseguido produzir muitos artigos sobre o assunto, eu tenho me debruçado nisso, lendo bastante e observando com atenção a realidade educacional. É preciso dizer que, vez ou outra, eu volto para os meus temas de origem: ou por convite para palestra ou para participar de podcast ou textos de jornais. Em relação a conciliação, te digo que é possível. O tema do boxe, por exemplo, tem na comunidade negra sua maior atenção. Tem muito material sobre os negros no boxe e até consegui fazer esse link em um dos capítulos da tese. E a área do Esporte e minha aproximação com os colegas da Educação Física também me fazem pensar a área do Ensino de História, principalmente na busca da construção de jogos de História. Para a tese eu debrucei bastante em regulamentos, sua constituição e evolução, e por isso gosto de pensar nesse aspecto para o Ensino de História.

# Liane Susan Muller

Foto: Arquivo pessoal.

Liane Susan Muller é licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1995), mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999). É professora na Escola Municipal Alberto Pasqualini e na Escola Estadual Emília Viega da Rocha, ambas em Gravataí, e autora do livro “As contas do meu rosário são balas de artilharia”, resultante de sua dissertação de mestrado (Pragmatha, 2013).



**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7656925678521546>

## **Liane, você pode falar brevemente sobre a sua pesquisa de mestrado e sobre o uso das fontes custodiadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul?**

Minha pesquisa de Mestrado concentrou-se na ascensão de uma população negra escravizada e livre, em Porto Alegre, a partir da fundação da Irmandade do Rosário. Ainda que o ponto de partida tenha sido 1786, com o surgimento da confraria, a mim parece que a contribuição dada pelo trabalho se vincula, para além da história da Irmandade, à ascensão de um grupo social destacado e militante, especialmente quando se percebe que ela é ponto de partida para a criação, nos anos seguintes, de mais de 70 associações negras recreativas e beneficentes. E, obviamente, do Jornal O Exemplo. No Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul tive acesso a inventários, testamentos, processos que terminaram por ser de fundamental importância para o trabalho. Em situações de silenciamento, de branqueamento de fontes, esses documentos são verdadeiros faróis que permitem o cruzamento de informações possibilitando a compreensão de lacunas.

## **Qual foi o papel dos inventários e testamentos na reconstituição das trajetórias dos irmãos do Rosário?**

O papel dos inventários e testamentos foi de suma importância para o trabalho como um todo. Através deles foi possível mapear o montante deixado por pessoas negras a seus parentes e amigos, bem como à própria Irmandade. Mas permitiu também que eu estabelecesse os vínculos dessas pessoas com outros nomes (posteriormente identificados ou não com o Rosário e as associações), com seus lugares de moradia, de trabalho, de pertencimento. É um material riquíssimo, cujas informações cruzadas com outros dados (batismos, casamentos, óbitos, e recortes d'O Exemplo), permitiu que, no âmbito dessa pesquisa, fosse possível suprir a ausência de fontes diretas sobre a experiência dessa população.

## **De que maneiras a religiosidade pode ser entendida como uma forma de resistência negra?**

Sabe-se que a fundação de irmandades leigas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário começou muito cedo na cronologia do Brasil e que também tinham a finalidade de enquadrar dentro de um "conforto espiritual" qualquer resistência do tipo tradicional: revoltas, fugas, assassinatos, etc. Mas creio que os meios religiosos não contavam com a organização que esses grupos promoveram dentro das confrarias. Ou pelo menos não com esse tipo de organização. Eles promoveram muito as Igrejas do Rosário, Brasil afora, com suas festas, procissões e rituais. De dar inveja, como sabemos, em muita irmandade de branco. Em Porto Alegre, a Irmandade do Rosário era solicitada desde a engrossar fileiras até a emprestar alfaias luxuosas para as coirmãs. Até hoje não creio que fosse luxo o que chamava a atenção, mas a criatividade e a organização que escapavam ao universo branco de confrarias mais prestigiadas.

A mesma criatividade permitiu a essas negras e negros estarem associados para enterrar dignamente seus mortos, criar meios de negócios e moradia para a sobrevivência e crescimento dos seus, a pensar em educação. Um tipo de resistência menos visível, menos afrontosa, mas que preparou as gerações que chegaram aos anos anteriores à Abolição, e especialmente ao pós. O grupo de fundadores de associações negras e do próprio jornal O Exemplo guardava relações diretas ou indiretas com a Irmandade. A diferença é que agora eram donos de um discurso mais focado, tinham como colocar suas intenções na mesa, sem o olhar inquisitorial da Igreja.

**Em sua dissertação, você discutiu a aplicabilidade do conceito de “elite” à Irmandade do Rosário, usando-o sempre entre aspas. Como você vê, hoje, essa questão?**

Puxa, eu acho que ainda vejo do mesmo jeito. Ainda é um vácuo conceitual pra mim. Se fosse hoje, não sei que denominação daria a essas pessoas. Era um grupo privilegiado, por certo. Através de suas ações puderam seguir seu protagonismo no Centro ou próximo, da cidade. A maioria, sabemos, foi defenestrada para as periferias. É complicado lidar com um grupo que constrói um lugar de prestígio entre os seus, mas que obviamente não rompe a bolha, para usar uma expressão moderna. Nunca foram elite frente aos brancos. Mesmo que financeiramente alguns pudessem se equipar. Ou se aproximar. Mas o universo simbólico, para além do seu próprio, nunca lhes pertenceu. Mesmo hoje, a maioria branca ainda está presa a uma mentalidade colonial, escravagista, racista, onde não há espaço para o outro. Ou, pior, onde o outro segue atirado a um degrau abaixo no seu conceito de civilização. Não faz parte. Não deve fazer parte. E é alçado à condição de ameaça.

Eu sinceramente não sei que conceito usaria. Mas sei que a responsabilidade que tenho hoje como historiadora não me permitiria usar o mesmo.

**Seu trabalho é pioneiro em muitos aspectos. Você se vê como uma precursora do campo do pós-Abolição no sul do Brasil?**

Olha, quem me conhece sabe que não padeço de falsas modéstias. Eu nunca me ocupei de pensar sobre isso. Eu tinha uma colega negra na graduação. Tinha um professor negro na graduação. Hoje eu vejo muitos mais. E gente potente que eu gostaria de ter tido ao meu lado lá entre 97 e 99.

Na época, um bastantão branco me disse que meu trabalho seria um fracasso porque tudo, absolutamente tudo, sobre os negros em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, já havia sido escrito.

E eu não acreditei. Eu joguei o pé na porta. Como sempre fiz em tudo que me incomodasse na vida. E, de certa forma, o escrito até então não me preenchia. Era importante, sem a menor sombra de dúvida. Importantíssimo. Mas seguia sempre a mesma toada e, instintivamente, eu sabia que tinha mais. Tinha que ter mais. Porque as pessoas não são lineares, não são bem e mal. Há uma escala tonal entre as pontas da submissão e da revolta. E foi por aí que entrei.

Eu acredito, sim, ter feito um bom trabalho. Penso que deixei pontas preciosas para tudo o que se seguiu. Mas precursora? Prefiro acreditar que com muita alegria e gratidão honrei a história em sua jornada.

### **De que formas sua prática como pesquisadora e como educadora se alimentam mutuamente?**

Isso é simbiose. Não existe uma prática separada da outra. Ambas se alimentam na mesma fonte: justiça, reparação, para todas, todos e todes, que por motivos diversos, mas imbricados, tombaram no caminho. Para quem é travado todos os dias, menosprezado todos os dias, através desse desmanche na educação planejado nas agendas 2020 e 2030. Os tempos são difíceis, duros mesmo. E nem Lula vai conseguir dar conta totalmente disso. Talvez oxigênio para que a gente possa ganhar forças e seguir na luta contra a privatização da educação, contra o neoliberalismo na educação e suas disciplinas etéreas como “Projeto de Vida”, “Empreendedorismo” e afins.

### **Você é uma ativista histórica do movimento LGBTQIAP+ no sul do Brasil. Quais conexões você enxerga entre sua prática militante e seu papel como educadora e pesquisadora?**

De novo é simbiose, e de novo sou apenas um pé na porta. Tive a sorte e um pouquinho de destemor pra botar a cara a tapa quando outras, outros e outres precisavam se esconder para ter direito à vida. A gente faz quando tem condições e recebe o feito de outres quando não tem. O que importa é a luta. A minha hoje é no chão da escola. Lá, formiguinha que sou, vou arejando terrenos, desconstruindo mofos, plantando pequenas sementes.

Meu compromisso é ser sempre mais estudiosa (já que ando sem forças para a pesquisa), tem trabalhos lindos sendo feitos por gente muito, muito potente, nessas duas pontas e em outras, como a questão ambiental. Procuo traduzir tudo para a língua deles, dos estudantes. Procuo deixar simples pra que não haja margem para enganos. Leitura de mundo? Quem vem? A jornada é longa. Tenho o privilégio de estar viva nesses dias, décadas, e ver tanta gente boa somar.

# Luana Teixeira

Foto: Arquivo pessoal.

Luana Teixeira graduou-se em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e em Letras na Uninter (2020). É doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2016), mestra em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012) e Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Entre 2017 e 2019 realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Santa Catarina.



Atualmente atua como professora visitante na Universidade Federal de Alagoas.

**Dissertação:** <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92145>

**Dissertação:** <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/468>

**Tese:** <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18741>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6723578094257526>

## **Luana, você pode nos narrar, em linhas gerais, sua trajetória profissional e as principais questões abordadas em seu mestrado e em seu doutorado?**

Fiz graduação em história na UFRGS no início dos anos 2000. Em 2004 retornei para Florianópolis e comecei a trabalhar junto ao Núcleo de Identidades e Relações Interétnicas, o Nuer, da UFSC, realizando pesquisa histórica sobre os as Comunidades Remanescentes de Quilombos de Invernada dos Negros e São Roque. A pesquisa sobre São Roque, que está localizada no município de Praia Grande em Santa Catarina, mas tem a história do quilombo ligada às fugas dos escravizados da região de cima da serra, no Rio Grande do Sul, acabou levando à proposição do projeto de mestrado sobre terra e trabalho em São Francisco de Paula em 2016. A dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História com a orientação da professora Beatriz Mamigonian. Em 2008, finalizei aquele trabalho e passei para o Mestrado Profissionalizante do Iphan na área de preservação ao

patrimônio arqueológico em Maceió. Naquela época escrevi livros infantis, realizei produção cultural, trabalhei como consultora da Unesco e na Universidade Estadual de Alagoas. Em 2012, propus um projeto de pesquisa de doutorado sobre terra e trabalho na região do Baixo Rio São Francisco junto ao Programa de Pós-Graduação e História da Universidade Federal de Pernambuco. Minha ideia era desenvolver pesquisa com problemas semelhantes aos do mestrado, focando uma região de produção de gado em um espaço de pequena propriedade. O projeto foi aprovado, mas tive muita dificuldade em acessar a documentação previamente levantada. Na medida em que buscava contornar esse impasse, o Arquivo Público de Alagoas foi reaberto. Ali há uma documentação extensa do executivo provincial, inclusive da Secretaria de Polícia e Tesouraria. Acessando aquela documentação, o tema do comércio interprovincial de escravos começou a se impor à pesquisa e acabei redirecionando-a para essas questões. Enquanto realizava o doutorado, a UFPE firmou parceria com a Universidade Federal do Ceará e com a Université Toulouse para desenvolver o projeto Memórias da Escravidão, no qual pude conectar os estudos em patrimônio cultural, antropologia e história da escravidão. Nesse projeto comecei a investigar os lugares da escravidão nas narrativas sobre os centros históricos. O projeto também proporcionou uma estadia de seis meses na França, o que contribuiu muito para ampliar o meu olhar sobre a instituição universidade e reconhecer as possibilidades de pesquisa fora do país. Em 2017, participei da equipe do projeto Afrodescendentes no Sul do Brasil, que foi uma oportunidade de adentrar o estudo sobre um tema central às questões que envolvem escravidão, comunidades quilombolas e sociedade brasileira e que hoje se reúnem em torno do campo de pesquisa do Pós-abolição. Foram dois anos de grande aprendizado. Ali pude levar a cabo um desejo antigo, que era realizar pesquisa de história social sobre Florianópolis. Além da produção acadêmica, foi gratificante ter conseguido aproveitar os recursos viabilizados pelo Edital Memórias Brasileiras para publicar a obra reunida do Trajano Margarida, poeta negro de Florianópolis do início do século XX. Encerrado o Afrodescendentes, retornei à Maceió, quando fiz segunda graduação em Letras, algo que desde muito tempo havia planejado. O contato com o projeto AfroSantaCatarina da UFSC me fez pensar em desenvolver algo semelhante, relacionado ao turismo histórico em Alagoas e criei o Roteiro Histórico Maceió. Um pouco antes da Pandemia, submeti candidatura a um edital de professora visitante junto ao PPG de História da UFAL. Em novembro de 2020, fui chamada e venho desenvolvendo esse trabalho nesse momento. Um de seus objetivos é colocar no ar o projeto Trânsitos no Brasil Imperial, um banco de dados com as informações

sobre as mais de 10 mil pessoas que tiveram o passaporte emitido pela Secretaria de Polícia de Alagoas no século XIX. Esse projeto tem me levado a abrir uma nova porta de estudos, ligado às ciências de dados e novas tecnologias, dialogando mais proximamente com a área da informática. Gosto dessa diversificação de temas. Dá trabalho, mas alimenta o interesse científico e isso é fundamental para manter o ânimo no trabalho de investigação histórica.

**Você chegou ao estudo de São Francisco de Paula a partir da participação na equipe que elaborou o laudo de reconhecimento de uma comunidade quilombola, certo? Você pode nos relatar um pouco sobre essa experiência profissional?**

Sim, foi isso mesmo, em São Roque. Trabalhar em laudo sócio-antropológico foi um caminho que surgiu para muitos historiadores na primeira década dos anos 2000. Era um momento em que os processos de titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos estavam andando e havia uma grande mobilização pública em torno dessa pauta. Os relatórios eram peças necessárias aos processos para titulação. A coordenação dos relatórios geralmente era feita por antropólogos, mas a necessidade de pesquisa histórica levava a que historiadores fossem chamados para compor as equipes. Vários pesquisadores recém-saídos das universidades puderam passar por essa experiência e creio que foi muito importante para o campo da história de um modo geral. Primeiro porque é um trabalho interdisciplinar com o qual você precisa aprofundar seus conhecimentos sobre os outros campos envolvidos, não apenas das ciências humanas, como também agronomia, geologia, engenharia... Segundo, pois, a experiência de trabalho de campo na metodologia da etnografia é um aprendizado ímpar. E terceiro porque você espacializa a história, a terra, o território e as relações sociais. As comunidades remanescentes de quilombos têm, cada uma a seu modo, um jeito muito próprio de tratar da história da escravidão e essas narrativas não estão impressas nas oficialidades dos textos históricos ou das fontes. Além disso, há uma fragmentação temporal enorme quando a perspectiva sobre a escravidão desce ao rés do chão e passa para a conformação de uma história própria de luta comunitária, passada, presente e futura. Essa perspectiva foi fundamental para minha experiência, foi meu primeiro trabalho de pesquisa como historiadora. E foi com o desafio de buscar mais informações sobre os antepassados da comunidade, escravizados que fugiram das fazendas de São Francisco de Paula, que comecei a realizar pesquisa em arquivos. Foi por esse trabalho que pela primeira vez fui ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

## **Em seu mestrado, os documentos do Arquivo Público receberam um lugar de destaque. Qual foi sua importância?**

Total. O mestrado foi uma consequência da pesquisa do laudo sócio-antropológico. Em algum momento percebi que era necessário entender a própria organização da produção das fazendas em São Francisco para poder ir mais a fundo na compreensão da resistência escrava. São Roque era narrada não apenas como um lugar de fuga, mas também de produção agrícola complementar à produção de gado e isso era muito intrigante. Quando fui ao Arquivo Público e descobri a seção de inventários post-mortem com grande quantidade de documentos para a região e o período, visualizei uma excelente proposta de pesquisa acadêmica. Os inventários de São Francisco estavam contidos nas caixas de Santo Antônio da Patrulha, então foi necessário abrir todas as caixas para os anos 1850 a 1870 para separar aqueles do atual município. Foi a primeira vez que trabalhei em imersão arquivística. Eu não morava mais em Porto Alegre, então organizei duas temporadas, a primeira de dois meses no inverno e a segunda de dois meses no verão. Entrava no arquivo na hora que abria e saía quando fechava. O horário de pesquisa que vigorava, nos dois turnos, manhã e tarde, foi fundamental para viabilizar a pesquisa. Foram dezenas de caixas abertas para separar os inventários de São Francisco e depois fichar um a um no arquivo mesmo, por que isso era 2006 e a tecnologia da fotografia digital ainda não tinha se difundido. Até mesmo notebook era coisa rara. Foi um trabalho intenso, mas que deu uma boa base para a dissertação. Além disso, especialmente na segunda imersão, já com um bom rol de nomes dos sujeitos que interessavam à pesquisa, fui atrás de processos crimes que envolviam os escravos da região e os trabalhadores pobres. É interessante que processo-crimes e inventários são tipologias documentais que operam dentro de uma mesma lógica de Estado e são, formalmente, muito semelhantes. Mas como conteúdo de informações que propiciam ao historiador são completamente distintos. E cruzá-los naquela pesquisa foi fundamental. Juntos, esses dois conjuntos de fontes representaram uns 80% dos documentos da dissertação, então dá para dizer que aquela pesquisa não teria existido sem o Arquivo Público.

## **Como você chegou das relações de trabalho no universo agropecuário ao tráfico inter-provincial? O que você vê de continuidade e de ruptura entre as duas temáticas de pesquisa?**

Alterei o tema devido à mudança de região de pesquisa e de acervo. Fui morar em Alagoas e pretendia continuar pesquisando relações de terra e trabalho em regiões nas quais predominavam a propriedade de poucos escravos no contexto do Segundo Reinado. O interesse era compreender, no plano das relações entre sociedade e Estado, os efeitos da Lei de Terras e do fim do tráfico atlântico para os processos de transformação das relações de propriedade e de trabalho no Brasil oitocentista. Foi um momento de grandes mudanças na história do Ocidente, mas seu impacto no Brasil é atravessado pelo sucesso de uma política conservadora. Há naquela conjuntura elementos de fundo para o entendimento do Brasil contemporâneo que contribuem para entender inúmeras das questões centrais sobre nossa formação histórica. A região do Baixo São Francisco parecia ser um espaço privilegiado para desenvolver essas questões. O Baixo São Francisco foi uma região de produção pecuária, voltada para o abastecimento, e na segunda metade do século XIX vivia um momento de desenvolvimento em virtude da possibilidade de tornar-se um dos principais eixos de escoamento da produção do Sertão viabilizada pelas novas tecnologias de transporte, como os vapores e as ferrovias. Havia um acervo importante sobre a região no Fórum do Penedo e o Arquivo do Judiciário de Sergipe era bem organizado. Pensei que com isso teria documentos para subsidiar aquela pesquisa. Escrevi o projeto de doutorado, foi aprovado e fui em busca das fontes. Pensava em seguir a mesma metodologia de abordagem documental do mestrado e para isso precisava dos inventários e processos-crimes. Mas as coisas não andaram como o planejado e, viagem após viagem, não conseguia acessar esses documentos. Nesse meio tempo, o Arquivo Público de Alagoas reabriu após passar por uma grande mudança. Dei seguimento à pesquisa lá. Ao contrário do Arquivo do Rio Grande do Sul, o acervo do de Alagoas não tem documentos do judiciário. Por outro lado, o acervo sobre a administração pública e o poder executivo é muito amplo. Passei três meses fazendo pesquisa diária sobre tudo o que se relacionasse ao projeto e a constância com que apareciam documentos referentes ao comércio de escravos era enorme. Em algum momento daquela temporada, percebi que precisava fazer uma mudança nos rumos da pesquisa. Até ali, ainda pensava em trabalhar exclusivamente o Baixo São Francisco, especialmente o comércio no Penedo, mas quando reorientei para o comércio, impôs inserir o Porto do Jaraguá no escopo da pesquisa e isso foi ótimo, por que já tinha um tempo que eu queria pesquisar a cidade em que eu vivia, Maceió. Mas apesar da mudança de

tema, a questão geral manteve-se a mesma: a relação entre sociedade e Estado no processo de consolidação da Nação Brasileira na segunda metade do Século XIX e a agência dos grupos subalternos. Trocar de projeto ao longo do doutorado é um grande risco, mas por outro lado, não dá para ficar dando murro em ponta de faca e insistir em perguntas para as quais não há documentação que subsidie a análise. Mas não foi uma mudança brusca, as duas temáticas são contíguas, tratam do mesmo universo de relações sociais, de poderes, no mesmo período e espaço. Por isso não vejo como uma ruptura, mas como uma reordenação das questões e da metodologia.

**No seu pós-doutorado você trabalhou com trajetórias negras no pós-Abolição no sul do Brasil. Você recorreu de alguma forma, novamente, ao acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul?**

Aqui sim, houve ruptura. Foi o trabalho mais desafiante da minha trajetória. Mas nele aprendi muito e pude ampliar a visão sobre várias questões com as quais vinham trabalhando e adquirir conhecimento para trabalhar alguns problemas de forma mais genérica, mais ampla. E houve muita dificuldade com as fontes. Ao longo da pesquisa, retornei a Porto Alegre para pesquisar no acervo do Instituto Histórico e do Arquivo Público, mas o tempo era exíguo e concentrei em buscar alguns nomes de intelectuais negros catarinenses nos catálogos, sem sucesso. Havia uma referência de Paulo Moreira sobre umas cartas de Ildefonso Juvenal a Dario de Bittencourt que estavam no IHGRGS e isso foi tudo que consegui para aquela pesquisa durante os dias que passei nos arquivos da cidade. De qualquer forma foi ótimo voltar e saber que ele continua sendo um espaço público visitado pelos pesquisadores. Aproveitei o fácil acesso para olhar processos de tutela, tipologia de fonte com a qual pretendo trabalhar em Alagoas. Esses processos são ricos, pois em vários deles encontramos casos de mães e pais que foram vendidos por força do comércio e após a abolição retornam para sua região de origem buscando reatar os laços familiares partidos pela violência do comércio de gente. Através deles é possível ligar trajetórias da escravidão e do pós-abolição e questionar sobre o papel da família na experiência dessas pessoas. Nos poucos dias que estive no Arquivo lendo essa documentação foi possível perceber que são fontes viáveis para essa investigação. A organização do Arquivo permite que o utilizemos também para essa abordagem, como uma testagem de fontes: mesmo que não esteja se pesquisando o Rio Grande do Sul, é possível estudar as tipologias documentais produzidas pelo Estado brasileiro e considerar a viabilidade do uso de determinada fonte para as questões de pesquisa.

**Você estudou a escravidão em diferentes regiões do Brasil, diversas de um Sudeste que frequentemente se apresenta como “história nacional”. Você acredita que conhecer o escravismo no Rio Grande do Sul e em Alagoas lhe confere uma visão mais abrangente? De que forma o conhecimento de áreas tidas como “periféricas” poderá proporcionar uma visão mais ampla da história do Brasil?**

Sem dúvida nossa visão de história do Brasil é muito marcada por uma perspectiva do Sudeste e pesquisar história de outras partes proporciona uma visão mais abrangente. A própria ideia de Brasil pode ser colocada em questão. Há também a problemática da temporalidade, pensar a constituição do Brasil no Sul difere da que se tem no Nordeste e no Sudeste e isso coloca em questão de modo mais evidente a própria arqueologia da construção da ideia de um país. Nesse último ano tenho lecionado no curso de Brasil 1 na UFAL e tenho provocado os alunos a pensarem exatamente sobre esse ponto, sobre quando e como se constitui essa ideia de país. E as celebrações do bicentenário da independência esse ano estão aí para mostrar que nada disso está resolvido, nem dentro nem fora dos muros da academia. Cada um constrói e argumenta sobre o Brasil que quer. Acho importante essa mobilização que a ANPUH, os coletivos de historiadores, os departamentos de história e outros movimentos sociais têm feito para colocar no centro do debate a discussão sobre a independência. A relação entre a manutenção de um Estado centralizado de proporções continentais e o interesse da perpetuação da escravidão e do tráfico face à crescente pressão internacional no início do século XIX é fundamental para que se entenda essa história e isso precisa ser pontuado ao longo desse ano de celebração. Só para citar um exemplo dos temas que não podemos deixar silenciar. 2022 me parece ser um ano chave para que os historiadores coloquem sua voz nos debates e assumam o papel que temos na esfera pública. No processo de ascensão do autoritarismo que temos observado nos últimos anos, os historiadores, e, principalmente, os professores de história da rede de ensino básico, foram muito atacados, o que é previsível dada a ameaça que o pensamento crítico é para esses posicionamentos políticos. O ano do bicentenário nesse contexto em que estamos vivendo será um momento ímpar de disputas públicas sobre narrativas históricas e merece um esforço extra para que ocupemos nosso espaço nesse debate.

**Você tem toda uma trajetória profissional na área de História, mas também decidiu dedicar-se ao estudo de Letras. Em que o estudo dos processos históricos e da linguagem incide um sobre o outro?**

História é narrativa com método, mas não deixa de ser narrativa e refletir sobre o próprio instrumental que permeia a construção dos gêneros contribui para a produção do conhecimento histórico. Por outro lado, a língua é historicamente construída, definida a partir de processos históricos e relações que são forjadas nas interações sociais. Ir mais a fundo nos estudos sobre a linguagem tem contribuído bastante para o olhar que lanço sobre os problemas históricos e sobre as fontes. Ademais, penso em dar aula de língua portuguesa no ensino básico. Em geral o professor de português tem mais horas com a turma e menos alunos, o que permite desenvolver um trabalho diferente daquele do professor de história. Por outro lado, sempre me encantei com a maleabilidade sobre o currículo que existe no estudo de línguas, usar textos sobre assuntos diversos para desenvolver atividades didáticas. Há uma discussão ampla sobre currículo, e eu não tenho maior conhecimento sobre ela. Mas tenho a sensação de que o currículo de História impõe demasiados limites ao professor. Há anos que isso é pontuado, mas na prática pouco mudou. Mesmo que temas transversais e reflexões temáticas estejam cada vez mais presentes, a abordagem cronológica do estudo de História no ensino básico define os conteúdos e isso me incomoda na prática do dia a dia, de montar programas e planos de aula. Explorar a área de línguas é, de certo modo, uma tentativa de buscar outras possibilidades para o exercício da docência. Ademais, um dos grandes problemas que professores de história enfrentam é a dificuldade que os estudantes têm na interpretação de textos. Uma das principais contribuições da escola nos dias de hoje é o desenvolvimento do pensamento crítico para o questionamento das fake news. É preciso que os estudantes desenvolvam os recursos necessários para lerem uma notícia, compreenderem a informação, questionarem sobre a veracidade ou não delas e disporem de procedimentos de testagem que levem a formação de uma conclusão autônoma sobre a questão. Para isso, História e Língua Portuguesa são disciplinas fundamentais e poder desenvolver propostas para esse trabalho a partir do conhecimento de ambas é um modo de enfrentar esses desafios.

# Luciano Costa Gomes

Foto: Arquivo pessoal.

Luciano Costa Gomes é professor na rede municipal de Porto Alegre. Graduiu-se em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2009, mesma instituição onde adquiriu os títulos de mestre (2012) e doutor (2018). É especialista em história social do Brasil, com ênfase em história rural, escravidão, história da família e hierarquias sociais.



**Dissertação:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72751>

**Tese:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/194421>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7659073723680636>

## **Luciano, você pode nos apresentar em linhas gerais sua trajetória de pesquisa, enfatizando as linhas gerais de argumentação de sua dissertação de mestrado e de sua tese de doutorado?**

Minhas primeiras experiências de pesquisa se deram no campo da história medieval, quando fui orientado na Iniciação Científica pela Profa. Cybele de Almeida. Pesquisei as representações da Joana d'Arc elaboradas por uma poetisa do século XV e por um historiador do século XIX. Apesar de gostar do tema, a leitura do artigo "A economia moral da multidão", de Edward Thompson, mudou meu interesse em direção à história social. Após assistir a uma apresentação do Prof. Luís Farinatti, este me sugeriu conversar com a Profa. Helen Osório. Mais tarde, ela se tornou minha orientadora da Iniciação Científica ao Doutorado.

Minha dissertação, Uma Cidade Negra, abordou a história da população e a história rural de Porto Alegre em seu período formativo. Uma das principais conclusões é a de que a escravidão revelou-se uma instituição fundamental para o fornecimento de mão-de-obra para todas as atividades, desde o porto às lavouras. Ao estudar uma lista de produtores rurais, consegui analisar as características produtivas do espaço agrário local. Ao estudar os batismos de crianças escravizadas,

ficaram revelados processos de formação de famílias, particularmente formada por africanos, os quais tendiam a escolher outros companheiros como compadres e comadres, fato que aponta para a possibilidade da formação de comunidades de matriz banto.

Na tese, Camponeses e pequeno-escravistas, estudei as famílias de lavradores de Porto Alegre e Viamão, seus recursos e modos de organização, bem como as formas de relacionamento com outros segmentos sociais, como comerciantes e estancieiros. Um dos principais argumentos que defendo diz respeito ao modo como pessoas escravizadas foram incorporadas às pequenas e médias unidades produtivas de lavradores, o que permitiu a formação de um sistema social camponês e pequeno-escravista em um contexto de razoável acesso à terra.

### **Quais continuidades e discontinuidades você percebe entre a sua dissertação e a sua tese?**

Quando terminei a dissertação, fiquei com muitas dúvidas sobre os comportamentos dos lavradores de Porto Alegre, o que me estimulou a planejar o doutorado. Daí surge a principal continuidade: os documentos e indivíduos estudados são praticamente os mesmos de um momento para o outro.

São duas as principais mudanças. A primeira, o entendimento do conceito de estrutura. Durante a dissertação, a estrutura foi utilizada no sentido de um sistema de instituições: os segmentos sociojurídicos (livres e escravos), a família, a propriedade. Na tese, incorporei as contribuições da micro-história italiana, via Giovanni Levi, e da teoria da estruturação, de Anthony Giddens, para quem a estrutura representa o conjunto de recursos que permite a execução de práticas sociais e, a partir daí, a reprodução ou transformação das próprias instituições. Ambos os entendimentos de estrutura são pertinentes, mas cada um deles permite uma abordagem específica: na dissertação, demonstrei ampla participação do segmento populacional escravizado na formação de Porto Alegre e a criação regular de famílias entre pessoas escravizadas, particularmente quando africanas e residentes na área rural; na tese, demonstrei como os vínculos no interior da família extensa de lavradores eram mantidos ou rompidos de acordo com os interesses dos chefes das famílias nucleares.

Associada a essa mudança conceitual, há uma diferença metodológica. Se a análise serial possibilitou o estudo do agregado de dados de cada documento durante a dissertação, na tese, privilegiei a pesquisa nominal em diferentes documentos e a reconstituição de famílias. Cada uma dessas metodologias me ajudou a responder às questões que havia levantado, tanto as relacionadas às características das instituições (durante o mestrado) ou reprodução e modificação das instituições (durante a tese).

### **Qual foi o papel da documentação salvaguardada no Arquivo Público em seus trabalhos?**

O Arquivo Público é uma instituição fundamental não só por conservar os documentos preciosos como por sua política de franquear acesso qualificado aos pesquisadores e desenvolver atividades de ensino que favorecem a elaboração de aprendizagens e memórias do passado do nosso estado e país. Honestamente, acho esplêndidas as oficinas oferecidas pelo APERS às escolas. Elas permitem que estudantes tenham acesso a fac-símiles de documentos que ajudam a imaginar a vida das pessoas de cem, duzentos anos atrás. O ganho individual e público é inestimável. No que diz respeito ao acesso da documentação, o sistema de agendamento funciona bem e a instituição tem produzido instrumentos de pesquisa que facilitam muito a procura de informações, como as publicações dos registros de alforrias ou de pessoas escravizadas em inventários. A instituição, nesse sentido, oferece subsídios valiosos tanto para os trabalhos em ensino quanto para pesquisa histórica.

**A cidade de Porto Alegre geralmente é lembrada como o grande centro urbano do Rio Grande do Sul. Entretanto, você demonstrou que é possível e necessário escrever sua história agrária, particularmente em períodos mais recuados em relação ao presente, como a época colonial. Queria lhe pedir para falar um pouco mais sobre essa paisagem rural porto-alegrense, a qual não estamos habituados a associar à cidade.**

Alguns dos livros mais antigos sobre a história do Rio Grande do Sul colonial retratam os lavradores como uma classe de produtores pobres. Duas contribuições colocam em cheque tal ideia: a tese de Fernando Henrique Cardoso insistiu na importância da escravidão no trabalho das lavouras; a de Helen Osório, por sua vez, demonstrou o degradê que separava os mais pobres dos mais ricos produtores rurais.

Na minha tese, busquei demonstrar como a escravidão, combinada com os diferentes modos de acesso à terra, às dinâmicas familiares e às formas de estabelecimento de vínculos com as elites econômicas produziram um sistema rural desigual, no qual algumas poucas famílias de lavradores destacavam-se das demais.

Durante os anos 1780, alguns poucos lavradores idosos chefiavam unidades produtivas escravistas e alguns de seus filhos eram também produtores proprietários de terras e de cativos. Esses últimos mais frequentemente escolhiam comerciantes e suas esposas como padrinho e madrinha de seus filhos. Havia um amplo segmento intermediário de lavradores possuidores de datas de terras, rebanhos e alguns cativos. Havia também lavradores pobres, donos de chácaras ou pedaços de terra, com rebanhos pequenos e que não possuíam cativos. Esses últimos, ou seus filhos casados, mais frequentemente escolhiam membros das famílias de grandes produtores como padrinhos e madrinhas de seus filhos. Por fim, havia uma ampla camada de famílias não possuidoras de terras, uma boa parte dela realmente pobre e que dependia de acordos junto a proprietários para virarem agregados ou trabalharem a jornal quando chegava a época da colheita do trigo.

É importante frisar que entre lavradores de nível intermediário e produtores sem terra que vivam de jornal, encontramos famílias de africanos que obtiveram a liberdade. Foi possível constatar que eles estabeleciam vínculos de crédito e de compadrio e comadrio entre si, permitindo concluir que se formou uma comunidade de matriz banto nos subúrbios de Porto Alegre. Nessa comunidade, encontravam-se desde lavradores africanos escravistas até cativos de outros lavradores, passando por famílias de forros pobres. Nesse sentido, vemo-nos diante de uma paisagem humana bastante complexa, que não se resumia apenas a açorianos nem a famílias pobres.

**Por outro lado, quais eram as características daquele “urbano” do século XVIII? O que significava “ser urbano” há mais de duzentos anos? Ou era uma freguesia essencialmente rural?**

É preciso pensar no urbano enquanto um espaço de concentração e expressão do poder e como um eixo de circulação. Porto Alegre, enquanto uma urbe, surgiu de uma decisão política no interior de um império. Em 1772 foi realizada uma espécie de reforma agrária na região que dividiu uma grande extensão de terra em dezenas de parcelas, o que permitiu tanto a fundação de um espaço central quanto de um cinturão rural produtor de alimentos. Esse espaço central abrigou as instituições de governança, como a Câmara de Vereadores, a Fazenda Real e a casa

do governador. Era também o local onde residiam inúmeros comerciantes e se localizava um porto, por onde chegavam marinheiros e indivíduos livres e forros vindos de várias capitanias da América portuguesa à procura de oportunidades. Havia lavradores que traziam feijões, mandioca, trigo e outros bens para vender, vindos do subúrbio ou através do Rio Jacuí e do Guaíba. Havia trabalhadores escravizados que realizavam os mais diferentes ofícios, inclusive o pequeno comércio. Indígenas guaranis traziam telhas da Aldeia dos Anjos para vender. Não estamos aqui tratando só da quantidade de pessoas, mas da variedade das qualidades de relações estabelecidas: Porto Alegre era um ponto de encontro das redes comerciais marítima e terrestre, centro de decisões políticas, local da produção e resguardo de registros escritos e plataforma de viagem nas estratégias de livres e forros pobres ou com algum patrimônio em busca de melhores condições de vida. Esse conjunto de papéis representado por Porto Alegre ajuda a entender o fato de que dois terços de sua população viviam no espaço urbano da freguesia no ano de 1782, fato constatado graças aos róis de confessados, um tipo de arrolamento populacional antigamente elaborado pela Igreja Católica quando da Quaresma.

### **Seu trabalho é riquíssimo em análises quantitativas. De que maneiras elas se conectaram e dialogaram com o estudo qualitativo?**

A pesquisa serial permite elaborar parâmetros para comparar as vidas das pessoas. Ao conhecer a estrutura social e econômica de uma dada localidade, torna-se viável elaborar trajetórias individuais ou entender um evento levando em consideração elementos do contexto imediato e, assim, desenvolver problemas de pesquisa mais refinados. Ao estudar um processo de briga por terras, faz muita diferença identificar a situação econômica dos beligerantes; ao estudar a trajetória de um indivíduo, pode ser relevante saber se seu padrinho ou madrinha pertenciam à mesma categoria social ou se eram gente de grupo socialmente superior.

Mas nunca é demais lembrar que não existe uma competição entre o quantitativo e o qualitativo. Cada um desses modos de pesquisa permite responder questões específicas e a articulação entre ambos permite elaborar problemas intelectualmente mais arrojados e capazes de melhor questionar sobre as sociedades do passado. O quantitativo e o qualitativo são caminhos cruzados no trabalho da historiadora e do historiador no seu ofício de conhecer o passado humano.

**Ainda que existam muitos trabalhos de história quantitativa no Rio Grande do Sul, eles costumam recorrer a procedimentos matemáticos mais corriqueiros, como percentagens, proporções, médias. Em sua tese de doutorado, você se apropriou de conceitos estatísticos mais sofisticados, ao menos para nós historiadores: medianas, desvios-padrão, coeficiente de Gini, etc. Esse aprofundamento da quantificação permitiu uma análise mais detalhada e precisa?**

Eu fiz uma disciplina no fim da graduação, Introdução à Estatística Básica. Aprendi duas coisas bem importantes para a escrita da dissertação. Primeira, é fundamental apresentar dados legíveis que ajudem na explanação das ideias. Tabelas e gráficos confusos ou uso de mais de uma casa decimal ao longo do texto tendem a prejudicar a leitura e, assim, dificultar o trabalho do leitor. Segunda, que todo método estatístico tem limitações que precisam ser consideradas. Porcentagens são adequadas para conjuntos de dados que superem a centena de casos; números médios são muito influenciados pelos valores extremos e podem não representar o conjunto. Por esse motivo, em relação ao número médio, é preciso usá-la conjuntamente com o número modal e o mediano (que são bem mais simples e precisos) e/ou verificar o grau de representativa da média (para o que é exigido o desvio-padrão). Ao se trabalhar com séries de dados, é necessário dedicar um tempo para aprender a lidar corretamente com esses instrumentos, de modo a evitar equívocos como usar porcentagens com meia dúzia de casos ou comparar de modo inocente o número médio de pessoas escravizadas de localidades com pequenas escravarias com o de plantations escravistas.

**Sua análise comporta a análise de diferentes dimensões do social. Em que medida isso se deveu a uma opção teórica e metodológica sua, por uma história, digamos assim, mais “total”, e até que ponto trata-se de uma consequência de um recorte espacial e temporal mais delimitado? Ou uma coisa levou à outra, com uma abordagem mais recortada tendo em vista exatamente possibilitar uma maior abrangência?**

A história total é o horizonte da história social. Esquecer disso é se expor ao risco do reducionismo. Historiadoras e historiadores vinculados à micro-história italiana enfatizam a necessidade de realizar a mudança de escalas para perceber a gênese e desenvolvimento dos processos sociais, no sentido de que há uma complexa relação entre o micro e o macro. Minha tese foi construída a partir desses princípios. No primeiro capítulo, analisei a estrutura populacional das freguesias

agrícolas do Rio Grande de São Pedro, entre 1780 e 1802. Depois, estudei a estrutura agrária de Porto Alegre e Viamão a partir de informações pertinentes às famílias de produtores locais, durante o primeiro quinquênio da década de 1780. Nos capítulos seguintes, desci ao rés do chão para: verificar quais famílias tiveram filhos recrutados para o exército e quais contribuíram com farinhas e trigo para a Fazenda Real; observar as tendências de escolhas de compadres e comadres por parte dos lavradores; analisar processos de herança e sucessão. Se no primeiro capítulo elaborei uma hipótese sobre o sistema socioeconômico regional, nos seguintes sustentei a hipótese e apontei para os processos geradores desse sistema, os quais envolviam o ciclo de vida das famílias, a estabilização das relações comerciais dos lavradores, o restrito sistema de concessão de dotes e antecipações da herança e a tendência de criação de laços de solidariedades limitados no interior das famílias extensas não pertencentes às elites. Enfim, tentei demonstrar como as práticas rotineiras estruturavam o sistema social regional.

Por fim, agradeço o convite e parabenizo pela iniciativa do Arquivo Público de evidenciar o trabalho das e dos profissionais da história que enfrentam a árdua tarefa de levantar e analisar documentos antigos.

# Marcelo Moura Mello

Foto: Arquivo pessoal.

Marcelo Moura Mello é licenciado (2005) e bacharel (2007) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2008), dissertação publicada em 2012 pela editora Terceiro Nome ("Reminiscência dos quilombos. Territórios da memória em uma comunidade negra rural") e doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro



(2014). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando nos programas de pós-graduação em Antropologia e em Estudos Étnicos e Africanos, além de ser pesquisador do Centro de Estudos Afro-Orientais. Tem experiência etnográfica com comunidades remanescentes de quilombos no sul do Brasil e com descendentes de indianos na Guiana (antiga Guiana Britânica). Realizou pesquisas em arquivos históricos no Brasil, na Guiana, no Reino Unido e em Portugal.

**Tese:** <http://lahppgas.museunacional.ufrj.br/uploads/2/3/5/8/23586382/mello2014.pdf>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/0124807800316091>

**Marcelo, você pode nos falar, em linhas gerais, sobre suas principais etnografias, particularmente aquelas de seu mestrado e de seu doutorado?**

Cursei mestrado e doutorado em instituições públicas diferentes, na Universidade Estadual de Campinas e no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na Unicamp, dei prosseguimento a pesquisas realizadas coletivamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul desde minha graduação em Ciências Sociais, sob orientação de José Carlos dos Anjos, junto à comunidade quilombola de Cambará, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. No mestrado mantive o convívio com a comunidade de Cambará, desta vez individualmente. Minha dissertação, orientada por Emília Pietrafesa de Godoi, trata

das relações entre memória, reconhecimento, etnicidade e território. Um dos caminhos abertos ali – em especial em meu livro, *Reminiscências dos Quilombos* – foi a de pensar articuladamente narrativas orais e documentos escritos. Na Unicamp houve o estímulo de John Monteiro, Omar Thomaz e de colegas que realizavam pesquisas em arquivos. No doutorado fiz pesquisa de campo com descendentes de indianos na Guiana. Minha pesquisa empírica se deu junto a membros de uma vertente hindu heterodoxa, o culto à deusa Kali. Na tese, orientada por Olívia Maria Gomes da Cunha, tratei de temáticas relacionadas à religião, ao corpo, à materialidade e a rituais de cura. Essa pesquisa seguiu moldes mais clássicos: dez meses de pesquisa de campo, aprendizado de línguas (inglês e o creolese, a língua crioula local), contato visceral com uma realidade bastante distinta da minha etc. Minhas investigações mais recentes buscam entender como espíritos da época colonial participam da produção de narrativas históricas sobre o passado da Guiana. Também tenho realizado pesquisas de cunho histórico, sobretudo sobre a migração de portugueses da Ilha da Madeira para a Guiana, entre 1840 e 1860. Madeirenses trabalharam em plantações de cana-de-açúcar. Isso permite pensar o processo de reconfiguração de hierarquias raciais e laborais no pós-emancipação de forma mais nuançada. Obtive bolsas de extensão e pesquisa, além de recursos de agências de fomento públicas, durante toda a minha formação. Realizei meus estudos em universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Julgo importante esse registro.

### **De que maneira as fontes documentais do Arquivo Público contribuíram para o primeiro trabalho?**

Imensamente. Registro, primeiramente, a paciência, a disponibilidade e o conhecimento técnico de funcionários(as) do Arquivo.

A pesquisa no APERS se deu pela necessidade de localizar fontes escritas que atestassem a ocupação territorial de antepassados da comunidade quilombola de Cambará. Isso se deu no contexto de produção de um laudo de identificação étnico e territorial.

As investigações no Arquivo foram orientadas por narrativas orais de homens e mulheres de Cambará, narrativas essas que faziam referência a uma medição de terras, no passado. Devido à minha experiência de campo prévia, eu já tinha ciência dos eventos significativos na história do grupo, tinha alguma relação com os “antigos”, ou seja, os antepassados da comunidade. Envolvi-me, então, com pesquisas arquivísticas. Minha experiência com arquivos era diminuta. Mas eu sabia

por quem me orientar. Efetivamente, o documento referente à medição foi localizado. Nas brechas de grandes sesmarias, famílias libertas, com fortes relações com indígenas, haviam comprado lotes de terra – já na primeira metade do século XIX, vim a descobrir. Embora as pesquisas fossem direcionadas, consultei centenas de inventários, processos-crime, registros de tabelionato, medições etc. A leitura desses documentos permitiu-me aprender um bocado sobre o período da escravidão na região central do Rio Grande do Sul. A localização de documentos trouxe questões relevantes para compreender as narrativas orais de Cambará. Os momentos dentro do Arquivo foram ricos, também, porque foi por meio de encontros na sala de consulta que aprendi imensamente com historiadores como você, Gabriel Berute, Gabriel Aládren, Alejandro Gimeno... Por mais que cada pesquisador, ou pesquisadora, realize suas pesquisas individualmente, nunca se está só. Aprende-se a fazer pesquisa com colegas.

**Você pesquisou em arquivos históricos em diferentes países. Entretanto, essa não é a prática profissional mais usual entre antropólogos. Você pode nos relatar sobre essas experiências?**

As pesquisas em outros países decorreram dos meus interesses na Guiana, um país que, infelizmente, ainda é pouco estudado, inclusive no Brasil (não se deixe de mencionar, entretanto, a obra de Emília Viotti da Costa, *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue*). Tais pesquisas se tornaram possíveis porque me vinculei a um projeto financiado pelo European Research Council, sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e coordenado por Cristiana Bastos. Fiz incursões em arquivos em Londres, em Lisboa, em Funchal e em Georgetown. Recolhi material interessante sobre a reconfiguração de hierarquias raciais e laborais na então colônia da Guiana Britânica, no período da pós-emancipação.

No Reino Unido, as condições de pesquisa são, em geral, excelentes, em especial em Kew e na British Library. Há um acervo precioso do Colonial Office disponível para consulta e a Grã-Bretanha, me parece, leva cada vez mais a sério questões relativas ao imperialismo, ao colonialismo e à escravização. Um desafio permanente no Reino Unido (e na Guiana) tem a ver, é claro, com a língua. Não se trata apenas de domínio da língua inglesa, mas do desafio de se familiarizar com outra linguagem, com as categorias coloniais. Não deixa de ser uma experiência com a alteridade.

Portugal tem também excelentes instituições e a produção da história tem se diversificado, também pelo fluxo migratório recente e pela internacionalização da academia portuguesa. Há certa nostalgia imperial no ar, os símbolos das conquistas passadas abundam e a presença de portugueses pelo mundo é valorada. Em paralelo, há muito trabalho crítico sendo feito. Certamente, há muitas pessoas mais experimentadas do que eu para tratar dos arquivos portugueses.

Na Guiana, o cenário é outro. O país era uma colônia britânica até 1966. Muitos documentos foram perdidos, incinerados ou corroídos por insetos. A estrutura do arquivo – o Walter Rodney Archives, em homenagem ao brilhante historiador guianense, assassinado pelo regime ditatorial do país em 1980 – melhorou significativamente nos últimos anos. Entretanto, a maior parte dos acervos sequer é catalogada. Em mais de uma ocasião, as funcionárias dos arquivos traziam caixas com os documentos e pediam que lhes reportasse qual o seu conteúdo...

**Lembro-me do dia em que você encontrou a medição judicial de Cambará, que apontava a localização de quilombolas. Eu me encontrava na sala de pesquisa do Arquivo Público, pesquisando, e você me chamou para ver, visivelmente tocado. Creio que esse tipo de reação emocional, familiar para muitos historiadores, contradiz (ou relativiza) uma dicotomia que frequentemente se faz, de que documentos escritos seriam “mortos”, “frios”, “impessoais” em contraponto ao trabalho de campo “vivo”, “quente”, “pessoal”. Você concorda?**

Absolutamente. E agradeço a você por lembrar dessa cena. De fato, foi um dos momentos mais felizes e reconfortantes da minha vida profissional e pessoal. Esse documento foi importante porque embasou ainda mais a reivindicação territorial de Cambará. Quando localizei esse documento volumoso, comecei a seguir os rastros, as trilhas e as pistas de pessoas que eu conhecia por meio de narrativas orais. Lá estavam os(as) “antigos”(as)! O campo ecoava no arquivo. E abriam-se novos caminhos para se seguir as histórias da comunidade. Eu não chegaria a esse documento não fosse por Seu Orcindo, Seu Jorge, Seu Geraldo, Dona Maria, Dona Isaura e outras tantas pessoas de Cambará. Cada pesquisa tem suas especificidades, mas no que me diz respeito, o arquivo já era cheio de vida. E se tornou ainda mais. Não me parece à toa, aliás, que tantos antropólogos(as) se empenhem em se debruçar sobre os “papéis” produzidos pelos seus pares no passado. Preciso pensar mais a respeito, mas parece haver certa propensão intimista, entre antropólogos(as), nas relações estabelecidas com arquivos.

## **Quais são as contribuições possíveis das fontes arquivísticas às etnografias? Por que alguns antropólogos as evitam?**

Olívia Cunha demonstra muito bem como a relação de antropólogos com arquivos é contemporânea a diversos processos de institucionalização da disciplina, nos quais certas modalidades de pesquisa ganharam centralidade, em detrimento de outras. As razões para tal evitação devem ser buscadas aí. A filiação teórica – algo levado muito a sério por diversas pessoas – também pode prevenir a pesquisa em arquivos. Seja como for, há um número significativo de pessoas com formação em antropologia realizando pesquisas em arquivos diversos, sob ângulos variados, com grupos e populações distintos, em arquivos de missionários, comunitários, em acervos de pesquisadores, de organismos estatais etc. Como Olívia sugere em seu artigo “Tempo imperfeito”, trabalhar com as fontes permite variadas experiências metodológicas. Pesquisar fontes escritas é se deparar com múltiplas temporalidades, cadeias de eventos, ações contraditórias. São registros, condensados, da complexidade da vida social. Os paralelos com a etnografia me parecem evidentes.

**No final de seu livro “Reminiscências dos Quilombos”, você discute a necessidade de “superar visões desqualificadoras do oral”. Para isso, é necessária “uma relação em outros termos com o arquivo”. Que termos são esses? Os profissionais, da Antropologia e da História, estão muito distantes dessa proposta?**

Minha pesquisa com comunidades quilombolas se deu em um contexto no qual tais coletivos se veem impelidos a apresentar provas de sua ocupação territorial. Diante de tal estado de coisas, diversos(as) antropólogos(as) destacaram a necessidade de se relativizar as fontes escritas, afinal as trajetórias de coletivos marginalizados não costumam ser documentadas. Há relações assimétricas de poder a se considerar. Apesar dos diversos avanços na historiografia, tenho a impressão de que ainda permanece certo ranço verificacionista. Alinho-me a Stephan Palmié e Charles Stewart quando ambos sugerem ser necessário colocar em suspenso os princípios que fundamentam a prática historiográfica profissional, notadamente as noções de validação empírica atreladas ao que se concebe e legitima como conhecimento histórico. Daí o interesse em pensar com formas de lembrar, que incluem desde narrativas orais até músicas, cantos, imagens visuais, compartilhamento de sonhos, práticas corporais, performances rituais, encontros com espíritos...

## **Antropólogas e antropólogos como Celso Castro, Olívia Cunha e Adriana Vianna, dentre outros, têm proposto paralelos entre o trabalho de campo e a pesquisa documental em arquivos. Qual o potencial e quais os limites dessa analogia?**

Creio ter mencionado alguns dos potenciais desses paralelos acima. Na pesquisa de campo mais clássica, a interação com pessoas cujas vidas estão se desenrolando em nossa presença é um tipo particular de experiência – pessoal e intelectualmente falando. As coisas estão acontecendo, em seus diferentes ritmos. Um de meus maiores interesses quanto à pesquisa de campo antropológica tem a ver com sua dimensão sensorial – algo aflorado neste momento em que traduzo o livro de Paul Stoller, “O gosto das coisas etnográficas”, para a Editora Papéis Selvagens. O contato com pessoas, coisas, animais, plantas (e mesmo com seres supostamente imateriais, como espíritos), a sonoridade, o universo de cores, luzes e sombras, os cheiros, a forma como o paladar é despertado... isso é um tanto visceral para mim. Trata-se de estar em contato com diversas formas de vida, com diversas formas de estar vivo. Não quero contradizer o que disse, ou reforçar oposições (oposições servem para pensar relacionalmente, não para criar contrastes estanques e rígidos), mas nos arquivos as experiências corporais são de outra ordem. Dito de outra forma, Ginzburg tem certa razão ao chamar a atenção para a “desmaterialização do texto” quando trata da emergência e consolidação daquilo que chamou de paradigma indiciário.

## **Dentro daquilo que Ann Laura Stoler denomina “archival turn” há espaço para diálogos com a Arquivologia, além da História?**

Sem dúvida. A antropologia brasileira produz, há alguns anos, reflexões de interesse para a arquivologia. Há tempos, antropólogas(os) pesquisam acervos documentais; leem os diversos registros legados por profissionais do passado; revisitam diários de campo; contribuem para a conformação de acervos documentais acerca de povos indígenas e tradicionais. Há diversas instituições de ensino que ou contêm arquivos ou funcionam em instituições públicas de salvaguarda. Ademais, as questões relativas à repatriação e restituição de bens culturais, os debates sobre a descolonização de museus e arquivos e a participação, ativa e em pé de igualdade, de lideranças e intelectuais indígenas e quilombolas (e de outros coletivos tradicionais ou populares) na criação e na gestão de acervos documentais e arquivos, colocam questões de suma importância para a arquivologia e para a prática profissional cotidiana de arquivistas.

Além de Ann Stoler, Michel Rolph-Trouillot e Olívia Maria Gomes da Cunha me parecem incontornáveis. Trouillot por articular, de maneira sofisticada, o poder a momentos cruciais dos processos de produção da história, como os da criação e composição dos fatos (criação das fontes e dos arquivos). Suas reflexões sobre como os silenciamentos operam e sua ênfase na dimensão material da história são igualmente importantes. Já Olívia pensa o arquivo desde pelo menos seu doutorado, na década de 1990, fazendo-o de forma criativa e incorporando, criticamente, referenciais produzidos alhures. Seu livro recente, *The Things of Others*, acompanha o percurso de “coisas” criadas, analisadas e acumuladas por antropólogos, em especial no campo de estudos afro-americanos. O que está em jogo, dentre outras coisas, é compreender mais finamente não só como coleções etnográficas são produzidas, mas como artefatos documentais são produzidos em meio a diversas montagens e se transformam no decorrer de seus distintos percursos – os artefatos, por assim dizer, têm uma vida social. As contribuições desse livro são imensas. Por fim, mencione-se os trabalhos acerca das rotinas burocráticas, das práticas de gestão estatal, das burocracias. Penso, aqui, nos trabalhos de Annelise Riles, Adriana Vianna, Letícia Ferreira e Laura Lowenkron. Carlos Gomes de Castro e Rogério Vianna também produziram trabalhos interessantíssimos com base em pesquisas em arquivos.

Suspeito haver muitas pistas aí para a arquivologia, mas seria interessante, para mim, ouvir mais o que profissionais da área de arquivologia têm a dizer. Ter o arquivo como campo não implica estacar em um lugar. Os documentos não são imóveis: eles permitem tramar várias histórias.

# Marluce Fagundes

Foto: Arquivo pessoal.

Marluce Dias Fagundes é mestra pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018) e bacharela em História (2020). Graduada em História Licenciatura Plena pelo Centro Universitário La Salle/Unilasalle (2014). Atualmente realiza Doutorado em História pela Unisinos, bolsista CAPES/PROSUC, com ênfase em estudos de gênero, feminismos, teorias feministas e violência de gênero.



**Dissertação:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189312>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3547489275663658>

**Marluce, em primeiro lugar, gostaria de lhe pedir para nos falar um pouco sobre sua trajetória de pesquisa. Fazendo uma espécie de “ilusão biográfica”, você “sempre” gostou de temáticas de gênero?**

O meu interesse pelas temáticas de gênero surgiu no segundo semestre da Licenciatura (2011/1), muito influenciada pelas aulas da Professora Ana Maria Colling que na época incluía, em suas aulas, abordagens sobre a História das Mulheres e sobre gênero enquanto categoria de análise. Claro que, nesse período, eu não sabia da dimensão do campo de estudos e de suas possibilidades de pesquisa, mas, com essa primeira aproximação, passei a ter um olhar mais generificado nos trabalhos e nas discussões, até o final dessa graduação (2014/1). Tanto nos estágios obrigatórios, quanto no Trabalho de Conclusão de Curso busquei me aprofundar em temáticas sem deixar de lado a perspectiva de gênero e da História das Mulheres. O TCC foi à análise de alguns casos de crimes de sedução, entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, de diferentes cidades do Rio Grande do Sul. A pesquisa dessas fontes foi realizada no Arquivo Judicial Centralizado, hoje chamado de Departamento de Arquivos (DARQ), do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Eu estagiei no setor histórico entre os anos de 2011 e 2013, sendo que foi lá que me encontrei enquanto pesquisadora e iniciei a trajetória com as fontes judiciais.

Após a formatura da Licenciatura em História, realizei o processo de Ingresso Diplomado na UFRGS, para o Bacharelado em História. Com o aceite, iniciei no semestre subsequente a finalização da Licenciatura a segunda graduação. O meu objetivo com o ingresso diplomado, além de estudar na UFRGS, era ter acesso às disciplinas sobre as temáticas que me interessavam para a construção de um projeto de mestrado. Portanto, os dois primeiros semestres do bacharelado foram fundamentais para o aprofundamento das temáticas de gênero, pois foi na UFRGS que realizei disciplinas importantes e que me auxiliaram no desenvolvimento do projeto de mestrado. Cursei disciplinas de história dos feminismos, ministrada pela Professora Céli Pinto; de história das mulheres e das relações de gênero, ministrada pela Professora Natalia Pietra Méndez; de gênero e sexualidades, com a Professora Fabíola Rohden; assim como de história do crime, da polícia e da justiça criminal, ministrada pela Professora Cláudia Mauch. Foi uma escolha muito acertada, a seguir com uma segunda graduação, numa espécie de preparação para o mestrado, ao qual realizei a seleção para a turma de 2016 e obtive a aprovação.

### **O GT Estudos de Gênero da ANPUH-RS faz parte de sua trajetória. De que formas essa experiência impactou sua vida profissional?**

Com a entrada no Mestrado comecei a frequentar as reuniões e os eventos promovidos pelo GT Estudos de Gênero, foi através dele que me aproximei de colegas que até então só conhecia das referências bibliográficas. Em 2017 passei a integrar a coordenação do GT em parceria com a Camila Petró e a Daniela Garcez, no ano seguinte com a saída da Camila, a Priscilla Almaleh passou a fazer parte e assim seguimos como gestão até o ano de 2020. Acredito que o espaço do GT tenha uma importância bastante considerável em minha trajetória, seja como pesquisadora, seja como militante feminista. Pois foi a partir das nossas conversas, formais e informais, não só entre coordenação, mas com todas as membras/os que frequentaram e frequentam o GT, que surgiu a reflexão sobre problemáticas que atravessam as nossas experiências individuais e coletivas. Por exemplo, como, por vezes, é difícil ser ouvida no ambiente acadêmico, sendo uma pesquisadora dos estudos de gênero. E, como sempre precisávamos afirmar que a Teoria Feminista é uma Teoria da História, ou ainda, uma das mais antigas críticas, que gênero sendo um tema transversal não há necessidade de ter espaços próprios para debater sobre, como os GTS e Simpósios Temáticos em eventos.

## **Você pode falar, em linhas gerais, da temática de sua dissertação?**

A minha dissertação abordou os crimes sexuais contra mulheres, ocorridos em Porto Alegre, entre os anos de 1948 e 1964. O que mais me mobilizou nessa pesquisa era a questão da violência nessa tipologia de crime ser tão disfarçada e muitas vezes negada. Sabe-se que, em processos criminais, muitas vezes as vítimas passam a ser ré ao longo do decurso do caso, não só para os casos em que mulheres são vítimas ou ofendidas. No entanto, para os crimes sexuais, estava previsto em lei que o mesmo se encerraria caso o agressor/acusado casasse com a vítima/ofendida. Em muitos desses casos, havia narrativas de violências física e psicológica presente nas declarações da ofendida e, também, de testemunhas, contudo isso tudo era ignorado em caso do casamento como reparação do mal praticado. Ou seja, a lógica e a prática da Justiça ainda seguia os preceitos de moralidade e de honra feminina, aquela que atingia o homem, no caso de filhas, o pai, e a família.

Portanto, parti dessa ideia e com o incômodo com parte da historiografia que analisou crimes sexuais, que omitiu a violência nesses casos. Acredito que tenha conseguido responder a problemática inicial da pesquisa, que procurou contrapor com o período caracterizado como “anos dourados”. A problemática da pesquisa buscou analisar estes crimes sexuais cometidos contra mulheres, a partir dos discursos e das práticas de justiça - responsáveis pela elaboração dos códigos legais e, também, por reforçarem as assimetrias de gênero diante dos casos que envolviam, sobretudo, populares. Outra questão foi compreender como o emprego da violência era entendido pelas partes diretamente envolvidas (ofendida e acusado), e pelo próprio Poder Judiciário, e se existia uma naturalização do uso da violência nas fontes e bibliografia pesquisadas. Em linhas gerais, essa naturalização foi entendida como uma “negação da violência”.

As fontes utilizadas foram, basicamente, 219 casos entre inquéritos policiais e processos criminais encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e no Arquivo do Judiciário Centralizado. Além dessa documentação, os Códigos Penais de 1940 (incluindo o de Processo Penal de 1942), a literatura jurídica - de juristas que se debruçaram sobre a análise de crimes sexuais e, os Censos Demográficos, sobretudo, de 1950 e 1960, foram fundamentais para a investigação.

## **Qual foi o papel das fontes salvuardadas no Arquivo Público na construção do seu trabalho?**

A maioria das fontes judiciais foi pesquisada no Arquivo Público, por todo o primeiro ano do mestrado. Dos 219 casos coletados, 199 são provenientes do acervo do APERS. A organização da sala de pesquisa, o atendimento direto com uma historiadora, a facilidade de agendamento para a pesquisa na época, tudo isso foi fundamental para o bom andamento do meu trabalho. Além disso, o estado de conservação das fontes que analisei é um fator muito positivo, pois facilita na hora de fotografar. É muito importante que, em instituições de salvaguarda, se tenham profissionais especializados, que saibam do que você precisa, no caso o contato com a historiadora posso destacar como crucial. Portanto, a importância vai além das fontes em si, pois perpassa outros fatores que são imprescindíveis para tornar viável ou, pelo menos, para ter um bom andamento de uma pesquisa.

## **De que forma sua pesquisa sobre crimes sexuais ajuda a relativizar, ou talvez refutar, o caráter “dourado” daqueles anos?**

O propósito da pesquisa foi tratar do caráter violento em crimes sexuais, que na historiografia brasileira notou-se ser silenciado pelas questões matrimoniais ou relacionadas à vida cotidiana dos sujeitos das camadas populares. Não fugimos por completo do que havia sido feito em trabalhos anteriores sobre crimes sexuais, pois esses delitos estão diretamente ligados à honra e a moral. Mas, sobretudo foi preciso frisar que a documentação parte de denúncias sobre supostos crimes cometidos. Crimes esses não caracterizados como violentos. Pois, esses casos de crimes sexuais são contornados por um discurso de “reparação”. Essa reparação ocorria com o casamento entre a ofendida e o acusado, ou seja, entre a vítima e seu agressor. E que seria uma estratégia das ofendidas em “arranjar” casamentos. Nas décadas de 1950 e 1960 uma mulher solteira deveria sonhar em realizar um bom matrimônio. Um bom casamento não necessariamente é casar com quem se escolhe, mas como um homem capaz de prover um lar.

Homens e mulheres que estampavam as páginas dos processos e inquéritos trabalhados estavam condicionados ao julgamento dos operadores do direito, desde a abertura da queixa-crime, com o escrivão e o delegado de Polícia, responsáveis por manipular as falas dos que recorriam ao Estado, para resolução de conflitos. As mulheres, meninas entre 11 anos e 18 anos, em sua maioria, tinham sua honestidade e moral colocada à prova. Os discursos jurídicos recorriam a termos que

outorgavam as mulheres adjetivos pejorativos como “mentirosas e ardilosas”. É nítido na documentação analisada que não só as mulheres eram subjugadas pelos operadores do direito, mas os homens populares, principalmente, eram constantemente avaliados na figura do “bom trabalhador”.

Foi possível estabelecer, ainda que de maneira breve, uma visualização do espaço urbano que crescia aceleradamente, mas também, dos entornos, dos vazios e dos locais ermos onde serviram de cenário para os sujeitos que configuraram os crimes. O contraste do urbano com o rural é também o contraste entre a noção de público e privado. Uma vez que nas áreas mais urbanizadas de Porto Alegre, como o centro, esses crimes ocorreram dentro de hotéis, pensões e “rendez-vous”. Em contrapartida, os locais da cidade com menor infraestrutura e às margens da metrópole que crescia verticalmente, aconteciam à “céu aberto”.

Para isso, eu acho que a minha pesquisa teve uma preocupação de pensar sobre a cidade de Porto Alegre, além da sua área central. Foi um pouco difícil pelo limitado número de trabalhos, mas foi um exercício necessário para refletir sobre como era a mobilidade dessa cidade “dourada”. A maioria das mulheres ofendidas, nos casos analisados, era oriunda das camadas pobres, então elas tinham uma circulação pela cidade que precisava de atenção. Ao mesmo tempo, em que cruzavam o centro da cidade, que já estava em processo de verticalização, a realidade era outra, pois pertenciam aos arrabaldes da cidade, ainda muito esquecido pela administração pública. Portanto, a análise dos locais em que ocorreram os crimes foi importante para contradizer o discurso de uma cidade em harmonia, moderna e que vivia a sua época “dourada”, de bailes e inauguração de grandes obras.

**O período que você estuda é um pouco menos explorado pelos historiadores. O interesse majoritário na historiografia da República está voltado à Primeira República, à Era Vargas e à ditadura de 1964. Você concorda? A que você atribui essa possível lacuna e quais os desafios em pesquisar sobre um período no qual há menos bibliografia para estabelecer diálogos?**

Concordo que, por muitos anos, o interesse das historiadoras e dos historiadores, sobretudo esteve na Primeira República, e mais tarde voltado para os períodos autoritários como a Era Vargas e da Ditadura Civil-Militar. Quando iniciei a revisão temporal para a pesquisa do mestrado tive muita dificuldade em encontrar outros trabalhos sobre o período, pois a maioria ainda estava voltada para as

relações e atores políticos da chamada “Experiência Democrática”. Esse foi um aspecto que me levou a ter interesse em explorar esse período entre ditaduras, de um pouco mais de uma década. Com o fim do Estado Novo, e mais ainda com o Código Penal, criado em 1940, e do Código de Processo Penal, em 1942, era importante refletir o como as instituições recém-saídas de um governo repressivo e centralizado passa a por em prática as ações do Estado. Entretanto, o limite de trabalhos sobre o período me favoreceu em encontrar nas fontes judiciais resposta a cerca da organização social. Acredito que este seja o caminho para que outras pesquisas que explorem outros elementos, no meu caso foram possíveis compreender que os marcadores sociais da diferença são ressaltados nas conclusões dos atores jurídicos, pois demonstram uma intenção, às vezes efetiva, de controle sexual e social sob os corpos de homens e mulheres envolvidos nos casos. Além da prática de justiça, não só dessa época, em que se nega a violência. Sendo ela, desconsiderada, ou “julgada improcedente” acaba se revertendo contra as mulheres ofendidas. Estas têm suas vidas medidas por um “coeficiente de moralidade”, não previsto na legislação. Essas vidas são reviradas e transformadas em critérios jurídicos que podem ou não legitimar uma denúncia. A violência contra as mulheres é mais uma vez praticada, sendo que ela vem sendo usada desde o ato sexual, passando pela ida à Delegacia, pela submissão ao exame de corpo de delito e por todas às vezes que têm sua vida exposta à dúvida da palavra.

**Em artigo de 2019 você analisa os bas-fonds da cidade de Porto Alegre, na figura da rua Voluntários da Pátria. Você pode nos explicar um pouco mais sobre essa pesquisa? E de que maneira esses lugares “malditos” se relacionavam às “vilas de malocas”?**

Essa pesquisa deve-se a uma ampliação de uma discussão iniciada na dissertação sobre os hotéis, pensões ou outros tipos de lugares que foram cenários para crimes sexuais, sendo que em maioria estavam localizados na área central da cidade, na Rua Voluntários da Pátria ou em suas proximidades. A partir do conceito de bas-fonds, do historiador francês Dominique Kalifa, explorei a dimensão desses lugares, desses sujeitos e do imaginário social sobre essa parte do centro de Porto Alegre, tão rechaçada pela parte da sociedade formada pelos “cidadãos de bem”. Com isso, cruzei alguns dos processos de crimes sexuais, em maioria de natureza de sedução, com a análise do jornal Diário de Notícias no mesmo período. No caso do jornal, dedicava duas colunas policiais e são muitos os artigos tratando sobre o

espaço do Centro que a noite é tomada pela urbe da cidade, devido à área ser reconhecida pela prostituição, pelo crime e, entre outras características, de um bas-fond. Além disso, nessa mesma época outra área da cidade enfrentava um processo de limpeza social, com a ideia de colocar fim a conhecida zona de prostituição da Azenha, no caso da Rua Cabo Rocha, que coincidentemente era vizinha da Delegacia de Costumes. Portanto, o artigo buscou analisar, além do cruzamento dos processos de crimes sexuais com o Diário de Notícias, o papel dos operadores da Justiça, seja o policial que faz a vigilância da ordem social, seja do juiz ao julgar as mulheres que foram violentadas em ambientes degradantes que não as favoreciam em reconhecer o crime contra os seus corpos.

Posso afirmar que a relação estabelecida desses lugares “malditos” no imaginário social, com as “vilas de malocas” é a transferência de quem não se quer ver no centro de uma capital, de uma metrópole, mas que ao mesmo tempo segregava grande parte da sua população numa falsa ideia de desenvolvimento. Pois, os sujeitos das colunas policiais não eram os mesmos das colunas sociais, àqueles que viviam uma época dourada, numa cidade em paz e harmonia.

### **Essas últimas pesquisas fazem parte de seu trabalho de doutorado? O que podemos esperar de agora em diante?**

Minha pesquisa de doutorado trata de casos de divórcios em que a violência tenha sido uma das motivações para a separação. Assim, hoje estou pesquisando em processos judiciais civis, os quais as narrativas das partes são construídas de maneira semelhante aos processos criminais, em que se procura uma vítima e um culpado. Uma escolha metodológica realizada foi de examinar as ações requeridas pelas mulheres, pois como demonstrado pela historiografia do tema do divórcio, as mulheres eram maioria nos pedidos de divórcio, não só no Brasil, mas em outros países ocidentais. Além disso, a prioridade são as narrativas litigiosas, as quais correspondem aos principais motivos alegados para o pedido de divórcio, por abranger os relatos frequentes de maus tratos e de variadas formas de violências vividas no ambiente conjugal.

Posso afirmar que o aporte que construí, não só com os estudos de gênero e feministas, mas, também, com os estudos de história do crime e da justiça estão sendo essenciais para a construção da tese. O corpus documental privilegia fontes de natureza jurídica, legislativa, periódica entre outras obras bibliográficas, produzidas por especialistas que se dedicaram aos estudos dos temas do divórcio, da família, do

casamento e da violência de gênero. Portanto, o recorte temporal parte dos anos 1940 até 1985, procurando compreender as legislações sobre os direitos civis das mulheres, os personagens que lideraram algumas campanhas, sobretudo mulheres, os feminismos, para chegar à publicização da violência contra as mulheres.

### **Você encontrou referências a identidades de gênero e sexualidades desviantes?**

Eu não separei nenhum desses casos propriamente, mas encontrei casos de crimes sexuais, sobretudo de natureza de "atentado violento ao pudor" contra meninos, e com uma lida rápida se encontra discursos homofóbicos como forma de correção, ou punição do que se entende por sexualidades desviantes.

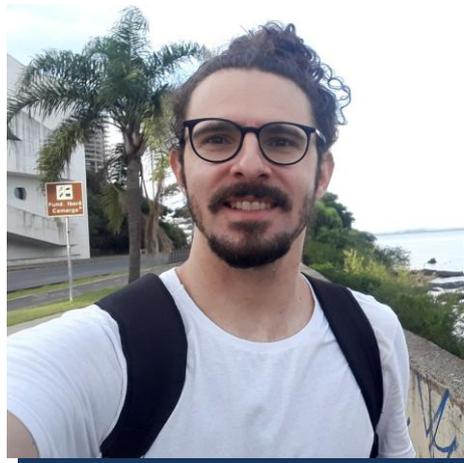
### **Quais paralelos podem ser estabelecidos com a historiografia dos anos 80 e 90, em boa parte capitaneada pela professora Sandra Pesavento, sobre lugares malditos na cidade na virada do século XIX para o XX? Podemos dizer que se trata de uma dinâmica historicamente recorrente em Porto Alegre?**

Acredito que sim, pois Porto Alegre, a cidade que se expande a partir do seu Centro, acaba por excluir e remover, os sujeitos e os lugares, para longe da área que se "desenvolve". Diferente de outras cidades, que acabam tendo muito bem marcada essa divisão, Porto Alegre possui um histórico de remoções da população mais pobre para áreas limítrofes. Lugares não só malditos pelo imaginário social das elites, mas que ganha às características de subcidade ou de submundo. Na década de 1950, enquanto o automóvel passa a ser uma realidade de algumas famílias, o mínimo de infraestrutura não chega para essa parte da sociedade que foi transferida, e conseqüentemente excluída da cidade que se desenvolve. Nesse sentido, o estudo dessa época, em especial, da década de 1950, é urgente para perceber como essa lógica tão marcada na virada do século XIX para o XX permanece para parte da população de Porto Alegre. E, ainda, pelo processo de êxodo rural, a cidade acaba recebendo sujeitos de cidades do interior do estado, que acreditam alcançar uma melhor condição de vida na capital, mas passam a integrar o lado desprezado por Porto Alegre. Como exemplo disso, me refiro as muitas jovens mulheres que vieram para a cidade nesse período para estudar e, principalmente para trabalhar, mas foram exploradas e agredidas de diferentes formas, seja pelo não pagamento de rendimentos, seja pela violência sexual e física de patrões.

# Maurício Reali Santos

Maurício Reali Santos licenciou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2014 e concluiu seu mestrado, pela mesma instituição, em 2018. É autor da obra “Nas fronteiras da domesticidade”, publicada em 2021 pela Paco Editorial, resultante de sua dissertação de mestrado. Atuou como professor de História no Projeto Educacional Alternativa Cidadã entre 2011 e 2014 e na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, desde então. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: mundos do trabalho; trabalhadoras domésticas; luta por direitos; Educação e Ensino de História.

Foto: Arquivo pessoal.



**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/3415312966836753>

## **Maurício, você poderia nos contar um pouco sobre sua trajetória profissional e de pesquisa, exercitando um pouquinho a “ilusão biográfica”?**

Entrei no curso de Licenciatura em História da UFRGS em 2009. No início, não tinha ainda definido que gostaria de ser professor. No segundo semestre, comecei um estágio no Memorial do Rio Grande do Sul, onde fazia visitas guiadas com estudantes de escolas. A partir daí e das vivências na universidade comecei a pensar em ser professor.

Durante a graduação tive professores/as e colegas incríveis, com quem aprendi muito. Também tive alguns professores que eram muito vinculados à pesquisa, mas não tiveram experiência docente na Educação Básica e, aparentemente, não tinham muita identificação com a docência. Embora fosse um curso de licenciatura, as disciplinas da História acabavam, a meu ver, enfatizando mais a formação para pesquisa do que de professores. Não havia nas ementas das disciplinas uma preocupação sistemática de pensar como ensinar história para as diferentes faixas etárias. Isso me afetava bastante e acho que acabou marcando

minha trajetória, fazendo com que eu desejasse tanto quanto possível manter um pé na docência e outro na pesquisa.

Assim, depois do estágio no Memorial, participei do Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC), que é um projeto de extensão muito bacana no Campus do Vale que visa preparar jovens e adultos das classes populares para o vestibular e para o ENEM. Ali dei meus primeiros passos efetivamente como professor de História. Também participei do PIBID, onde pude vivenciar o cotidiano da escola básica. Depois, mais para o final da graduação, fui bolsista de Iniciação Científica do professor Benito Schmidt quando ele estava pesquisando e escrevendo a biografia de Flávio Koutzii. Apreendi muito na iniciação científica, pude observar de perto os “bastidores” de uma pesquisa histórica. Essa experiência, somada às disciplinas de Teoria e Metodologia da História com a professora Silvia Petersen e aos seminários de História Social da Escravidão e do Racismo com a professora Regina Xavier, foi muito importante na minha formação como pesquisador. Inclusive foi em um desses seminários que tive contato com fontes relacionadas ao trabalho doméstico no pós-abolição e daí pesquisei o tema no meu trabalho de conclusão de curso, orientado pela Regina Xavier.

Me formei em 2014. Fiz alguns concursos públicos naquele ano e acabei sendo nomeado professor de História na Rede Pública Municipal de Porto Alegre e também na Rede Estadual. Como eu já estava participando de processo seletivo para o mestrado, optei por assumir apenas no Município, onde trabalho até hoje na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profa. Judith Macedo de Araújo, que fica no Morro da Cruz, na zona leste da cidade. Em 2015, ingressei no Mestrado em História na UFRGS onde fiz a pesquisa “Experiências e lutas de trabalhadoras domésticas por direitos em Porto Alegre (1941-1956)”, sob orientação do prof. Benito, concluída em 2018 e publicada em livro no ano 2021 com o título “Nas fronteiras da domesticidade”.

### **Você pode nos apresentar os principais argumentos de sua dissertação de mestrado?**

Na última década, muito se falou (e com justiça!) sobre as desigualdades e precariedades presentes nas relações de trabalho doméstico, que remontam ao período escravista, e sobre a necessidade de estender os direitos trabalhistas para esta categoria que contempla milhões de pessoas, sobretudo mulheres negras no Brasil. De maneira muito resumida, o principal ponto da pesquisa foi reconstruir essa

história de desigualdades e de exclusão de direitos a partir das iniciativas de trabalhadoras que contestaram essa exclusão. E o principal argumento da dissertação foi demonstrar como, ao lado de diversas formas cotidianas de resistência, acionar a Justiça para reivindicar direitos fez parte do repertório de ações das trabalhadoras domésticas, e essas contestações, junto a outras mobilizações, numa perspectiva de longa duração, contribuíram para a conquista de direitos.

### **O que despertou seu interesse pela luta por direitos de trabalhadoras domésticas?**

Durante a graduação, me interessei bastante pela perspectiva da história dos “de baixo”, pensar o papel das pessoas “comuns” na história, o papel dos trabalhadores e das trabalhadoras, de sujeitos excluídos ou pouco destacados pelas abordagens mais tradicionais, e também refletir sobre as possibilidades de ação e de resistência dos sujeitos a situações de opressão.

Apesar deste interesse, o encontro com o tema da luta por direitos de trabalhadoras domésticas começou meio por acaso. No final da graduação, fiz uma disciplina eletiva com a professora Regina Xavier sobre história das relações raciais. Tendo em vista que o TCC estava se aproximando e eu ainda não tinha um tema de pesquisa definido, me propus a fazer um exercício de pesquisa empírica para o trabalho final da disciplina no acervo do Núcleo de Pesquisa História da UFRGS. Busquei examinar como a cor dos indivíduos aparecia nos jornais do período pós-abolição. Foi aí que encontrei pela primeira vez a seção de anúncios de emprego doméstico dos classificados do Correio do Povo em que havia discriminações explícitas como “Procura-se criada, prefere-se branca.” Os anúncios e notícias do jornal acabaram sendo minha fonte para pesquisar sobre o mercado de trabalho doméstico na virada do século XIX para o XX em Porto Alegre.

Depois do TCC, não via muitas possibilidades de seguir e aprofundar o tema em um mestrado. Foi então que o professor Benito Schmidt deu a sugestão de procurar processos trabalhistas no acervo do Memorial da Justiça do Trabalho. Ele lembrava ter visto reclamações trabalhistas envolvendo domésticas na época em que foi diretor e a ajudou a organizar o Memorial. Ao vasculhar os processos microfilmados referentes aos primeiros anos de funcionamento da Justiça do Trabalho, encontrei algumas reclamações de domésticas reivindicando direitos, o que chamou muito a atenção porque naquela época elas estavam excluídas da legislação trabalhista.

Fiz um levantamento bibliográfico e percebi que havia poucas pesquisas históricas sobre as trabalhadoras domésticas em meados do século XX e também sobre as lutas desta categoria por direitos. Ao mesmo tempo, estava em regulamentação no Brasil a PEC da Domésticas (2015), gerando discussão e repercussão pública a respeito. Também saíram filmes sobre o tema como Casa Grande, de Fellipe Barbosa, e Que horas ela volta?, de Ana Muylaert. Assim fui me dando conta da atualidade e da relevância social do tema, o que me motivou bastante a fazer a pesquisa.

### **Em que os processos criminais custodiados pelo Arquivo Público contribuíram para a construção do seu trabalho?**

Os processos foram muito importantes porque, por meio deles, pude obter diversas informações que contribuíram para traçar um perfil das trabalhadoras domésticas em Porto Alegre em meados do século XX, por exemplo, indícios sobre a cor, idade, naturalidade, formas de contratação, remuneração, condições de trabalho, entre outras coisas. Aos poucos, também fui percebendo que os processos-crime oportunizavam analisar um conjunto mais amplo de situações ligadas ao trabalho na domesticidade como pobreza e orfandade; trajetórias de migração do interior para a capital; imbricações entre relações de trabalho de familiares; sociabilidades; rotatividade no emprego; conflitos entre trabalhadoras, patrões e patroas; violências contra as domésticas. Tudo isso foi importante para compreender os motivos que levaram algumas trabalhadoras a reivindicar direitos nos tribunais, com também os limites da via institucional e a utilização de meios informais para resolver conflitos e lutar por interesses.

### **No seu estudo você explora “as fronteiras da domesticidade”, evidenciando que o caráter “doméstico”, e, portanto, o acesso ou não aos direitos sociais assegurados pela CLT, estava em disputa. Quais evidências levaram você a propor essa abordagem?**

O que me levou a propor a noção de “fronteiras da domesticidade” foram as situações que encontrei na própria documentação judicial, em especial nas reclamações trabalhistas. De maneira geral, o emprego doméstico é a prestação de serviços de forma contínua, mediante remuneração, a uma pessoa ou família no âmbito residencial desta sem finalidade lucrativa. Então, o que define este tipo de

não são as atividades laborais em si como limpar, lavar, cozinhar, cuidar de crianças, das plantas no jardim, etc, mas sim onde a atividade é feita (se no âmbito residencial ou comercial) e com que finalidade (se voltada ou não para a obtenção de lucro). Só que, na prática, havia muitas relações ambíguas, fluidas, em que a caracterização das relações de trabalho doméstico não eram muito nítidas ou eram contestadas. Casos de filhas de criação ou jovens que trabalhavam na residência de parentes seus, por exemplo, em que relações de trabalho se imbricavam às relações de parentesco. Lavadeiras ou cozinheiras que trabalhavam em casas particulares, mas cujos donos sublocavam quartos para terceiros. Trabalhadoras que prestavam serviços de limpeza na casa dos patrões, mas também no bar ou restaurante dos mesmos em frente à residência. Motoristas particulares que prestavam serviços para a família de um empresário, mas também faziam serviços para a empresa. Também havia o trabalho dos chacareiros que, dependendo da finalidade da propriedade onde trabalhavam (se era apenas residencial ou também produzia coisas para comércio) podia ou não ser enquadrada como doméstico. Só que em um contexto em que o trabalho doméstico estava explicitamente excluído dos direitos trabalhistas, caracterizar um emprego como doméstico desobrigava o pagamento de determinados direitos como férias, aviso prévio, salário mínimo, descanso semanal remunerado, licença maternidade, entre outros. Assim, havia casos em que patrões buscavam qualificar uma relação como doméstica para negar direitos a uma trabalhadora. Houve também algumas trabalhadoras domésticas que, valendo-se das relações de trabalho ambíguas, processavam o estabelecimento comercial dos patrões a fim de tentar obter o pagamento de algum direito que lhes era negado como doméstica. Essas relações de trabalho ambíguas e essa disputa para definir se aquele era ou não um emprego doméstico denominei de fronteiras da domesticidade.

**Sua pesquisa conta com uma pesquisa documental muito vigorosa. Ao mesmo tempo, é bastante refinada em termos teóricos. Como foi a construção dessa interação? E como você encara a importância da pesquisa empírica, em um momento em que ela vem sendo colocada em xeque por perspectivas que dão maior ênfase à análise historiográfica e à teórica?**

Eu venho de uma formação muito influenciada pela perspectiva da história social e por professores/as como a Silvia Peterson, Benito Schmidt e Regina Xavier, com quem aprendi que a teoria e a pesquisa empírica devem estar em permanente diálogo. Os conceitos formulados a partir das observações de

diversos estudos concretos nos auxiliam a interrogar e analisar as fontes que, por sua vez, sustentam, matizam ou podem contrastar com as teorias, fazendo com que tenhamos que repensá-las.

Então na minha pesquisa, questões teóricas como a relação entre sujeito e estrutura; a constituição dos sujeitos e de sua forma de pensar a partir da vivência das relações sociais nas quais estão inseridos (relações de gênero, de raça e de classe); o potencial de transformação social contido na agência humana; pensar o direito e a justiça como um campo de conflitos; as formas de resistência cotidiana; tudo isso foi muito presente na interpretação da documentação, na estruturação dos capítulos e na escrita dessa história.

Além disso, penso que a tarefa de refletir sobre a escrita da história (suas formas, limites e possibilidades), sobre os conceitos e procedimentos de pesquisa; colocar a própria História em perspectiva histórica, buscando analisar as transformações no modo de construir as narrativas sobre o passado, as conexões e implicações entre o autor (enquanto sujeito) o seu contexto e a história que produz, na minha opinião, fazem parte do ofício de todo historiador e não somente da área da Teoria da História e da Historiografia.

Claro que existe espaço para estudos mais teóricos, mas não acredito que eles possam colocar em "xeque" as pesquisas empíricas. Penso que a pesquisa empírica é e continuará sendo imprescindível para a construção de novos conhecimentos históricos. Inclusive os avanços teóricos, vão fazendo com que revisitemos as fontes primárias a partir de novas problemáticas e novas perspectivas de análise. Também vão surgindo novas questões como, por exemplo, as implicações da consulta de fontes digitalizadas ou de documentos que já "nascem" no formato digital. Ainda assim, acredito que seja importante que os historiadores experimentem na sua formação as circunstâncias, os sabores e as dificuldades da pesquisa empírica nos arquivos, inclusive para melhor compreender e avaliar a historiografia produzida ao longo do século XX e início do século XXI.

**Você traz uma abordagem muito importante ao cruzar fontes escritas e orais. De que maneira documentos de diferentes naturezas interagiram na formulação de suas interrogações e de sua argumentação?**

Essa interação de fontes documentais acaba sendo muito interessante e frutífera porque documentos diferentes possibilitam analisar ângulos e aspectos

distintos de uma mesma realidade. Algumas vezes as informações se complementam, outras vezes reforçam determinadas conclusões ou até mesmo são contrastantes, indicando os silêncios e limites de cada fonte. Deixa eu dar alguns exemplos.

Minha pesquisa não teve uma abordagem estatística. Trabalhei muito a partir de indícios encontrados nos processos criminais e trabalhistas e em anúncios de jornais para pensar realidades sociais mais amplas. Então, o encontro de indícios semelhantes em diferentes fontes históricas (anúncios de jornal, processos, entrevista) reforçaram algumas conclusões e argumentações. A recorrência com que eu encontrei meninas e jovens trabalhadoras nos diferentes documentos, por exemplo, embora não permita concluir que a maioria das trabalhadoras domésticas no período eram menores de idade, permite afirmar com segurança que essa é uma situação bastante recorrente.

A entrevista com uma senhora que trabalhou como doméstica no período sobre o qual eu estava estudando me possibilitou conhecer a trajetória de uma trabalhadora de forma mais completa e coesa, diferente dos processos judiciais, que jogavam luz sobre as circunstâncias do conflito que gerou a disputa judicial, mas pouco diziam sobre a trajetória anterior ou subsequente daquelas mulheres. Além disso, os autos judiciais não dão acesso direto à fala das trabalhadoras. É um registro condicionado pela escrita dos escrivães. Já a entrevista deu acesso mais direto à narrativa de uma trabalhadora, com muita riqueza de detalhes sobre a rotina de trabalho, com os significados que ela atribui ao serviço doméstico por meio da memória. Por essas características, tomei a trajetória da trabalhadora entrevistada como fio condutor da narrativa a partir da qual fui estabelecendo relações ou contrastando com as vivências de outras trabalhadoras identificadas nas fontes judiciais. O fato de ela nunca ter buscado a Justiça do Trabalho nem ter conhecido alguém que tenha feito contribuiu, por exemplo, para não superestimar o alcance desta instituição junto às trabalhadoras domésticas, o que poderia acontecer caso eu utilizasse somente processos trabalhistas como fonte. Outro exemplo de contraste é que nas memórias desta senhora, as jornadas de trabalho intermináveis, a vigilância dos patrões e a pouca autonomia nos arranjos de trabalho que implicavam dormir no emprego foram muitos marcantes. Já nos processos criminais, encontramos muitos casos de trabalhadoras que burlavam essa vigilância, saíam à noite, recebiam namorados, enfim, buscavam maior autonomia, revelando outras experiências possíveis.

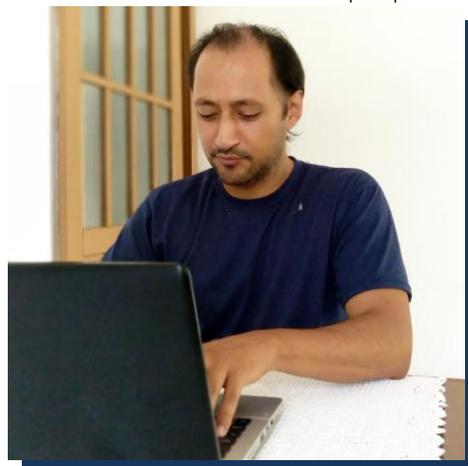
### **Além da pesquisa, você também atua como historiador na sala de aula. Em que seu papel como educador e como acadêmico se alimentam mutuamente?**

Tem várias coisas que se alimentam, mas conciliar pesquisa e trabalho na educação básica não é tarefa fácil. Essa é uma questão que me é bastante cara, gostaria de desenvolver mais, mas por uma questão de tempo e espaço vou me limitar a tecer dois comentários. A vivência na pesquisa me estimulou a querer proporcionar aos estudantes da escola básica quando possível o contato com documentos históricos, exercícios de interpretação de fontes primárias como, por exemplo, com a caixa educativa criada pelo APERS com documentos sobre a escravidão no Rio Grande do Sul. Essa compreensão de que o conhecimento histórico não é algo dado, mas construído pelas pessoas a partir dos registros e vestígios que sobreviveram ao passar do tempo é algo que considero importante e tento trabalhar com meus alunos. A realização de entrevistas de história oral também foi algo que me marcou e alimenta minhas práticas educativas. Mais de uma vez propus aos estudantes a realização de entrevistas não só como instrumento de pesquisa, mas pela sua dimensão humana, de encontro, de escuta, de aprender com as experiências vividas por outras pessoas (especialmente com os mais velhos), de reconhecer e valorizar as memórias familiares bem como a oralidade como uma forma de "transmissão" de conhecimentos.

# Max Roberto Pereira Ribeiro

Foto: Arquivo pessoal.

Max Roberto Pereira Ribeiro é graduado em História pelo Centro Universitário Franciscano (2010), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2013) e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017). Tem experiência nas áreas de História Indígena, História da América e História do Brasil. É pesquisador das populações indígenas da América Meridional nos séculos XVIII-XIX. Sua tese



foi premiada no concurso da ANPUH-RS de 2021 e publicada em 2022 pela editora Óikos: “A terra natural desta nação Guarani”: Identidade, memória e reprodução social indígena no Vale do Jacuí (1750-1801”).

**Dissertação:** <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79441>

**Curriculum Vitae Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/9360466843968020>

## **Max, você pode nos falar sobre sua trajetória de pesquisa e sobre as principais temáticas de suas pesquisas de mestrado e doutorado?**

Como muitos e muitas, tive meu primeiro contato com pesquisa, arquivos e fontes na graduação, durante o período em que fui bolsista de iniciação científica, lá no Centro Universitário Franciscano – hoje UFN –, em Santa Maria - RS. Fiz parte de um projeto de pesquisa, coordenado pelo professor Luís Augusto Farinatti que tinha como objetivo o estudo de hierarquias sociais na fronteira sul do Brasil a partir de registros batismais da Igreja Católica. Aqueles registros – da localidade de Alegrete, RS –, mostravam presença indígena missionária significativa, evidenciando uma realidade pouco conhecida da comunidade historiadora. Não que a existência de guaranis fora das missões fosse desconhecida, mas o expressivo contingente populacional indígena existente em outras partes como Alegrete era o que chamava atenção. Decidi fazer uma busca através do mesmo tipo de fonte, porém de outra localidade. Busquei pelos registros de batizados do século XIX de Santa Maria e, para

surpresa, haviam muitos guaranis registrados. Trabalhei com aquelas fontes no Trabalho de Conclusão de Curso, realizando uma breve descrição demográfica da população guarani que passou pela Capela de Santa Maria (chamada assim no século XIX). A partir daquele momento, segui com a temática indígena em minha trajetória de pesquisador, o que resultou numa dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e numa tese doutoral, defendida no PPGH da Unisinos.

Durante o mestrado, residi em Porto Alegre. Eu tinha uma bolsa do CNPq. Daquele modo, pude pesquisar nos arquivos da capital, tanto no AHRS quanto no APERS, coisa que fazia diariamente. Em função disto, minha dissertação contou com um corpo documental bastante heterogêneo. Nela, busquei descrever a situação que ficaram os guaranis após a anexação dos chamados sete povos missioneiros em 1801, por luso-brasileiros. Pude notar que muitas famílias se deslocaram das Missões até as capelas e freguesias que iam sendo formadas no século XIX. Passaram a viver como agregados em terras privadas. Outros se tornaram errantes e marginais àquele mundo. Seja como for, o que ficou demonstrado foi a capacidade social dos guaranis de se reinventarem num contexto totalmente desfavorável.

Na tese, continuei com esta temática buscando explicar as razões de aqueles indígenas terem ido buscar áreas específicas para se estabelecerem e não outras. Foi preciso analisar a segunda metade do século XVIII, quando os guaranis se viram no meio da disputa colonial entre Espanha e Portugal. A tensão resultou no Tratado de Madrid (1750) o que teve impacto direto sobre os guaranis que residiram nas Missões, especialmente para aqueles que viveram na parte oriental, hoje Fronteira Oeste do RS. Muitas famílias abandonaram as Missões Orientais, buscando o Vale do Jacuí a partir de 1756, ocupado pelos portugueses desde 1752. Havia duas interpretações historiográficas para aquele ocorrido. A primeira dizia que os guaranis teriam voltado às matas para viver de forma semisselvagem. A segunda afirmava que os guaranis haviam decidido mudar de vassalagem, saindo do jugo espanhol para buscarem melhor sorte nos domínios de Portugal. Em minha tese, entretanto, evidencio que os guaranis possuíam uma relação ancestral com um vasto território que remontava às antigas reduções do Tape (1620-1640). Passaram a reivindicar o território junto aos espanhóis e aos portugueses argumentando que aquelas terras eram de seus ancestrais, os primeiros indígenas a se tornarem cristãos, segundo a narrativa que passaram a usar de forma política contra o Tratado de Madrid. Concluo que não houve uma mudança de vassalagem senão apenas a luta pela permanência num território compreendido pelos guaranis como sendo sagrado devido à presença de seus antepassados cristianizados.

### **Em sua dissertação você pesquisou alguns documentos do Arquivo Público. Quais foram e de que maneira contribuíram na construção de seu trabalho?**

Sim, tive a felicidade de poder pesquisar no APERS, um dos maiores acervos documentais da América-Latina. Durante o mestrado, segui os passos de outros colegas, como o professor Maximiliano Mac Menz quando, em sua dissertação de mestrado, apresentou uma análise sobre processos criminais do século XIX que faziam referência a guaranis. Estes processos são ricos em detalhes sobre aqueles indígenas. Fiz um levantamento destes processos, porém não pude incorporá-los plenamente a minha dissertação. Meu tempo era curto e eu já tinha muito material para analisar. Destaco, entretanto que o volume de fontes analisadas nem sempre aparece num trabalho, pois no caso de indígenas, é comum analisar muito material e encontrar poucas pessoas classificadas como "índio" ou "guarani". É o que acontece também com os processos criminais. Entre várias caixas e maços, um processo chamou atenção. Era um caso de defloramento, ocorrido em 1832, de uma menina guarani de 9 anos. O estupro foi praticado por um homem guarani, conhecido na região de Santa Maria por ser desertor e desordeiro. O que deu origem ao processo foi uma petição feita pelo pai da menina junto ao juiz de paz que se revoltou com o caso. O guarani que praticou o estupro foi preso.

### **Que tipo de informações você pode obter através do processo-crime e a que conclusões e reflexões elas lhe levaram?**

É uma fonte rica em detalhes que vão de descrições físicas dos réus, até descrições psicológicas das vítimas. Além disso, há um conjunto de informações básicas sobre réus, vítimas e testemunhas, como "cor" ou "raça", gênero, local de moradia, idade e profissão. Dependendo do escrivão existem outras informações sobre os réus como vestimenta, condição física, etc. São informações que podem ser analisadas em série e se tornam "metadados" em planilhas digitais como o Excel ou Access. Dentro destas planilhas, podemos fazer consultas como determinar a "cor" ou "raça" das pessoas citadas, procedência geográfica e profissão, por exemplo. No caso específico dos guaranis missioneiros, os processos criminais sugerem que famílias e ou indivíduos guaranis mantiveram grande mobilidade entre as Missões e as "protocidades" do Rio Grande do Sul. Também se nota que a inserção social daquela população se dava através da prestação de serviço no campo, como ser peão ou agricultor. Outra forma era o recrutamento para a defesa das fronteiras; tratava-se da formação de milícias guaranis. Isto se vê pelas referências nos

processos criminais. São informações em relação aos homens indígenas, pois sobre as mulheres, as referências não permitem nada conclusivo senão especulações. Ainda é um hiato historiográfico identificar a inserção das mulheres guaranis naquele contexto histórico do século XIX.

**As fontes custodiadas no Arquivo Público raramente são compulsadas por pesquisadores de história indígena, talvez pelo fato do trabalho dos índios não ser objeto de herança legal e, portanto, inventariado. Entretanto, sua pesquisa evidencia que a documentação penal ou mesmo outros documentos cíveis podem trazer boas surpresas. Nesse sentido, você acredita que existe um potencial pouco explorado no Arquivo Público para o estudo das populações indígenas?**

Sem dúvida! Além de processos criminais, os inventários post mortem são outro conjunto de fontes que apresentam indígenas. Não conheço nenhum trabalho de fôlego que tenha se utilizado destas fontes para a escrita da história indígena. Fiz um levantamento de alguns inventários e percebi alguns poucos indígenas como inventariados. Porém, nunca escrevi nada sobre isto. A pouca atenção dada ao APERS por parte de pesquisadores da história indígena, acredito que venha de um simples fato. Falo da metodologia. A etnografia é, sem dúvida, a técnica mais utilizada nos estudos da história indígena e, por muito tempo, este foi um domínio quase que exclusivo da antropologia. No caso dos guaranis das Missões, a descrição do passado destas populações foi feita com base em relatos e textos jesuíticos pelos quais se buscava uma certa essência na historicidade destes povos. O que seria o “verdadeiro índio?” Se tentava percebê-lo livre dos julgamentos morais dos padres e das autoridades coloniais. Apesar do esforço nobre pela busca de uma interpretação “descolonializada”, por assim dizer, a abordagem etnográfica acabou gerando esta impressão de essencialismo, a ideia de “índio puro”. Dentro da história indígena, este panorama mudou a partir de finais dos anos 1980 e início da década de 1990, quando historiadores como John Manuel Monteiro começaram a buscar os indígenas em outras fontes. Na tese doutoral de Monteiro, cujo livro *Negros da Terra* é correspondente, se vê, por exemplo, o uso de inventários e testamentos pesquisados na Arquivo Público de São Paulo. Para a história indígena, este livro é um marco por sua abordagem inovadora, tanto em técnicas de pesquisa quanto ao uso de diferentes arquivos, indo muito além da etnografia. Acredito que ainda não damos a atenção devida ao potencial das fontes do APERS para a história indígena. Não por desconhecimento das fontes. Muitas vezes, alguns colegas se deparam com

indígenas em suas pesquisas, mas acabam os deixando de lado por julgarem que não possuem formação ideal para abordá-los. Isto é um erro. Se passa a impressão de que é preciso dominar antropologia e que somente assim será possível estudá-los. É evidente que existe uma necessidade em se conhecer os debates da antropologia, especialmente no que se defende na atualidade, a chamada antropologia histórica, pensada para se ter o melhor das duas ciências. Contudo, um esforço inicial é preciso. Minha dissertação, por exemplo, não versou sobre nenhuma teoria antropológica, embora apareçam inúmeras referências à antropologia. É um trabalho puramente empírico cuja importância científica reside no esforço de mostrar como nossa história é inundada pela história indígena. Mostro a formação de uma cidade, a Capela de Santa Maria a partir de 1804 e como ela contou com população indígena em sua gênese. As fontes judiciais, em muitos casos, evidenciam um cotidiano, um conjunto de práticas, é como ver num caleidoscópio, cada cultura contribuindo com seu colorido particular.

**Ao processar os dados nominais de sua tese, você defrontou-se com a questão dos homônimos. Eles são um “problema”, no sentido de um obstáculo, ou um “problema” no sentido de uma questão de pesquisa, reflexão e análise?**

Penso que não existe ciência sem problemas. Frente a isto, os homônimos são um problema científico e lembro aqui que você [Rodrigo de A. Weimer, entrevistador] enfrentou muito bem essa questão em sua tese. Quando percebi a grande quantidade de mulheres guaranis que possuíam o mesmo nome, entretanto, não pensei em abordar as práticas de nomeação em seu viés antropológico, como você, embora fosse uma abordagem também necessária. As homônimas me levaram a pensar na importância das mulheres guaranis na organização social indígena, visto que elas figuravam como madrinhas de crianças também guaranis na ampla maioria das situações. Entretanto, a partir de 1782, os registros de batizado de Rio Pardo – Rio Grande do Sul, fontes que utilizei na tese, deixaram de dar mais informações sobre as madrinhas indígenas. Até aquela data, os padres, de modo geral, escreviam a naturalidade da madrinha, se casada, solteira ou viúva, as vezes colocavam até mesmo o nome de seus cônjuges. A falta destas informações me impediu de distinguir cada uma das mulheres que apareciam com o nome Ana Maria “guarani” ou “índia”, por exemplo. Contudo, percebi que a impossibilidade de identificar cada mulher indígena como sendo exclusiva dentro do banco de dados só faria sentido se minha abordagem estivesse unicamente preocupada com as mulheres “campeãs de

batizados”, as madrinhas mais requisitadas. Esta é uma abordagem bastante usual nos estudos de compadrio através da qual se destaca a qualidade dos padrinhos. Eu segui um caminho diferente. Acabei excluindo da análise as mulheres que não pude identificar. O que percebi é que as mulheres indígenas tinham um protagonismo ainda maior na organização social guarani. Se eu buscasse ver apenas as mulheres que mais batizaram e tentasse compreender a importância social delas num aspecto mais individual, não veria que ao percorrer os laços formados entre os nomes possíveis de identificação, encontraria uma grande malha relacional formada por mulheres guaranis mesmo com a exclusão das homônimas como Maria Rosa, nome que se repetiu entre as madrinhas guaranis 46 vezes. Então é importante destacar que, mesmo eu não tendo estudado práticas de nomeação com os homônimos, eles me levaram a outra forma de abordar o compadrio.

### **No mesmo sentido, você considera tal questão um dificultador, ou até mesmo um impeditivo, para emprego da metodologia micro-histórica no estudo dos índios?**

Não considero a existência de homônimos um impeditivo à prática da micro-história. Os nomes são como um ID pelo qual podemos localizar alguém no passado e reconstruir suas experiências. Quando não conseguimos identificar alguém, usamos o que conseguimos. Penso que esta técnica usada por Giovanni Levi (caso do padre Chiesa) e Carlo Ginzburg (moleiro Menochio), percorrer nomes, é uma forma de captar melhor as experiências vividas pelos personagens históricos, dando-lhes singularidade. Podemos perceber as tensões entre a vontade individual frente as normas sociais, por exemplo. E é esta relação que permite a nós notarmos os mundos construídos pelos humanos e como suas criações artificiais passam a determinar seus próprios comportamentos. Frente a isto, a micro-história é muito mais do que simplesmente operar com nomes. Ela é uma técnica de pesquisa que depende de uma coisa muito elementar em qualquer ciência. Ela depende de uma pergunta, uma questão geral, como aquelas interrogações sobre a origem da vida ou do universo. Claro que os problemas da história se limitam ao que é humano, porém o princípio é muito semelhante. Lembro que Carl Sagan, numa dada entrevista, afirmou que a ciência se dá quando se pensa a partir de uma pergunta. Num artigo sobre micro-história, Giovanni Levi, um dos precursores do método, afirmou que a micro-história é a ciência das perguntas gerais e das respostas específicas. Considero estes dois pensamentos muito semelhantes. Eles exprimem o que tenho como premissa ao meu procedimento científico. Em minha tese, por exemplo,

há uma questão geral que orienta sua escrita do início ao fim, porém, ela está ali quase oculta. Descrevi no segundo capítulo como os guaranis da Missões, num dado momento de crise, recorreram às memórias que tinham sobre a formação das primeiras reduções, entendidas por eles como um espaço sagrado. Ali, segundo a narrativa que criaram, foi o lugar de uma experiência transcendental pela qual Deus teria dado as Missões aos guaranis e depois enviado os jesuítas para lhes ensinar o cristianismo. O que percebi foi que aquela narrativa era um mito de criação que possuía um sentido prescritivo aos guaranis. Isto imputava também uma noção de tempo e de história, o tempo da criação e a necessidade de preservação daquele momento. Então, quando comparamos o deus usurpador maori, o canibalismo tupinambá e até os sacrifícios ao sol praticados pelos astecas, percebemos que há uma concepção de tempo cíclico entre as sociedades ameríndias, sendo que algumas coisas irão se repetir, exatamente porque já ocorreram. Em suma, se utiliza experiências pregressas para se projetar o futuro. Parece estranho a nossa percepção linear de eventos, mas é interessante pensar que uma bolsa de valores ou mesmo uma operação básica de crédito funciona assim. Se deposita a sorte de lucrar sempre num futuro, um futuro previsível garantido por legislações nacionais e internacionais que protegem o mercado. Quando acontece uma crise, se procura um precedente e logo o sistema se atualiza. Então perceba como poderíamos operar todas estas questões através de uma única pergunta; como nós humanos construímos o tempo? Podemos estudar as culturas ameríndias ou o sistema financeiro internacional através desta questão geral.

### **Além de pesquisador você também é professor. Essas atividades se complementam? De que forma incidem uma sobre a outra?**

Tecnicamente, a Educação Básica, área onde tenho experiência, não comporta pesquisa. Isto porque na carga horária não há horas de pesquisa, excetuando aí as escolas técnicas federais, os IFs. A estrutura de ensino tende a esmagar a pesquisa, devido a uma ideia um tanto equivocada sobre a produção científica. Podemos notar isto através dos livros didáticos. Hoje, por exemplo, devem estar ocorrendo inúmeras bancas de defesa de tese ou dissertação aqui no Brasil. Pesquisas de ponta, sem dúvida. Porém, os livros didáticos não são atualizados na mesma velocidade com que se produz a inovação científica. Leva ao menos uns 10 anos para que a produção de hoje gere algum efeito nos livros didáticos, levando em conta a dependência da publicação das teses e dissertações e a absorção editorial destes trabalhos por quem

elabora os livros didáticos. Seja como for, o conhecimento vem exclusivamente das universidades. Há uma hierarquia aí. Uma hierarquia rígida e um descompasso entre Ensino Básico e Ensino Superior. Entre meus e minhas colegas há muitas críticas em relação à posição das universidades que, na visão geral, desdenham o Ensino Básico. Todavia, existem inúmeros cursos de extensão, muitos até on line, que proporcionam formação continuada. Eu, particularmente, penso que o problema elementar não está na relação entre Ensino Básico e universidades. Ele está na estrutura de ensino que não permite espaço à pesquisa. Há uma naturalização de que escola é só um lugar onde alguém ensina e outro alguém aprende. Entretanto, se houvesse um outro formato de carga horária, e algum estímulo das mantenedoras à busca por atualização, certamente o cenário seria outro.

Outro ponto importante sobre pesquisa na Educação Básica diz respeito aos discentes. É preciso que alunos e alunas aprendam as premissas básicas do pensamento científico. Isto não ocorre devido aos problemas de concepção de educação que temos. A escola não pode ser compreendida apenas como um lugar de reprodução do conhecimento científico. Ela deve ser um lugar que proporcione o exercício da ciência. Por isto, há a necessidade do ensino e da pesquisa. Não há uma sem outra. Sem pesquisa, não há o que ensinar. Se não ensinar, não há motivos para se pesquisar.



GOVERNO DO ESTADO

**RIO GRANDE DO SUL**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
GOVERNANÇA E GESTÃO